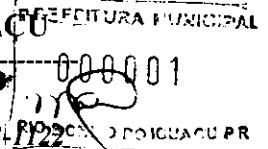


PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



PREGÃO ELETRÔNICO		xx/2025	
PROCESSO ADMINISTRATIVO		279/2025	
CONTRATANTE	PREFEITURA DE RIO BONITO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ		
OBJETO	Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses		
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO	SERVIÇOS	REGIME DE EXECUÇÃO	CONTÍNUA
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.282.752,48 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos)		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	BLL COMPRAS <a href="https://bllcompras.org.br">https://bllcompras.org.br</a>		
DATA E HORA INÍCIO DAS PROPOSTAS	xx/xx/2025 às xh00min (horário de Brasília)		
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS	xx/xx/2025 às xh00min (horário de Brasília)		
DATA E HORA FASE DE LANCES	xx/xx/2025 às xh00min (horário de Brasília)		
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTAÇÃO	Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo Operador do Sistema (Agente de Contratação): <a href="https://bllcompras.com">https://bllcompras.com</a> - Documentos Complementares (Pós disputa)		
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO por LOTE		
MODO DE DISPUTA	ABERTO		
PREFERÊNCIA ME/EPP / EQUIPARADAS	ITENS EXCLUSIVOS	ITENS AMPLA CONCORRÊNCIA	
	NÃO	SIM	
INTERESSADO	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO (DECRETO Nº 42/2025)	MAIARA FERNANDA DA SILVA EQUIPE DE APOIO: GISELE GUILMAN, ANDRÉIA DE FÁTIMA DEMENECH E RANGEL HENRIQUE KADES.		
ANEXOS	Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memorandos e Orçamentos.		
PUBLICAÇÃO	Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ( <a href="https://pncp.gov.br/app/editais">https://pncp.gov.br/app/editais</a> ); Portal da Transparência do Município ( <a href="https://riobonito.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php?modulo=&amp;pesquisar=1&amp;a=2024&amp;m=5&amp;s=">https://riobonito.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php?modulo=&amp;pesquisar=1&amp;a=2024&amp;m=5&amp;s=</a> ); Mural das Licitações Municipais - <a href="https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Atoteca/Pagina/CadastrarLegislacao.aspx">https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Atoteca/Pagina/CadastrarLegislacao.aspx</a> ; Diário Oficial do Município - Jornal Xagu.		



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

## ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

#### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 NÚMERO DO PROCESSO: Processo licitatório nº 12/2025.

#### 1.2 OBJETO:

Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

#### 2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SERVIDOR: Natuza Angonese

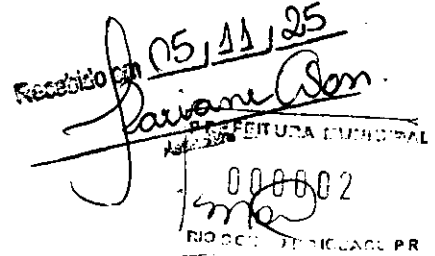
MATRÍCULA: 25761

SERVIDOR: Luiz Fernando Moreira

MATRÍCULA: 30091

#### 3. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

Aplica-se a este ETP as normas do Decreto nº 207/2023 que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência; e prevê a apresentação inicial de informações e dados de planejamento para a elaboração do Projeto Básico/Termo de referência definitivo e posterior confecção de Edital para contratação de empresa de serviço de coleta, transporte





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguçu

CNPJ 95 587

770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguçu - Paraná

de resíduos sólidos urbanos do município de Rio Bonito do Iguçu, com destinação final em aterro sanitário licenciado.

O estudo foi estruturado com base nos dispositivos legais pelo conjunto de normas:

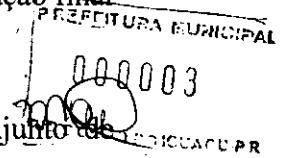
- Lei Federal nº 6.938/1981 – Política Nacional de Meio Ambiente
- Lei Federal nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais
- Lei Federal nº 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento
- Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Lei Estadual nº 20.607/2021 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do

Paraná

## 4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A coleta de resíduos sólidos envolve diversas complexidades, desde a logística até a infraestrutura necessária para o armazenamento e transporte adequado desses materiais. Muitos municípios não possuem uma infraestrutura adequada para a coleta eficiente de resíduos, o que resulta em acúmulo de lixo e poluição visual em áreas urbanas. A falta de pontos estratégicos para descarte pode dificultar a adesão da população aos sistemas de coleta. Além disso, a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos representam altos custos, especialmente em cidades de grande extensão territorial ou com dificuldades de acesso.

Diante desses desafios, este estudo técnico tem como objetivo avaliar o sistema atual de coleta de resíduos sólidos urbanos e propor soluções técnicas e operacionais para a otimização do processo. A análise busca identificar pontos críticos no sistema de coleta, estudar práticas bem-sucedidas em outros municípios e sugerir estratégias que possam ser implementadas no contexto local.





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

3000004

CNPJ 95.887  
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Este estudo é fundamental para embasar a tomada de decisões no planejamento urbano e na gestão dos resíduos sólidos. Ao otimizar a coleta de resíduos, espera-se não apenas reduzir os custos operacionais, mas também minimizar os impactos ambientais e melhorar a qualidade de vida da população. A adequação e a modernização do sistema de coleta contribuem para atender às exigências de sustentabilidade e às regulamentações legais, alinhando-se aos princípios de responsabilidade socioambiental.

De modo geral, a inexistência de um planejamento para a gestão de resíduos gera prejuízos de aspecto qualitativo ao meio ambiente, a saúde, dentre outros. Se constitui em um sério problema ambiental quando destinados de forma incorreta. Acrescenta-se a esse cenário a poluição visual demonstrando a falta de higiene e limpeza no território.

Desde 2010, a gestão adequada dos resíduos sólidos não é uma questão de escolha para os geradores de resíduos, mas de cumprimento à Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

## 5. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente	Natuza Angonese Luiz Fernando Moreira

## 6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A **CONTRATADA** deverá cumprir todas as obrigações constantes no edital e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2 A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda sua vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587  
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

6.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

6.4 A **CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas pelo município;

6.5 A **CONTRATADA** deverá executar fielmente ao contrato, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.6 A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do contrato, nos termos do código civil e ao código de defesa e proteção do consumidor;

6.7 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo adimplemento em dias de todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, indenizações e demais despesas com pessoal decorrente de execução de contrato, isentando o **CONTRATANTE** de qualquer vínculo empregatício;

6.8 A **CONTRATADA** deverá fornecer e obrigar que seus funcionários utilizem uniformes e todos os equipamentos de proteção individual e coletiva nos termos de legislação;

6.9 A **CONTRATADA** deverá observar e cumprir todas as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, conforme a legislação vigente, responsabilizando-se por todos os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais das pessoas empregadas direta ou indiretamente para execução do contrato;

6.10 A **CONTRATADA** deverá manter a **CONTRATANTE** integralmente indene de qualquer responsabilidade, custo, despesa ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações e danos à imagem, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres que venha ser alegada em função da execução deste contrato;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguazu

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587

770/0001-99

0000006

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguazu - Paraná

6.11 A **CONTRATADA** deverá cumprir a legislação trabalhista, respondendo por quaisquer violações dos dispositivos;

6.12 A **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que a **CONTRATANTE** solicitar, durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e licenças ambientais;

6.13 A **CONTRATADA** deverá arcar com a reparação dos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio;

6.14 A **CONTRATADA** deverá arcar com os eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive extrapatrimonial;

6.15 A **CONTRATADA** deverá organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;

6.16 A **CONTRATADA** será responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos de Rio Bonito do Iguazu, ficando o município isento de quaisquer responsabilidades provenientes de irregularidades perante os órgãos competentes, bem como danos causados a terceiros e ao meio ambiente;

6.17 A **CONTRATADA** deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços sem interrupção, seja por qualquer motivo, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada, as despesas com todos os encargos e obrigações, sociais, trabalhistas e fiscais;

6.18 A **CONTRATADA** deverá prestar todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados pela Prefeitura, atendendo prontamente a todas as reclamações;

6.19 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um número de telefone e endereço eletrônico (e-mail) em tempo comercial para esclarecimentos de dúvidas e solicitações de documentos;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
CNPJ 95 587

770/0001-99 00007

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

6.20 A **CONTRATADA** deverá responsabiliza-se pelos danos causados ao Patrimônio Público, por dolo, negligência ou imprudência de seus empregados;

6.21 A **CONTRATADA** deverá propiciar aos seus empregados vacinação em dia, como tétano, hepatite B, etc.

6.22 A **CONTRATADA** deverá realizar a coleta em no mínimo 2 dias semanais, não consecutivos, respeitando o cronograma pré-estabelecido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

6.23 A **CONTRATADA** deverá seguir o cronograma de coleta semanal, estabelecido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, com coleta realizada entre segunda-feira e sábado, incluindo feriados, em horários a serem definidos.

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o objeto em questão.

Identificou-se que a melhor forma de solução é a realização de licitação para a aquisição do objeto. A licitação será realizada na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com fundamento na Lei Federal 14.133/2021.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando a necessidade de destinar de forma adequada de resíduos em consonância com as legislações pertinentes, busca-se firmar contratação com empresa do ramo específico desta atividade.

Cabe as empresas Contratadas a prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos classe II A e classe II B, mediante utilização de mão de obra própria e todo o aparato necessário e pertinente para a perfeita execução contratual.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95587  
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL  
000008  
10/10/2008  
10/10/2008

## 8.1 Qualificação técnica

### Para o lote 1:

**8.1.1** Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

**8.1.2** Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSAO JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

**8.1.3** A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

**8.1.4** Apresentar a documentação do veículo a ser utilizado na prestação do serviço, que deve cumprir com todas as exigências deste edital e estar em perfeitas condições de uso;

**8.1.5** Licença Ambiental de Operação em nome da proponente e/ou em nome da empresa que fará a coleta e transporte de resíduos sólidos expedido pelo Instituto Água e Terra – IAT, em plena validade;

**8.1.6** Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

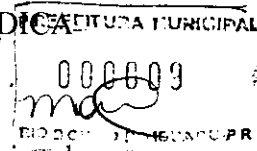
CNPJ 95 587

770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**8.1.7** Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);



**8.1.8** Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

**8.1.9** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

**8.1.10** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**8.1.11** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);

**8.1.12** Apólice de Seguro para o transporte dos resíduos contra eventuais danos ambientais;

**8.1.13** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**8.1.14** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

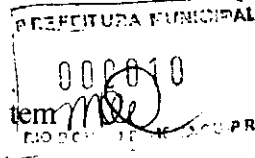
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**8.1.15** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.



## **Para o lote 2:**

**8.1.16** Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

**8.1.17** A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

**8.1.18** Prova de registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

**8.1.19** Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

**8.1.20** Prova de registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA FÍSICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);



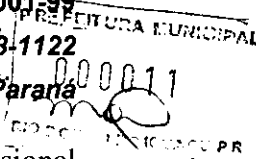
# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



**8.1.21** Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

**8.1.22** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

**8.1.23** Comprovação das seguintes licenças ambientais:

a) Licença Ambiental vigente de Operação (LO) do Aterro Sanitário e transporte dos resíduos.

b) Matrícula do terreno identificando que a área onde está instalado o aterro sanitário, são de propriedade da proponente.

c) Quando o Aterro Sanitário não for de propriedade da Licitante, deverá ser anexado documento devidamente registrado em cartório, que demonstre a vinculação entre a licitante e o proprietário, de forma a garantir a correta destinação final dos resíduos em Aterro Sanitário licenciado.

**8.1.24** Atestado de visita técnica expedido pelo licitador, possibilitando conhecimento das condições e peculiaridades da natureza dos serviços. Para visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica. É recomendado ao proponente que, quando da visita ao local dos serviços, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local dos serviços serão arcados integralmente pela própria proponente. O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95.587.770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços;

**8.1.25** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**8.1.26** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA;

**8.1.27** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**8.1.28** Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aterro e seu respectivo RIMA.

**8.1.29** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**8.1.30** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

## 9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para a coleta e transporte dos resíduos sólidos domiciliares estimou-se o percurso de 3.000 quilômetros rodados ao mês.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

000013

CNPJ 95 587

770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Para a definição da destinação das quantidades, observou-se o histórico das toneladas destinadas ao aterro nos anos anteriores, resíduos da classe IIB. Para efeitos de cálculos de projeto foi utilizado a estimativa por série histórica, considerando o período de janeiro de 2024 à dezembro 2024, onde se considerou uma média de 75.000 Kg/mês. E se monitorou a coleta dos resíduos da classe IIA, onde se considerou uma média de 20.000 Kg/mês.

Os Levantamentos da quantidade de resíduos foram baseados nas medições das pesagens das cargas enviadas e pesadas em balanças do Aterro Sanitário da PEMA, (conforme tabela abaixo), de modo que a geração é estimada a partir da média mensal previamente monitorada.

MESES - 2024	TONELADAS
Janeiro	82,71
Fevereiro	66,47
Março	62,86
Abril	85,75
Mai	83,16
Junho	68,41
Julho	80,91
Agosto	60,33
Setembro	72,49
Outubro	63,11
Novembro	74,67
Dezembro	73,65
Total	874,52
Média Mensal	72,88

- Quantidade média mensal:

$$Q_m = \sum_{i=1}^{12} \left( \frac{q_n}{12} \right) \dots \dots \dots Q_m = \frac{812,97}{12} \dots \dots \dots Q_m = 72,88 \text{ toneladas mensais}$$

Onde:



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR  
000014  
CNPJ 95-587  
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

$Q_m$  - Geração média mensal (toneladas / mês)

$q_n$  - Quantidade de resíduos acumulados no mês (toneladas)

Geração média mensal ocorre pelo somatório total das cargas do ano ou período, dividido pelo número total de meses correspondentes, no caso foi adotado o ano (12 meses).

Estima-se cerca de 75 toneladas por mês de resíduos a serem enviados ao aterro sanitário.

Estima-se cerca de 20 toneladas por mês de resíduos recicláveis a serem destinadas corretamente.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a pesquisa de preços e orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a média ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução.

Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

O Valor total estimado para a contratação é de R\$ 1.282.752,48 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

## 11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Não cabe o parcelamento da solução visto que se trata de objeto específico de prestação de serviço contínuo a ser efetuado.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
000015  
CNPJ 95 867 770/0001-99  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

O pagamento será parcelado, de acordo com a demanda da administração. Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não ter prejuízo para o conjunto a ser licitado.

## 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente aquisição está prevista no Plano de Contratações Anual do município, bem como encontra-se alinhada ao objetivo de garantia da estrutura adequada, além de estar vinculada aos seguintes valores institucionais de acordo com a LEI MUNICIPAL Nº 1.079/2014

I - a busca da garantia de qualidade de vida das populações atuais sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras;

III - a racionalidade no processo de gerenciamento, otimizando as ações e reduzindo os custos;

V - a responsabilização por danos ambientais causados pelos agentes econômicos e sociais;

VII - a responsabilidade pós consumo do produtor pelos produtos e serviços ofertados;

IX - o estabelecimento de padrões sustentáveis de produção e consumo que reduzam os problemas ambientais e as desigualdades sociais;

XI - a integração das Políticas Municipal e Estadual de Resíduos Sólidos às políticas de erradicação do trabalho infantil;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
0000016  
NO 5611 ADICUAÇU-PR  
CNPJ 95 587  
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

XII - a integração da Política Municipal de Resíduos Sólidos às políticas sociais dos governos federal e estadual;

XIII - a erradicação dos lixões; e

XIV - a promoção de um modelo de gestão de resíduos sólidos com uma visão sistêmica, que leve em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas e tecnológicas.

## 14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se com a contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos produzidos pelos munícipes da área urbana e distritos rurais de Rio Bonito do Iguaçu.

Pretende-se, ainda, que os resíduos produzidos tenham a destinação final ambientalmente adequada, sendo encaminhados ao aterro sanitário licenciado, visando a reduzir os riscos para a saúde de todos, e preservando a sustentabilidade do meio ambiente, mitigando os possíveis impactos ambientais.

Com a presente contratação deseja-se adquirir os serviços com padrão de qualidade necessária para uma melhor manutenção dos serviços públicos, reduzindo dessa maneira o desperdício e a inutilização de produtos. Pois, trata-se de tarefa essencial e contínua, que não pode ser interrompida. Dessa forma, com a prestação do serviço pela empresa especializada pretende-se maior eficiência da atividade, pois questões como a manutenção veicular e troca de funcionários, por exemplo, tende a ser mais rápida e ágil pelo ente particular, quando considerada todos os atos administrativos necessários à administração pública para atingir a mesma finalidade

## 15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

770/0001-99

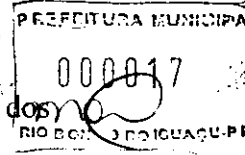
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Existem providências a serem adotadas, pela prefeitura, relacionada à capacitação das equipes responsáveis pelo transporte e coleta dos resíduos.

Além disso orientar os funcionários, da contratada, envolvidos no manuseio dos resíduos devem utilizar os equipamentos de segurança adequados.

Com relação a empresa contratada, o Gestor e/ou o Fiscal de contrato deverão providenciar o agendamento da reunião inicial para a realização dos serviços.



## 16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação desse tipo de serviço gera impactos ambientais, sendo necessárias medidas para sanar qualquer risco que porventura possa existir. Porém os critérios e práticas de sustentabilidade abrangem o seguinte:

I- Coleta regular dos resíduos, impedindo a proliferação de doenças, presença de vetores ou que o lixo polua áreas de captação pluvial, rios, dentre outros;

II- Destinação correta dos resíduos, mitigando os impactos ambientais que o descarte inadequado em áreas verdes ou de bota-foras possam causar no meio ambiente;

III- Conscientização da população, de maneira contínua, sobre a importância do correto acondicionamento, descarte e separação dos lixos orgânicos cuja arte de divulgação das ações pode ser implementada no próprio veículo coletor;

IV- Maior eficiência na coleta de materiais recicláveis: com a coleta contínua de resíduos orgânicos, a população tende a se habituar, conscientizando-se sobre os dias corretos de descarte apenas dos lixos orgânicos, daqueles que possam ser reciclados e coletados em data diversa;

V- Comprovação de a empresa possui licenciamento ambiental para a prática das atividades, o que reduz o risco de a execução do serviço ser realizada de maneira irregular ou com destinação final ambiental incorreta.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

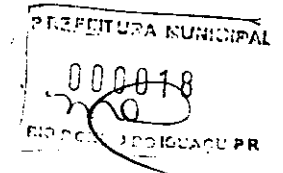
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Nesse contexto a empresa deverá seguir as normas previstas para a realização dos serviços, conforme estabelecidas no Guia Nacional de Licitações sustentáveis e as legislações específicas vigentes.

## 17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE



Os servidores declaram VIÁVEL e indispensável a contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar.

### ASSINATURAS:

*Natuzza Angonese*

NATUZA ANGONESE

Eng Ambiental

**Natuzza Angonese  
Engenheira Ambiental  
e Sanitarista  
CREA-SC/1854596/D**

*Eduardo Moreira*

EDUARDO MOREIRA

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Decreto 016/2025

**Objeto da contratação:** Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

FASE DE ANÁLISE	
X	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
	Gestão do Contrato

RISCO 01						
Deficiência na definição da demanda						
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	X	Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta
<b>Dano</b>						
1.	Superdimensionamento ou subdimensionamento da demanda					
<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>		
1.	Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.				Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>		
1.	Restabelecimento da demanda				Equipe de Planejamento da Contratação	

RISCO 02						
Dotação orçamentária insuficiente						
<b>Probabilidade:</b>	X	Baixa		Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta
<b>Dano</b>						
1.	Empresa não receber ou receber com atraso pelos serviços executados					

<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
1.	Acompanhar a execução orçamentária municipal	Departamento de contabilidade
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
1.	Revisão do planejamento orçamentário, ou ainda, a adequação do contrato com a diminuição de seu quantitativo contratado	Equipe de planejamento

<b>RISCO 03</b>							
Fornecedor incapaz de cumprir o contrato							
<b>Probabilidade:</b>	X	Baixa		Média		Alta	
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta	
<b>Dano</b>							
1.	Interrupção parcial ou total da execução do contrato e a população e município parecer pela não realização da destinação adequada dos resíduos.						
<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>			
1.	Verificação dos atestados de capacidade técnica da proponente bem como especificações detalhadas no TR.				Equipe de planejamento		
<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>			
1.	Fiscalização e monitoramento da execução contratual, registrando todas as ocorrências e aplicando todas as penalidades e sanções previstas				Equipe de fiscalização		

<b>RISCO 04</b>							
Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros							
<b>Probabilidade:</b>	X	Baixa		Média		Alta	
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta	
<b>Dano</b>							
1.	Encerramento da Licitação.						
<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>			
1.	Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação (acórdãos TCU); Estabelecer rotinas de revisão.				Equipe de licitação		
<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>			
1.	Suspensão da licitação				Equipe de licitação		

FASE DE ANÁLISE	
	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
X	Gestão do Contrato

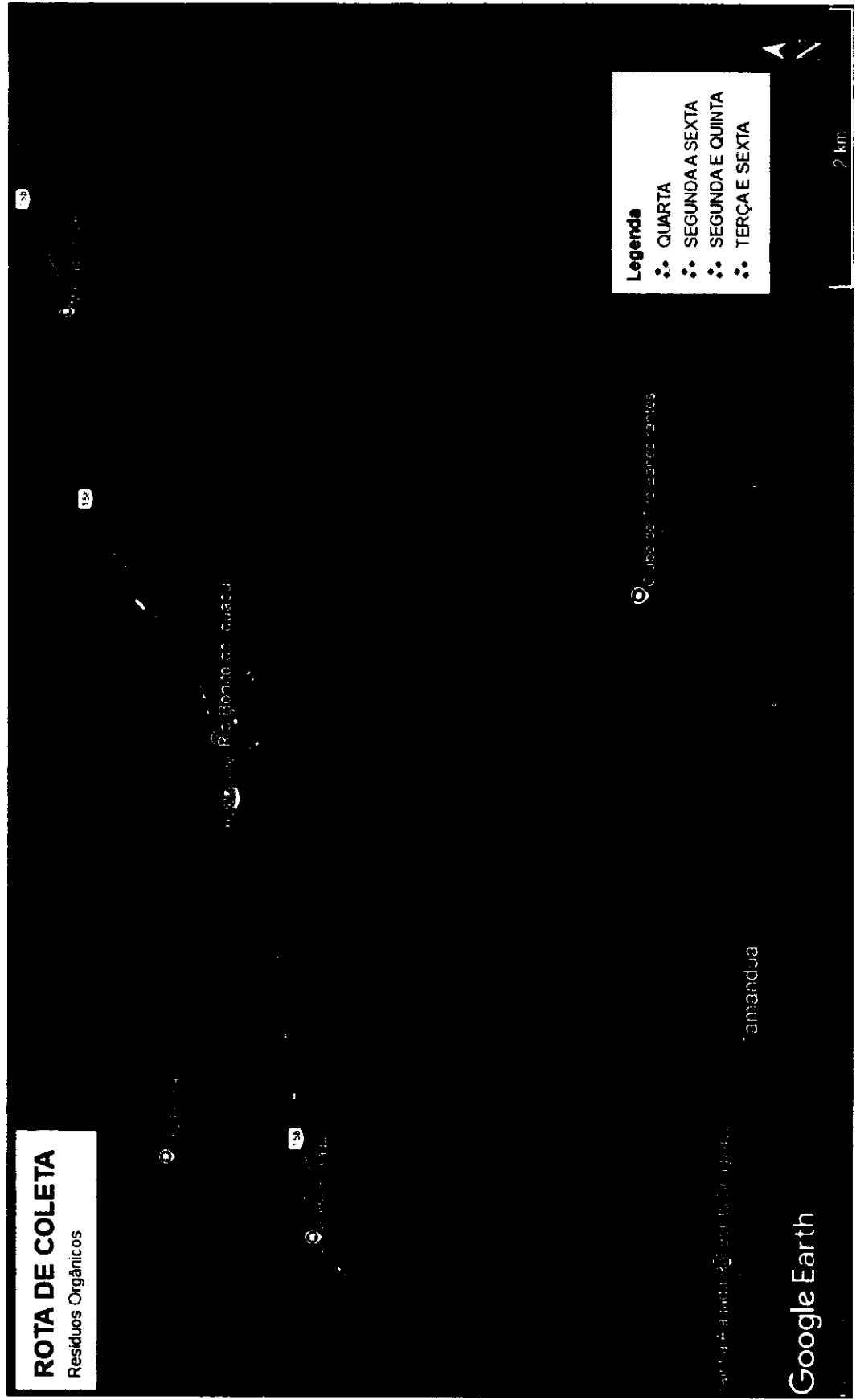
RISCO 05						
A contratação não atender às necessidades do Município.						
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	X	Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta
<b>Dano</b>						
1.	Serviços sendo prestados de forma que não abrangem todas as necessidades da administração.					
	<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>		
1.	Revisão de cada cláusula de obrigações da equipe de planejamento da contratada			Equipe de Planejamento		
2.	Planejamento da contratada e forma de prestação de serviço			Equipe de Planejamento da contratada		
	<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>		
1.	Estudar a insuficiência e refletir sobre as vantagens da contratação			Equipe de fiscalização		

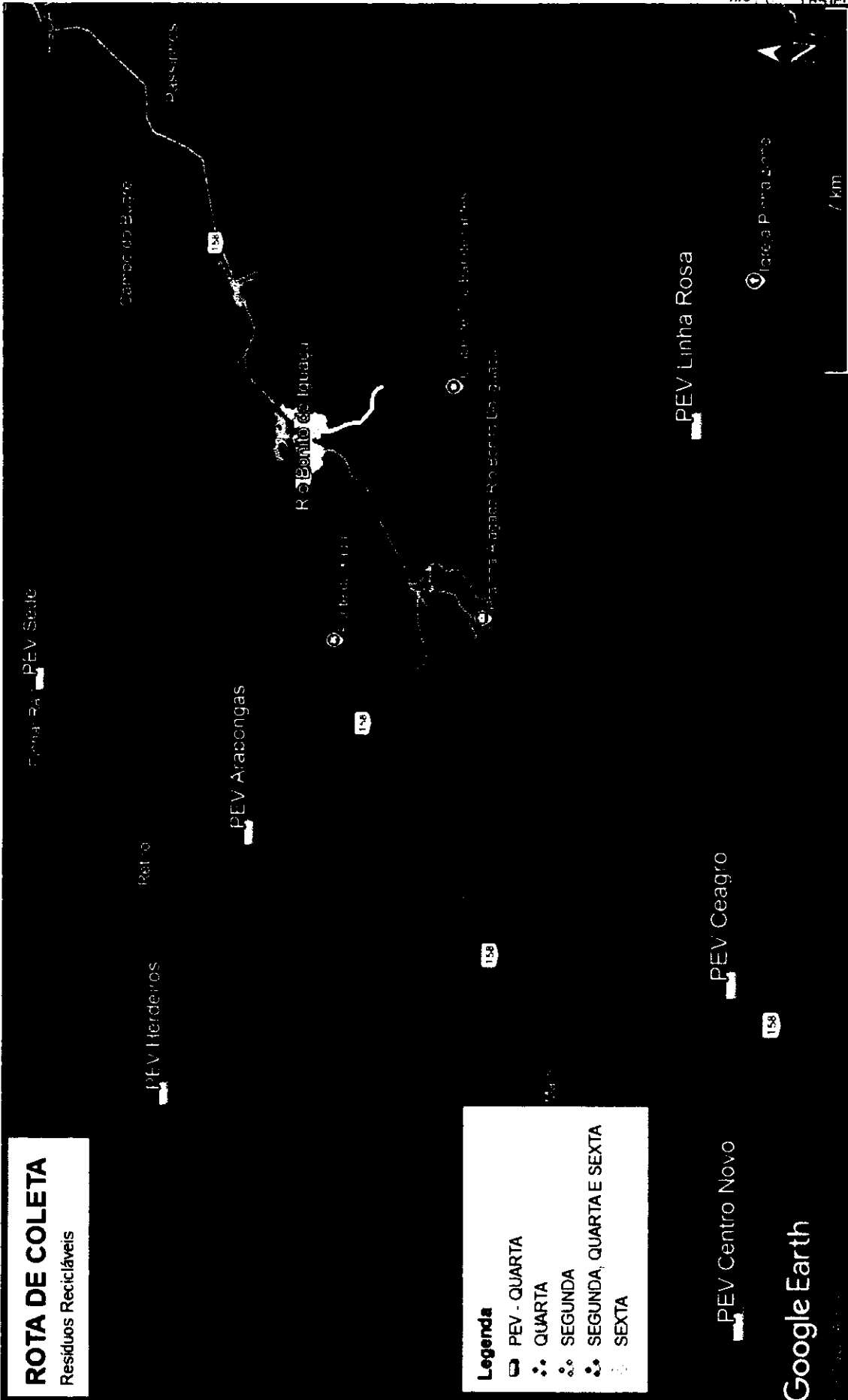
RISCO 06						
Fiscal de contrato deixar de acompanhar a execução						
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	X	Média		Alta
<b>Impacto:</b>		Baixa		Média	X	Alta
<b>Dano</b>						
1.	Fiscal de contrato deixar de cumprir com as verificações necessárias quanto a execução dos serviços prestados, não notificar a empresa quando agir em desacordo com o proposto em contrato					
	<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>		
1.	Designar o fiscal de contrato servidores que entendam o objetivo e funcionamento da contratação e acompanhem o processo licitatório			Equipe de Planejamento		
	<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>		
1.	Realizar acompanhamento periódico quanto a execução dos serviços prestados, notificando a empresa sempre que necessário			Fiscal de contrato		

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO	
Nome: Natuza Angonese Função:	

ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL  
000023  
RIO BONITO DO IUAQUARA-PR

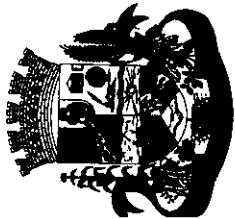




**ROTA DE COLETA**  
Resíduos Recicláveis

- Legenda**
- PEV - QUARTA
  - QUARTA
  - SEGUNDA
  - SEGUNDA, QUARTA E SEXTA
  - SEXTA

Google Earth



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

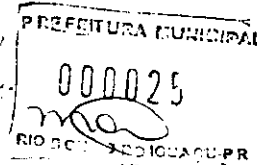
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

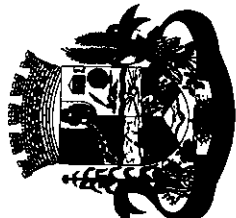
## ANEXO IV

### ORÇAMENTO PARA COLETA DE RESÍDUOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

1. Coleta de Resíduos Sólidos Planilha de Composição de Custos		
Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
<b>1. Mão-de-obra</b>		
1.1. Coletor Turno Dia		
1.2. Motorista Turno do Dia		
<b>2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual</b>		
<b>3. Veículos e Equipamentos</b>		
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³		
3.1.1. Depreciação		
3.1.2. Remuneração do Capital		
3.1.3. Impostos e Seguros		





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçú

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçú - Paraná

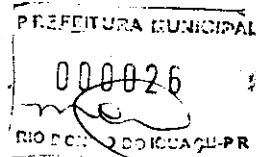
3.1.4. Consumos	
3.1.5. Manutenção	
3.1.6. Pneus	
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	
5. Monitoramento da Frota	
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	
<b>PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA</b>	

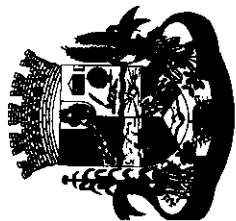
Quantitativos	
Mão-de-obra	Quantidade
1.1. Coletor Turno Dia	3
1.2. Motorista Turno do Dia	1
<b>Total de mão-de-obra (postos de trabalho)</b>	<b>4</b>
<b>Veículos e Equipamentos</b>	
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³	1

COLETOR		MOTORISTA	
COLETA	TRANSP.	COLETA	TRANSPORTE
100%	0%	75%	25%
40hrs/semanal	0 horas	30hrs/semanal	10hrs/semanal

## 1. Mão-de-obra

Discriminação	Unidade	Quantidade	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês			





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

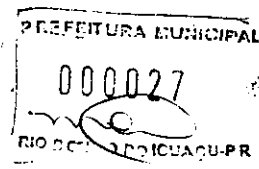
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

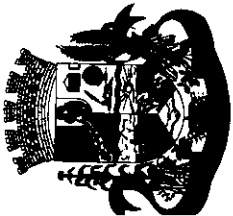
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

	hora			
Horas Extras (100%)	hora			
Horas Extras (50%)	hora			
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$			
Base de cálculo da Insalubridade	%	40		
Adicional de Insalubridade	%			
<b>Soma</b>				
Encargos Sociais	%			
<b>Total por Coletor</b>				
Total do Efetivo	homem	3		
			Fator de utilização	

## 1.2. Motorista Turno do Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (1) para caminhão toco*	mês	1			
Horas Extras (100%)	hora				
Horas Extras (50%)	hora				
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$				
Base de cálculo da Insalubridade	%				
Adicional de Insalubridade	%				
<b>Soma</b>					
Encargos Sociais	%				
<b>Total por Motorista</b>					
Total do Efetivo	homem	1			





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Fator de utilização

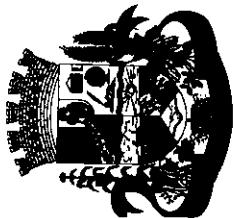
Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)	
--	--

## 2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

### 2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal (mensal)	Total (R\$)
Jaqueta com refletivo (NBR 15.292)	unidade				
Calça	unidade				
Camiseta	unidade				
Boné	unidade				
Botina de segurança c/ palmilha aço	par				
Meia de algodão com cano alto	par				
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade				
Colete reflexivo	unidade				
Luva de proteção	par				
Protetor solar FPS 30	frasco 120g				
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal				

PREFEITURA MUNICIPAL  
000028,  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99  
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

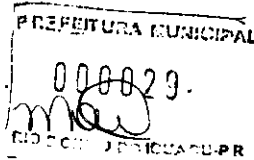
Total do Efetivo	homem							
								Fator de utilização

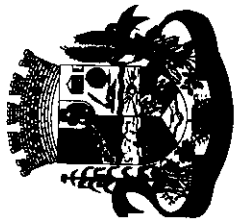
## 2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade				
Calça	unidade				
Camiseta	unidade				
Botina de segurança c/ palmilha aço	par				
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade				
Protetor solar FPS 30	frasco 120g				
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal				
Total do Efetivo	homem				
					Fator de utilização

<b>Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)</b>	
--	--

## 3. Veículos e Equipamentos





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguazu

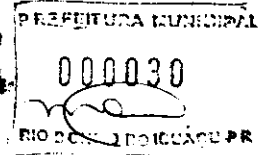
CNPJ 95 587 770/0001-99  
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguazu - Paraná

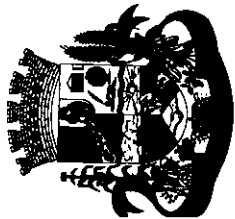
## 3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m<sup>3</sup>

### 3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis*	unidade	1			
Vida útil do chassis	anos				
Idade do veículo	anos				
Depreciação do chassis	%				
<b>Depreciação mensal veículos coletores</b>	<b>mês</b>				
Custo do compactador	unidade	1			
Vida útil do compactador	anos				
Idade do compactador	anos				
Depreciação do compactador	%				
<b>Depreciação mensal do compactador</b>	<b>mês</b>				
Total por veículo					
<b>Total da frota</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>			
			Fator de utilização		

### 3.1.2. Remuneração do Capital





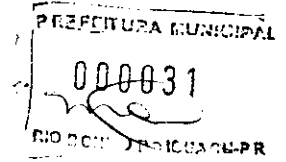
# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

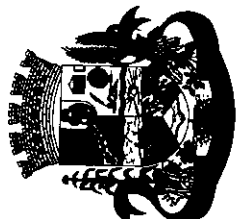
CNPJ 95 587 770/0001-99  
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis	unidade				
Taxa de juros anual nominal	%				
Valor do veículo proposto (V0)	R\$				
Investimento médio total do chassis	R\$				
<b>Remuneração mensal de capital do chassis</b>	<b>R\$</b>				
Custo do compactador	unidade				
Taxa de juros anual nominal	%				
Valor do compactador proposto (V0)	R\$				
Investimento médio total do compactador	R\$				
<b>Remuneração mensal de capital do compactador</b>	<b>R\$</b>				
<b>Total por veículo</b>					
<b>Total da frota</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>			
			Fator de utilização		

### 3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00			
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00			
Seguro contra terceiros	unidade	1,00			
<b>Impostos e seguros mensais</b>	<b>mês</b>	<b>12</b>			





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

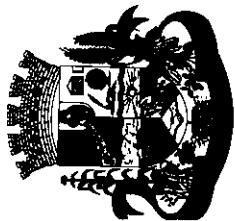
Fator de utilização

## 3.1.4. Consumos

Quilometragem mensal (estimado em levantamento prévio)	3.000
--	-------

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado (Diesel S-10)*	km/l				
Custo mensal com óleo diesel	km				
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados**	l/1.000 km				
Custo mensal com óleo do motor	km				
Custo de óleo da transmissão /1.000 km**	l/1.000 km				
Custo mensal com óleo da transmissão	km				
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km**	l/1.000 km				
Custo mensal com óleo hidráulico	km				
Custo de graxa /1.000 km rodados**	kg/1.000 km				
Custo mensal com graxa	km				

PREFEITURA MUNICIPAL  
000032  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado			

## 3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado				

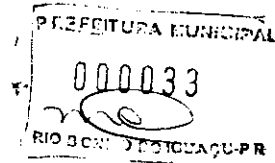
## 3.1.6. Pneus

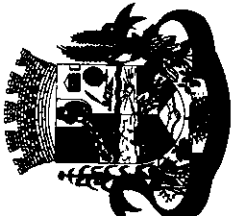
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R22,5	unidade				
Número de recapagens por pneu	unidade				
Custo de recapagem	unidade				
Vulcanização/Reparos	unidade				
Custo jg. compl. + recap / km rodado	km/jogo				
Custo mensal com pneus	km				

## Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)

--	--

## 4. Ferramentas e Materiais de Consumo





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

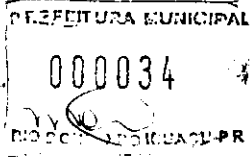
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Recipiente térmico para água (5L)	unidade				
Pá de Concha	unidade				
Vassoura	unidade				
Publicidade (adesivos equipamentos)	cj				
Publicidade (adesivos veículos)	cj				

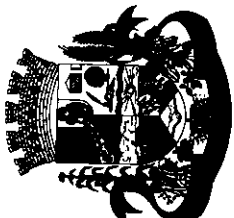
**Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo**  
(R\$/mês)

## 5. Monitoramento da Frota

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Implantação dos equipamentos de monitoramento	cj	1			
Custo mensal com implantação	mês				
Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1			
Custo mensal com manutenção	mês	1			
				Fator de utilização	

**Custo Mensal com Monitoramento da Frota**  
(R\$/mês)





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)

## 6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

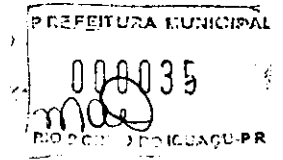
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%				

CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)

PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)

Quantidade média de resíduos coletados por mês (kg):	75.000,00 orgânico 20.000,00 reciclável
--	--

PREÇO POR TONELADA COLETADA (ORGANICO)	R\$/tonelada
PREÇO POR TONELADA COLETADA (RECICLÁVEL)	R\$/tonelada





# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

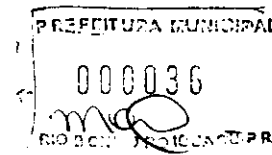
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

## ANEXO V

Município de Rio Bonito do Iguaçu



Modalidade: PREGÃO Nº .../2025-PMRBI Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

### **DECLARAÇÃO QUE TERÁ DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS E DE PESSOAL QUALIFICADO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Declaramos para os fins de direito na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Nº .../2025-PMRBI, instaurado por este Município, que terá disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços, conforme exigências constantes no edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

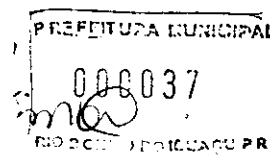
CNPJ 95 587

770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

## ANEXO VI



Município de Rio Bonito do Iguaçu

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO SERVIÇO

Declaramos para os fins de direito na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão n. .../2025-PMRBI, instaurado por este Município, que o responsável técnico pelos serviços:

NOME	ENTIDADE PROFISSIONAL

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

(Assinatura do representante Legal e carimbo da proponente)



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

770/0001-99

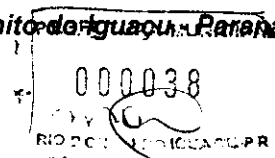
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu, Paraná

## ANEXO VII

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Modalidade: PREGÃO N° .../2025-PMRBI Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.



## DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISITA TÉCNICA

Razão Social da empresa:

CNPJ n°:

Endereço:

Fone:

E-mail

Declaro que optamos pela não realização da visita técnica assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório da Licitação Pregão Eletrônico n° XXX/2025 em nome da empresa que represento.

Declaro ainda que neste caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade de nossa empresa a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de serviços. Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Assinatura do representante legal da empresa



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587

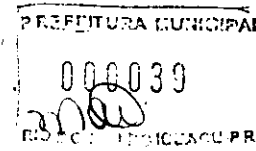
770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

## ANEXO VIII

Município de Rio Bonito do Iguaçu



Modalidade: PREGÃO Nº .../2025-PMRBI Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

### DECLARAÇÃO QUE TERÁ PROGRAMAS

Declaramos para os fins de direito na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Nº .../2025-PMRBI, instaurado por este Município, que terá Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA, conforme exigências constantes no edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa

000040

MOBILIDADE URBANA



**ES RESÍDUOS**  
Cuidar do Lixo é Cuidar do Planeta!

**ORÇAMENTO SINTÉTICO**

ITEM/DESCRIÇÃO PRODUTO SERVIÇO	CUSTO (R\$ MÊS)	%
1. MÃO DE OBRA	R\$ 19.330,35	24,62%
2. UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 503,48	0,64%
3. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	R\$ 27.452,50	34,97%
4. FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSUMO	R\$ 120,00	0,15%
5. MONITORAMENTO DA FROTA	R\$ 350,00	0,45%
6. ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 4.500,00	5,73%
7. BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS - BDI	R\$ 26.243,13	33,43%
<b>PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA</b>	<b>R\$ 78.499,47</b>	<b>100,00%</b>

**Quantitativos**

Mão-de-obra	Quantidade
1.1. Coletor Turno Dia	3
1.3. Motorista Turno do Dia	1
<b>Total de mão-de-obra (postos de trabalho)</b>	<b>4</b>

Veículos e Equipamentos	Quantidade
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³	1

Fator de utilização (FU) 100%

1.1. Coletor Turno Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria*	mês	1	2.487,20	2.487,20	
Mínimo nacional	mês	1	-	-	
Horas Extras (100%)	hora		22,61	-	
Horas Extras (50%)	hora	5,00	16,96	84,79	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		17,69	17,69	
Adicional de Insalubridade	%	40	994,88	397,95	
<b>Soma</b>				<b>2.987,63</b>	
Encargos Sociais	%	70,60	2.987,63	2.109,15	
<b>Total por Coletor</b>				<b>2.987,63</b>	
Total do Efetivo	homem	3	2.987,63	8.962,89	
				1,00	<b>8.962,89</b>

1.3. Motorista Turno do Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria* (2)	mês	1	2.514,36	2.514,36	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	-	-	
Horas Extras (100%)	hora		22,86	-	
Horas Extras (50%)	hora	5,00	17,14	85,72	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		17,88	17,88	
Base de cálculo da Insalubridade		1			
Adicional de Insalubridade	%	40	1.005,74	402,30	
<b>Soma</b>				<b>3.020,26</b>	
Encargos Sociais	%	70,60	3.020,26	2.132,18	
<b>Total por Motorista</b>				<b>5.152,43</b>	
Total do Efetivo	homem	1	5.152,43	5.152,43	
				1,00	<b>5.152,43</b>

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Transporte	R\$	1	6,00		
Dias Trabalhados por mês	dia	26			
Coletor	vale	156	3,13	488,30	
Motorista	vale	52	3,10	161,14	
					<b>649,44</b>

1.6. Vale-refeição (diário)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	3		-	
Motorista	unidade	1		-	

000041

RIO BONITO - PERNAMBUCO - PR

## 1.7. Auxílio Alimentação (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	3	805,00	2.415,00	
Motorista	unidade	1	642,62	642,62	
Provisão Férias Coletor	unidade	3	67,08	201,25	
Provisão Férias Motorista	unidade	1	53,55	53,55	
				1,00	3.312,42

## 1.8. Assistência Médica (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade		-	-	
Motorista	unidade		-	-	
				1,00	-

## 1.9. Benefício Social Familiar (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	3	28,00	84,00	
Motorista	unidade		-	-	
				1,00	84,00

## 1.10. Formação Profissional (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	3	28,00	84,00	
Motorista	unidade		-	-	
				1,00	84,00

## 1.11. Desjejum (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	3	184,00	552,00	
Motorista	unidade	1	184,00	184,00	
				1,00	736,00

## 1.12. Seguro de Vida (mensal)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Coletor	unidade	3	87,05	261,16	
Motorista	unidade	1	88,00	88,00	
				1,00	349,16

## Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)

19.330,35

## 2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	6	35,00	5,83	
Calça	unidade	4	35,00	8,75	
Camiseta	unidade	2	25,00	12,50	
Boné	unidade	2	9,90	4,95	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	2	50,00	25,00	
Meia de algodão com cano alto	par	1	7,90	7,90	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1	4,90	4,90	
Colete reflexivo	unidade	1	38,00	38,00	
Luva de proteção	par	4	37,00	9,25	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	2	29,80	14,90	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	3,00	3,00	
Total do Efetivo	homem	3	134,98	404,95	
				1,00	404,95

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	6	35,00	5,83	
Calça	unidade	2	35,00	17,50	
Camiseta	unidade	2	25,00	12,50	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	2	50,00	25,00	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	1	4,90	4,90	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1	29,80	29,80	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	3,00	3,00	
Total do Efetivo	homem	1	98,53	98,53	
				1,00	98,53

000042

RIO BONITO - RN - Nº 593,48 R

Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)					
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total (R\$)</b>
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	270.000,00	270.000,00	
Vida útil do chassis	anos	5			
Idade do veículo	anos	3			
Depreciação do chassis	%	55,68	270.000,00	150.336,00	
<b>Depreciação mensal veículos coiletores</b>	<b>mês</b>	<b>60</b>	<b>150.336,00</b>	<b>2.505,60</b>	
Custo de aquisição do compactador	unidade	1	50.000,00	50.000,00	
Vida útil do compactador	anos	5			
Idade do compactador	anos	1			
Depreciação do compactador	%	55,68	50.000,00	27.840,00	
<b>Depreciação mensal do compactador</b>	<b>mês</b>	<b>60</b>	<b>27.840,00</b>	<b>464,00</b>	
<b>Total por veículo</b>				<b>2.969,60</b>	
<b>Total da frota</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>2.969,60</b>	<b>2.969,60</b>	
				1,00	<b>2.969,60</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total (R\$)</b>
Custo do chassis	unidade	1	270.000,00	270.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	80			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	179.798,40			
Investimento médio total do chassis	R\$	164.764,80			
<b>Remuneração mensal de capital do chassis</b>	<b>R\$</b>		<b>10.984,32</b>	<b>10.984,32</b>	
Custo do compactador	unidade	1	50.000,00	50.000,00	
Taxa de juros anual nominal	%	80			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	44.432,00			
Investimento médio total do compactador	R\$	36.080,00			
<b>Remuneração mensal de capital do compactador</b>	<b>R\$</b>		<b>2.405,33</b>	<b>2.405,33</b>	
<b>Total por veículo</b>				<b>13.389,65</b>	
<b>Total da frota</b>	<b>unidade</b>	<b>1</b>	<b>13.389,65</b>	<b>13.389,65</b>	
				1,00	<b>13.389,65</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total (R\$)</b>
IPVA	unidade	1,00	2.700,00	2.700,00	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	600,00	600,00	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	150,00	150,00	
<b>Impostos e seguros mensais</b>	<b>mês</b>	<b>12</b>	<b>3.450,00</b>	<b>287,50</b>	
				1,00	<b>287,50</b>
<b>Quilometragem mensal</b>		<b>3.000</b>			
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Consumo</b>	<b>Custo unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total (R\$)</b>
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	2,99	6,190		
Custo mensal com óleo diesel	km	3.000	2,070	6.210,70	
Custo de óleo do motor / 1.000 km rodados	l/1.000 km	1,20	70,00		
Custo mensal com óleo do motor	km	3.000	0,084	252,00	
Custo de óleo da transmissão / 1.000 km	l/1.000 km	0,80	70,00		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	3.000	0,056	168,00	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	1,20	70,00		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	3.000	0,084	252,00	
Custo de graxa / 1.000 km rodados	kg/1.000 km	0,45	70,00		
Custo mensal com graxa	km	3.000	0,032	94,50	
<b>Custo com consumos/km rodado</b>	<b>R\$/km rodado</b>		<b>2,326</b>		
					<b>6.977,20</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total (R\$)</b>
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	3.000	1,22	3.660,00	
					<b>3.660,00</b>
<b>Discriminação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo unitário</b>	<b>Subtotal</b>	<b>Total (R\$)</b>
Custo do jogo de pneus	unidade	6	500,00	3.000,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	1			
Custo de recapagem	unidade	6,00	15,00	90,00	
Custo jg. compl. + X recap. / km rodado	km/jogo	55.000	3.090,00	0,06	
Custo mensal com pneus	km	3.000	0,06	168,55	
					<b>168,55</b>

<b>Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)</b>					<b>27.452,50</b>																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Discriminação</th> <th>Unidade</th> <th>Quantidade</th> <th>Custo unitário</th> <th>Subtotal</th> <th>Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Recipiente térmico para água (5L)</td> <td>unidade</td> <td>2</td> <td>12,00</td> <td>24,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Pá de Concha</td> <td>unidade</td> <td>2</td> <td>12,00</td> <td>24,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Vassoura</td> <td>unidade</td> <td>2</td> <td>12,00</td> <td>24,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Publicidade (adesivos equipamentos)</td> <td>cj</td> <td>2</td> <td>12,00</td> <td>24,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Publicidade (adesivos veículos)</td> <td>cj</td> <td>2</td> <td>12,00</td> <td>24,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td><b>120,00</b></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	Recipiente térmico para água (5L)	unidade	2	12,00	24,00		Pá de Concha	unidade	2	12,00	24,00		Vassoura	unidade	2	12,00	24,00		Publicidade (adesivos equipamentos)	cj	2	12,00	24,00		Publicidade (adesivos veículos)	cj	2	12,00	24,00						<b>120,00</b>	
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)																																										
Recipiente térmico para água (5L)	unidade	2	12,00	24,00																																											
Pá de Concha	unidade	2	12,00	24,00																																											
Vassoura	unidade	2	12,00	24,00																																											
Publicidade (adesivos equipamentos)	cj	2	12,00	24,00																																											
Publicidade (adesivos veículos)	cj	2	12,00	24,00																																											
				<b>120,00</b>																																											
<b>Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)</b>					<b>120,00</b>																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Discriminação</th> <th>Unidade</th> <th>Quantidade</th> <th>Custo unitário</th> <th>Subtotal</th> <th>Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Implantação dos equipamentos de monitoramento</td> <td>cj</td> <td>1</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo mensal com implantação</td> <td>mês</td> <td>60</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Manutenção dos equipamentos de monitoramento</td> <td>unidade</td> <td>1</td> <td>350,00</td> <td>350,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo mensal com manutenção</td> <td>mês</td> <td>1</td> <td>350,00</td> <td>350,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td><b>1,00</b></td> <td><b>350,00</b></td> </tr> </tbody> </table>						Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	Implantação dos equipamentos de monitoramento	cj	1	-	-		Custo mensal com implantação	mês	60	-	-		Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1	350,00	350,00		Custo mensal com manutenção	mês	1	350,00	350,00						<b>1,00</b>	<b>350,00</b>						
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)																																										
Implantação dos equipamentos de monitoramento	cj	1	-	-																																											
Custo mensal com implantação	mês	60	-	-																																											
Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1	350,00	350,00																																											
Custo mensal com manutenção	mês	1	350,00	350,00																																											
				<b>1,00</b>	<b>350,00</b>																																										
<b>Custo Mensal com Monitoramento da Frota (R\$/mês)</b>					<b>350,00</b>																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Discriminação</th> <th>Unidade</th> <th>Quantidade</th> <th>Custo unitário</th> <th>Subtotal</th> <th>Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Administração Local</td> <td>unidade</td> <td>1,00</td> <td>4.500,00</td> <td>4.500,00</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td></td> <td><b>4.500,00</b></td> </tr> </tbody> </table>						Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	Administração Local	unidade	1,00	4.500,00	4.500,00							<b>4.500,00</b>																								
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)																																										
Administração Local	unidade	1,00	4.500,00	4.500,00																																											
					<b>4.500,00</b>																																										
<b>CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)</b>					<b>52.256,33</b>																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Discriminação</th> <th>Unidade</th> <th>Quantidade</th> <th>Custo unitário</th> <th>Subtotal</th> <th>Total (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Benefícios e despesas indiretas</td> <td>%</td> <td>50,22</td> <td>52.256,33</td> <td>26.243,13</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"></td> <td></td> <td><b>26.243,13</b></td> </tr> </tbody> </table>						Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)	Benefícios e despesas indiretas	%	50,22	52.256,33	26.243,13							<b>26.243,13</b>																								
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)																																										
Benefícios e despesas indiretas	%	50,22	52.256,33	26.243,13																																											
					<b>26.243,13</b>																																										
<b>CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)</b>					<b>26.243,13</b>																																										
<b>PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)</b>					<b>78.499,47</b>																																										
<p>Quantidade média de resíduos coletados por mês: 75.000,00 orgânico 20.000,00 reciclável</p> <p style="text-align: right;">95.000,00 toneladas</p>																																															
<b>PREÇO POR TONELADA COLETADA: [A/B]</b>					<b>R\$/tonelada</b>																																										
					<b>0,83</b>																																										
<b>PREÇO POR MÊS ORGÂNICO</b>			75.000,00	61.973,26																																											
<b>PREÇO POR MÊS RECICLÁVEL</b>			20.000,00	16.526,20																																											
<b>TOTAL MÊS</b>				<b>78.499,47</b>																																											

ES PRIME SERVICES  
LTDA:47050104000174

Assinado de forma digital por ES  
PRIME SERVICES  
LTDA:47050104000174  
Dados: 2025.11.04 10:15:29 -03'00'

ELOISE SABRINA  
PEREIRA:08739394921

Assinado de forma digital por  
ELOISE SABRINA  
PEREIRA:08739394921  
Dados: 2025.11.04 10:15:11 -03'00'



- Escrever
- Mail
- Caixa de entrada 1.012
- Com estrela
- Adiados
- Enviados
- Rascunhos 6
- Compras 20
- Mais

### Solicitação de Orçamento - Serviços de Coleta e Transporte de Resid



**Natuza Angonese**  
Prezado(a) A Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguazu, por meio da Secretaria de Agropecuaria e Meio Ambiente,



**Consultoria Licitação**  
para mim  
Conforme solicitado segue anexo o orçamento.

Marcadores

1 anexo • Verificados pelo Gmail Adicionar ao Google Drive

ORÇAMENTO RIO.

Orçamento aprovado.    Recebido.    Orçamento recebido.

← Responder    → Encaminhar    😊

000045

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada dos resíduos sólidos domiciliares do município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequada e licenciado para atender as necessidades da secretaria municipal de agropecuária e meio ambiente pelo período de 12 meses, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA		1. Coleta de Resíduos Sólidos do Município de Rio Bonito do Iguaçu	
Planilha de Composição de Custos (Na data 16/10/2025)			
Orçamento Sintético			
Descrição do item	Custo (R\$/mês)	%	
<b>Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)</b>	<b>R\$ 22.217,04</b>	<b>33,30%</b>	
1.1 Coletor turno dia	R\$ 11.500,00	17,26%	
1.2 Motorista Turno do Dia - caminhão todo	R\$ 4.500,00	6,71%	
1.3 Responsável Técnico	R\$ 1.510,00	2,26%	
1.4 Transporte	R\$ 1.063,00	1,50%	
1.5 Seguro do veículo (casual)	R\$ 200,00	0,29%	
1.6 Aluguel Mensal	R\$ 2.854,00	4,16%	
<b>2 Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual</b>	<b>R\$ 701,59</b>	<b>1,05%</b>	
2.1 Uniformes e EPIs para Coletor	R\$ 571,18	0,86%	
2.2 Uniformes e EPIs para demais categorias	R\$ 130,42	0,20%	
<b>3 Veículos e Equipamentos</b>	<b>R\$ 19.006,53</b>	<b>29,69%</b>	
3.1 Veículo Coletor Compactador trucidado com cap. 19 m³	R\$ 15.994,13	24,47%	
3.2 Depreciação	R\$ 3.712,00	5,56%	
3.3 Remuneração do Capital	R\$ 2.514,28	3,92%	
3.4 Impostos e Seguros	R\$ 1.053,74	1,58%	
3.4.1 Consumos	R\$ 8.164,13	12,24%	
3.4.2 Manutenção	R\$ 3.450,00	5,17%	
3.4.3 Fretos	R\$ 0,00	0,00%	
<b>4 Ferramentas e Materiais de Consumo</b>	<b>R\$ 189,92</b>	<b>0,28%</b>	
<b>5 Assistência Médica</b>	<b>R\$ 574,00</b>	<b>0,86%</b>	
<b>6 Monitoramento da Frota</b>	<b>R\$ 113,33</b>	<b>0,17%</b>	
<b>7 Benefícios e Despesas Indiretas - BDI</b>	<b>R\$ 23.687,14</b>	<b>35,50%</b>	
<b>Preço Total Mensal com a Coleta</b>	<b>R\$ 66.715,56</b>	<b>100%</b>	
<b>Preço Total Mensal com a Coleta e mais INPC</b>		<b>R\$ 66.715,56</b>	

Quantitativos																			
Mão-de-obra			Quantidade																
1.1	Coletor turno dia		3																
1.2	Motorista Turno do Dia - caminhão todo		1																
1.3	Responsável Técnico		1																
<b>Total de mão-de-obra (postos de trabalho)</b>			<b>5</b>																
Veículos e Equipamentos			Quantidade																
3.1	Veículo Coletor Compactador trucidado com cap. 19 m³		1																
<table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="2">COLETOR</th> <th colspan="2">MOTORISTA</th> </tr> <tr> <th>COLETA</th> <th>TRANSP</th> <th>COLETA</th> <th>TRANSPORTE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>75%</td> <td>0%</td> <td>75%</td> <td>45%</td> </tr> <tr> <td>165 horas</td> <td>0 horas</td> <td>165 horas</td> <td>90 horas</td> </tr> </tbody> </table>				COLETOR		MOTORISTA		COLETA	TRANSP	COLETA	TRANSPORTE	75%	0%	75%	45%	165 horas	0 horas	165 horas	90 horas
COLETOR		MOTORISTA																	
COLETA	TRANSP	COLETA	TRANSPORTE																
75%	0%	75%	45%																
165 horas	0 horas	165 horas	90 horas																

**16.584.481/0001-60**  
**J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME**  
 RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
 FSO.COM DOM PEDRO II RINÇÃO  
 BUGRE - CEP 83.680-000  
 BALSAMOVA PR

000046

RIO DE JANEIRO - RJ

1. Mão-de-obra

1.1. Coletor turno dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Plano da categoria	mês	1	1.880,00	1.880,00	
Salário mínimo nacional (2)	mês	6	1.518,00		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	17,09		
Horas Extras (50%)	hora	5,00	12,82	64,09	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$				
Adicional de Insalubridade	%	40%	1.518,00	607,20	
<b>Soma</b>				<b>2.551,29</b>	
Encargos Sociais	%	50,34	2.551,29	1.284,32	
<b>Total por Coletor</b>				<b>3.835,61</b>	
Total do Efetivo	homem	3	3.835,61	11.506,83	
				Fator de utilização	1,00
					<b>11.506,83</b>

1.2. Motonara Turno do Dia - caminhão lixo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Plano da categoria (1)	mês	1	2.438,48	2.438,48	
Salário mínimo nacional (2)	mês	6	1.518,00		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	22,44		
Horas Extras (50%)	hora	10,00	16,83	168,31	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$				
Adicional de Insalubridade	%	40%	1.518,00	607,20	
<b>Soma</b>				<b>3.243,99</b>	
Encargos Sociais	%	50,34	3.243,99	1.633,62	
<b>Total por Motonara</b>				<b>4.877,61</b>	
Total do Efetivo	homem	1	4.877,61	4.877,61	
				Fator de utilização	1,00
					<b>4.877,61</b>

1.3. Responsavel Técnico

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Plano da categoria (1) - por contrato	mês	1	1.518,00	1.518,00	
Salário mínimo nacional (2)	mês	6	1.518,00		
Horas Extras (100%)	hora	0,00	6,90		
Horas Extras (50%)	hora	0,00	10,35		
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$				
Adicional de Insalubridade	%	0%	1.518,00		
<b>Soma</b>				<b>1.518,00</b>	
Encargos Sociais	%		1.518,00		
<b>Total por Encarregado</b>				<b>1.518,00</b>	
Total do Efetivo	homem	1	1.518,00	1.518,00	
				Fator de utilização	1,00
					<b>1.518,00</b>

1.4. Vale Transporte

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Transporte	R\$	1	R\$ 5,76		
Dias trabalhados por mês	Dia	22			
Coletor	vale	132	R\$ 5,76	R\$ 752,40	
Motonara	vale	44	R\$ 5,76	R\$ 250,80	
				R\$ 1.003,20	
				Fator de utilização	1,00
					<b>1.003,20</b>

1.5. Vale refeição (diário) Desjeun

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motonara (lanche - Turno)	Unidade	20	9,20	R\$ 184,00	
Coletor (lanche - Turno)	Unidade	60	9,20	R\$ 552,00	
Total do Efetivo	homem	4		R\$ 736,00	
				Fator de utilização	1,00
					<b>736,00</b>

1.6. Auxílio Alimentação - Mensal

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motonara	unidade	1	805,00	R\$ 805,00	
Coletor	unidade	3	805,00	R\$ 2.415,00	
				R\$ 3.220,00	
Participação do funcionário em 20%	homem	4	161,00	R\$ 644,00	
				R\$ 2.576,00	
				Fator de utilização	1,00
					<b>2.576,00</b>

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)

**22.217,04**

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal (mensal)	Total (R\$)
Jaqueta com refletivo - NBR 15.292	unidade	6	115,00	19,17	
Capacete	unidade	4	65,00	16,25	
Calça jeans	unidade	4	45,00	11,25	
Botas	unidade	5	23,00	4,60	
Forma de segurança com protetor a arco	pa	4	90,00	22,50	
Máscara antidifusão com filtro a ar	pa	4	9,50	2,36	
Capa de chuva amarela com refletivo	unidade	4	36,00	9,00	
Colete reflexivo	unidade	4	28,00	7,00	
Luva de proteção	pa	2	32,00	16,00	
Prato solar FPS 30	frasco 120g	4	29,00	7,25	
Manutenção de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	75,00	75,00	

16.584.481/0001-60

J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME

Título do Efeito	nome	3	190,39	67 000 0067	571,18
			Fator de utilização	1,00	

2.7 Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Luqueta com reflexivo (NBR 15 292)	unidade	6	115,00	19,17	
Capa	unidade	4	65,00	15,25	
Camiseta	unidade	4	45,00	11,25	
Botina de segurança c/ palmilha ago.	par	4	90,00	22,50	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	4	36,00	9,00	
Protetor solar FPS 30	casaco 120cm	4	29,00	7,25	
Reperização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	45,00	45,00	
Total do Efeito	homem	3	130,42	130,42	
				Fator de utilização	1,00
					<b>130,42</b>
<b>Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)</b>					<b>701,59</b>

3. Veículos e Equipamentos

3.1 Veículo C/veículo Compactador tribado com esp. 15 m<sup>3</sup>

3.1.1 Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	590.000,00	590.000,00	
Vida útil do chassis	anos	15			
Idade do veículo	anos	5			
Depreciação do chassis	%	85,66	590.000,00	328.512,00	
Depreciação mensal veículos coletores	mês	120	328.512,00	2.737,60	

16.584.481/0001-60  
 J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME  
 RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
 FSO. COM DOM PEDRO II RINÇÃO  
 BUGRE - CEº 83.680-000  
 BALSÁ NOVA - PR

000048

RIO DE JANEIRO - RJ

Valor de aquisição do compactador	unidade	1	210.000,00	210.000,00	
Depreciação mensal do compactador	meses	120	116.928,00	974,40	
Total por veículo				3.712,00	
Total da frota	unidade	1	3.712,00	3.712,00	
				Fator de utilização	1,00
					<b>3.712,00</b>

3.1.2 Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de chassis	unidade	1,00	590.000,00	590.000,00	
Taxa de juros anual nominal		0,5			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	590.000,00			
Investimento médio total do chassis	R\$	326.250,00			
Remuneração mensal de capital do chassis	R\$		1.761,77	1.761,77	
Custo do compactador	unidade	1,00	210.000,00	210.000,00	
Taxa de juros anual nominal		0,5			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	210.000,00			
Investimento médio total do compactador	R\$	157.982,40			
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$		852,49	852,49	
Total por veículo				2.614,26	
Total da frota	unidade	1	2.614,26	2.614,26	
				Fator de utilização	1,00
					<b>2.614,26</b>

3.1.3 Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	5.900,00	5.900,00	
Impedimento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	244,86	244,86	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	6.500,00	6.500,00	
Impostos e seguros mensais	mes	12	12.644,86	1.053,74	
				Fator de utilização	1,00
					<b>1.053,74</b>

3.1.4 Consumos

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km <sup>3</sup>	3,30	6,690		
Custo mensal com óleo diesel	km	3.000	1.904,346	7.843,48	
Custo de óleo do motor / 1.000 km rodados	l / 1.000 km	2	19,90	39,80	
Custo mensal com óleo do motor	km	3.000	0,013	39,80	
Custo de óleo da transmissão / 1.000 km	l / 1.000 km	0,85	27,50	549,90	
Custo mensal com óleo da transmissão	km	3.000	0,006	23,97	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l / 1.000 km	3,00	18,00	359,90	
Custo mensal com óleo hidráulico	km	3.000	0,016	53,99	
Custo de graxa / 1.000 km rodados	kg / 1.000 km	6,00	17,25	345,00	
Custo mensal com graxa	km	3.000	0,035	103,50	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		R\$ 2,72	8.164,13	
				Fator de utilização	1,00
					<b>8.164,13</b>

3.1.5 Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção das câmaras	R\$/km rodado	3.000	1,15	3.450,00	
					<b>3.450,00</b>

3.1.6 Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do pneu de pneus 275/80 R22.5	unidade	2	2.800,00	5.600,00	
Número de recargas/pneu	unidade	6			
Custo de recarga/pneu	unidade	9,30	93,00	7.440,00	
Custo de óleo de recarga	unidade	10,00	50,00	500,00	
Custo de óleo de recarga / km rodado	km/recarga	50.000	13.540,00	0,27	
Custo total por veículo	km	3.000	0,27	812,40	
Total da frota	unidade	1	812,40	812,40	

6.584.481/0001-60

J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-MF  
 RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
 FSO. COM DOM PEDRO II RINÇAO  
 BUGRE - CEº 83.660 - 000  
 Balsa Move do

000019  
RIO BONITO - RUA JOSÉ GOMES

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Procedimento técnico para água - 5L	unidade	1/12	75,00	6,25	
Papelão 50kg	unidade	1,0	55,00	55,00	
Capacete	unidade	1/2	49,00	24,50	
Publicidade adesivos e equipamentos		1/12	600,00	50,00	
Publicidade adesivos para loi		1/12	1.200,00	100,00	
				<b>189,92</b>	

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês) **189,92**

5. Assistência Médica

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Assistência médica e familiar	Unidade	4	87,00	350,00	
Assistência social e familiar	Unidade	4	28,00	112,00	
Fundo de família do profissional	Unidade	4	28,00	112,00	
				<b>574,00</b>	
Custo mensal com assistência médica				1,00	<b>574,00</b>

6. Monitoramento da Frota

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Implantação dos equipamentos de monitoramento	unidade	1	500,00	500,00	
Custo mensal com implantação	unidade	60	500,00	8,33	
Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1	105,00	105,00	
Custo mensal com manutenção por veículo	mes	1	113,33	113,33	
Total de Frota		1		113,33	
				Fator de utilização	1,00
					<b>113,33</b>

Custo Mensal com Monitoramento da Frota (R\$/mês) **113,33**

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês) **43.028,41**

7. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Discriminação	Unid. de	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	55,05%	43.028,41	23.687,14	
					<b>23.687,14</b>

CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês) **23.687,14**

PREÇO SOB. TOTAL (R\$/ mês) **66.715,55**

PREÇO SOB. TOTAL (R\$/ para os 12 meses) **800.586,65**

Quantidade média de Tonelada por mês **95 Ton.**

PREÇO POR KM RODADO (A/B) **R\$/ Ton. 702,2690**

O valor do salário mensal do coelheiro é o definido pelo piso salarial da categoria, conforme convenção coletiva de trabalho com validade 01/02/2022/2023 para o Estado do Paraná de acordo com o SIEMACQ.  
 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PRO0074/2025  
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/01/2025  
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR000744/2025  
 NÚMERO DO PROCESSO: 13068/20024/2025-08  
 DATA DO PROTOCOLO: 17/01/2025 apêndice 01/02/2025

O valor do salário mensal do motorista de caminhão 1000 é o definido pelo piso salarial da categoria, conforme convenção coletiva de trabalho (Sind. Sitros) com validade 2017/2019 para a região de Baixo Nova - PR.  
 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000954/2024  
 DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/11/2024  
 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR05276/2024  
 NÚMERO DO PROCESSO: 13068/207506/2024-51  
 DATA DO PROTOCOLO: 08/10/2024

O trabalho será realizado segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira.  
 A carga de trabalho para cada condutor de insalubridade terá como base o piso salarial em âmbito nacional.  
 O motorista e condutores terão direito a um intervalo, pois terão trabalho em um turno.  
 O veículo que está sendo considerado conforme termo de entrega.

Para os veículos de 155 a 185 CV SINCOFINIS estão sendo aplicados os aumentos referentes a Preço Presumido.

Os valores dos itens de consumo e dos itens de rodagem foram definidos com base em Registro de Preços vigentes no órgão licitante (Setor de Compras) os valores referentes a tempo de consumo, duração de pneus e índice médio de custo de manutenção dos veículos foram definidos pela secretaria de obras e serviços e utilidades.

Os valores dos uniformes foram definidos com base na média aritmética simples de documentos feitos em lojas do ramo.

O veículo e o compactador que realizam os serviços deverá ter capacidade no mínimo 15m³ a capacidade de fabricação não superior a 05 (cinco) anos.

O preço de óleo diesel foi usado o valor médio de bomba praticado na data 15/10/2024 nos postos da região de Rio Bonito do Iguçu PR.

**16.584.481/0001-60**

J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME

RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101

RSO.COM DOM PEDRO II RINÇÃO

BUGRE - CEP 83.660-000

## ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL

000050

RUBRICADO

2. Composição dos Encargos Sociais		
Código	Descrição	Valor
		0,00%
A1	INSS	0,00%
A2	SESI	0,00%
A3	SENAI	0,00%
A4	INCRA	0,00%
A5	SEBRAE	0,00%
A6	Salário educação	0,00%
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	1,50%
A8	FGTS	8,00%
A	<b>SOMA GRUPO A</b>	<b>9,50%</b>
		8,33%
B1	Férias gozadas	2,77%
B2	1/3 Sobre as Férias	8,33%
B3	13º Salário	0,02%
B4	Licença Paternidade	0,28%
B5	Faltas justificadas	0,33%
B6	Auxílio acidente de trabalho	1,39%
B7	Auxílio doença	3,20%
B8	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	24,65%
B	<b>SOMA GRUPO B</b>	<b>42,65%</b>
		0,42%
C1	Aviso prévio indenizado	2,55%
C2	Férias indenizadas	2,69%
C3	Férias indenizadas s/ aviso prévio inden.	3,80%
C4	Depósito rescisão sem justa causa	2,17%
C5	Indenização adicional	11,63%
C	<b>SOMA GRUPO C</b>	<b>20,66%</b>
		4,52%
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	0,04%
D2	Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado	4,56%
D	<b>SOMA GRUPO D</b>	<b>4,60%</b>
	<b>SOMA (A+B+C+D)</b>	<b>50,34%</b>

16.584.481/0001-60

J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME

RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
FSAQ. COM. DOM PEDRO II RINÇÃO

BUGRE - CEP 83.680-000

BAISA NOVA - PR

## ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL

000051

RIO GRANDE DO NORTE - J. DOICUAÇU-PR

2. Composição dos Encargos Sociais		
Código	Descrição	Valor
A1	INSS	0,00%
A2	SESI	0,00%
A3	SENAI	0,00%
A4	INCRA	0,00%
A5	SEBRAE	0,00%
A6	Salário educação	0,00%
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	1,50%
A8	FGTS	8,00%
A	<b>SOMA GRUPO A</b>	<b>9,50%</b>
B1	Férias gozadas	8,33%
B2	1/3 Sobre as Férias	2,77%
B3	13º Salário	8,33%
B4	Licença Paternidade	0,02%
B5	Faltas justificadas	0,28%
B6	Auxílio acidente de trabalho	0,33%
B7	Auxílio doença	1,39%
B8	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	3,20%
B	<b>SOMA GRUPO B</b>	<b>24,65%</b>
C1	Aviso prévio indenizado	0,42%
C2	Férias indenizadas	2,55%
C3	Férias indenizadas s/ aviso prévio inden	2,69%
C4	Depósito rescisão sem justa causa	3,80%
C5	Indenização adicional	2,17%
C	<b>SOMA GRUPO C</b>	<b>11,63%</b>
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	4,52%
D2	Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado	0,04%
D	<b>SOMA GRUPO D</b>	<b>4,56%</b>
	<b>SOMA (A+B+C+D)</b>	<b>50,34%</b>

16.584.481/0001-60  
 J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME  
 RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
 EQ. COM DOM PEDRO II RINCÃO  
 BUGRE - CEP 83.660-000  
 BAI SA NOVA RR

## ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL

000052

RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

<b>3. CAGED</b>	
<b>Coleta de Resíduos Não-Perigosos - CNAE 3811400</b>	
Admissões	1,00
Desligamentos	5,00
Dispensados com justa causa	0,00
Dispensados sem justa causa	5,00
Espontâneos	0,00
Fim de contrato por prazo determinado	0,00
Término de contrato	0,00
Aposentados	0,00
Mortos	0,00
Transferência de saída	0,00
Acordo	0,00
<b>Indicadores</b>	
Estoque recuperado início do Período 01-04-2020	9,00
Estoque recuperado final do Período 31-03-2021	5,00
Varição Emprego Absoluta de 01-04-2020 a 31-03-2021	4,00
<b>Taxa de Rotatividade</b>	<b>42,86%</b>
<b>Demitidos s/ Justa Causa em relação ao Estoque Médio</b>	<b>71,43%</b>
<b>Rotatividade temporal (meses)</b>	<b>28,00</b>
<b>Dias ano</b>	<b>365,00</b>
<b>1/3 de férias (dias)</b>	<b>10,00</b>
<b>Férias (dias)</b>	<b>30,00</b>
<b>13º Salário (dias)</b>	<b>30,00</b>
<b>Estoque Médio</b>	<b>7,00</b>
<b>FGTS</b>	<b>8%</b>
<b>Multa FGTS</b>	<b>40%</b>
<b>Dias de Aviso prévio</b>	<b>33,00</b>

16.584.481/0001-60

J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME

RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
FSQ. COM DOM PEDRO II RINGÃO

BUGRE - CEº 83.680-000

BALSA NOVA PR

## 4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

			Referência estudo TCE		
			1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	2,50%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,50%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	24,65%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,00%	SELIC	8,45%	
Tributos - ISS	T	5,00%	DU	0	
Tributos - PIS		R\$ 0,48			
Tributos COFINS		R\$ 2,19			
Opção pelo Simples Nacional		R\$ 8,72			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
$(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF) / (1-T) - 1$					
Resultado do cálculo do BDI:		55,05%	21,43%	27,17%	33,62%

16.584.481/0001-60  
 TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME  
 RODOVIA ANIBAL KNORRY Nº 101  
 FSO. COM. DOM PEDRO III - PINCÃO  
 BUGRE - CEP 83188-000  
 BARRA NOVA - PR

## ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL  
000054  
RIO DOCE, JARDIGUAÇU-PR

5. Depreciação Referencial (%)	
Idade do veículo (ano)	Média
1	33,63
2	43,13
3	48,68
4	52,62
5	55,68
6	58,18
7	60,29
8	62,12
9	63,73
10	65,18
11	66,48
12	67,67
13	68,77
14	69,79
15	70,73

16.584.481/0001-60

J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA ME

RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
FQO. COM. DOM. PEDRO II RINCÃO

BUGRE - CET 83.680-000

BALSA NOVA PD

### 6. Remuneração de Capital

Fórmula de cálculo da remuneração de capital:

$$J_m = \frac{I_m \cdot i}{12}$$

$$I_m = (V_0 - V_r) \frac{(i+1)^n}{2n} + V_r$$

$J_m$  = remuneração de capital mensal

$i$  = taxa de juros do mercado (sugere-se adotar a taxa SELIC)

$I_m$  = investimento médio

$V_0$  = valor inicial do bem

$V_r$  = valor residual do bem

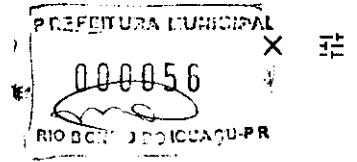
$n$  = vida útil do bem em anos

16.584.481/0001-60  
J TRANSPORTES E TERRAPLANAGENS LTDA-ME  
RODOVIA ANIBAL KHOURY Nº 101  
F.SQ. COM DOM PEDRO II RINÇÃO  
BUGRE - CEP 83.660-000  
BALSA NOVA DO



Gmail

Q orçamento



...

Escrever



Mail

Caixa de entrada 10/0

Chat

Com estrela

Adiados

Meet

Enviados

Rascunhos 6

Compras 20

Mais

Marcadores

## Solicitação de Orçamento - Serviços de Coleta e Transporte de Resíd



**Natuza Angonese** <natuza.angonese@gmail.com>  
para j|terraplanagem2025

Prezado(a),

A Prefeitura Municipal de **Rio Bonito do Iguaçu**, por meio da **Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente**, está especializada em **coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares**.

Para a adequada composição do processo, solicitamos a gentileza de enviar **proposta orçamentária** contemplando c

- **Coleta domiciliar de resíduos sólidos urbanos**
- **Transporte adequado** dos resíduos em veículos apropriados, devidamente licenciados;
- **Mão de obra, equipamentos e EPIs** necessários para execução dos serviços.

Segue planilha de colação em anexo.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e colaboração. Em caso de dúvidas, estamos à disposição para esclarecer.

Atenciosamente,

**Natuza Angonese**  
Engenheira Ambiental  
Prefeitura Municipal de **Rio Bonito do Iguaçu**

-



Gmail

Pesquisar e-mail



Mail

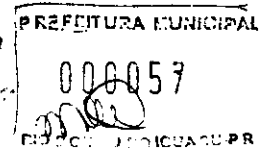
Escrever



Mail

Caixa de entrada 1.010

orçamento Caixa de entrada x



Chat

Com estrela



Jose Ferreira para mim

Meet

Adiados



Parece que esta mensagem está em inglês



Enviados

Traduzir para o português

Rascunhos 6

Compras 20

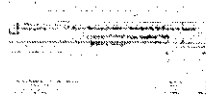
Mais

em anexo

Marcadores

1 anexo • Verificados pelo Gmail

Adicionar ao Google Drive



Orçamento do mu.

Responder

Encaminhar



000058

Objeto: Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada dos resíduos sólidos domiciliares do município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição ambiental adequada e licenciada, para atender as necessidades da secretaria municipal de agropecuária e meio ambiente, pelo período de 12 meses de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.



Coleta de Resíduos Sólidos do Município de Rio Bonito do Iguaçu

Planilha de Composição de Custos (Na data 14/10/2025)

Table with columns: Descrição do Item, Custo (R\$/mês), %. Rows include: Orçamento Sintético, Mão-de-obra (R\$ 22.051,44, 35,89%), Equipamentos de Proteção Individual (R\$ 457,54, 0,24%), Veículos e Equipamentos (R\$ 17.664,39, 28,75%), Assistência Médica (R\$ 574,00, 0,93%), Monitoramento da Frota (R\$ 91,67, 0,15%), Despesas Indiretas - BDI (R\$ 21.019,54, 34,21%), Total Mensal Coleta e Transporte (R\$ 61.441,75, 100%).

Table with columns: Descrição, Quantidade. Sections: Mão-de-obra (Total 5), Veículos e Equipamentos (Total 1). Includes breakdown for COLETA and MOTORISTA.

D G GESTOES AMBIENTAIS
Assinado de forma digital por D G GESTOES AMBIENTAIS
LTD A:54929719000130
Dados: 2025.10.17 17:46:21 -03'00'

54.929.719/0001-30

DG GESTOES AMBIENTAIS

RUA DOM PEDRO II, 130
RINCÃO - CEP: 53.659-000
BALSA NOVA - PR

000059

1. Mão-de-obra

1.1. Coletor turno dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria 11	mes	1	1.518,00		
Salário mínimo nacional (2)	mes	0	1.518,00		
Horas Extras - 100%	hora	0,00	17,09		
Horas Extras - 50%	hora	8,00	12,82		64,09
Descanso Semanal Remunerado - DSR - hora extra	R\$				
Adicional de Insalubridade	%	40%	1.518,00		607,20
<b>Soma</b>					<b>2.551,29</b>
Encargos Sociais		50,34	2.551,29		1.284,32
<b>Total por Coletor</b>					<b>3.835,61</b>
Total do Efetivo	homem	1			3.835,61
Fator de utilização				1,00	<b>11.606,83</b>

1.2. Encarregado de Trabalho

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria 11	mes	1	2.468,48		2.468,48
Salário mínimo nacional (2)	mes	0	1.518,00		
Horas Extras - 100%	hora	0,00	22,44		
Horas Extras - 50%	hora	10,00	16,85		168,51
Descanso Semanal Remunerado - DSR - hora extra	R\$				
Adicional de Insalubridade	%	40%	1.518,00		607,20
<b>Soma</b>					<b>3.243,99</b>
Encargos Sociais		50,34	3.243,99		1.635,02
<b>Total por Motorista</b>					<b>4.877,01</b>
Total do Efetivo	homem	1			4.877,01
Fator de utilização				1,00	<b>4.877,01</b>

1.3. Insp. Auxiliar Técnico

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria 11 - por contrato	mes	1	1.518,00		1.518,00
Salário mínimo nacional (2)	mes	0	1.518,00		
Horas Extras - 100%	hora	0,00	8,00		
Horas Extras - 50%	hora	0,00	10,95		
Descanso Semanal Remunerado - DSR - hora extra	R\$				
Adicional de Insalubridade	%	0%	1.518,00		
<b>Soma</b>					<b>1.518,00</b>
Encargos Sociais			1.518,00		
<b>Total por Encarregado</b>					<b>1.518,00</b>
Total do Efetivo	homem	1			1.518,00
Fator de utilização				1,00	<b>1.518,00</b>

4. Vale Transporte

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale transporte	R\$	1	R\$ 570		
Dias trabalhados (1 mês)	dia	22			
Valor	R\$	100	R\$ 570	R\$	192,40
Valor de desconto (1 mês)	R\$	22	R\$ 570	R\$	250,80
<b>Total do Efetivo</b>					<b>1.003,20</b>
Fator de utilização				1,00	<b>1.003,20</b>

5. Alimentação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motorista (Lanche - Turno)	Unidade	2	9,20	R\$	18,40
Coletor (Lanche - Turno)	Unidade	60	9,20	R\$	552,00
<b>Total do Efetivo</b>	homem	4		R\$	570,40
Fator de utilização				1,00	<b>570,40</b>

6. Auxílio Alimentação Mensal

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Motorista	unidade	1	805,00	R\$	805,00
Coletor	unidade	3	805,00	R\$	2.415,00
				R\$	3.220,00
Participação do funcionario em 20%	homem	4	161,00	R\$	644,00
				R\$	2.576,00
Fator de utilização				1,00	<b>2.576,00</b>

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$) mês:

**22.051,44**

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unid. de	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal (mensal)	Total (R\$)
capacete com retenção - NBR 13.202	unidade	8	85,00		9,37
Calça	unidade	4	45,00		11,25
Camiseta	unidade	30	30,00		7,50
Calça	unidade	5	15,00		3,00
Botas de segurança (20 cm de altura)	unidade	2	65,55		13,75
Meia de algodão com cano alto	unidade	2	6,50		1,63
Luvas de látex amarelas com retenção	unidade	4	25,00		5,50
Óculos reflexivos	unidade	4	20,00		5,00
Capacete de segurança	unidade	2	30,00		8,00
Luvas de proteção	unidade	4	21,00		5,25
Óculos de proteção	R\$ Mensal	1	50,00		50,00

D G GESTOES AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
 GESTOES AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130  
 Dados: 2025.10.17 17:46:43 -03'00'

54.929.719/0001-30

DG GESTOES AMBIENTAIS

000060

RIO BONITO - DO ICUAÇU - PR

UNIFORMES	3	120,04	Fator de utilização	1,00	360,13
-----------	---	--------	---------------------	------	--------

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias:

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo NBR 15 292	unidade	6	55,00	6,17	
Calça	unidade	4	45,00	11,25	
Camiseta	unidade	4	30,00	7,50	
Botina de segurança com sola de borracha	unidade	4	55,00	13,75	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	4	32,50	5,50	
Propel solar PPS 20	unidade	4	21,00	5,25	
Higienezação da uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	45,00	45,00	
Salário Efetivo	unidade	1	97,42	97,42	
				Fator de utilização	1,00
					<b>97,42</b>

<b>Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mes)</b>	<b>467,54</b>
--	---------------

3. Veículos e Equipamentos

3.1. Veículo Coletor Compactador tri- eixo com cap. 19 m³

3.1.1. Depreciação:

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassis	unidade	1	450.000,00	450.000,00	
Valor útil do chassis	chassis	15			
Valor de aquisição do chassis	unidade	1	450.000,00	450.000,00	
Depreciação mensal veículos coletores	mês	120	250.560,00	2.088,00	

D G GESTOES  
 AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
 GESTOES AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130  
 Dados: 2025.10.17 17:47:00 -03'00'

54.929.719/0001-30

DG GESTÕES AMBIENTAIS

RUA DOM PEDRO II, 130  
 RINCÃO - CEP 83.650-000  
 Balsa Nova PR



000862

Fator de utilização 100% 17.654,39

RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

<b>Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)</b>	<b>17.654,39</b>
---	------------------

**4. Ferramentas e Materiais de Consumo**

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Carb. para motoniveladora	unidade	112	50,00	4.17	
Óleo para motoniveladora	litro	112	57,00	6.17	
Pa. de limpeza	unidade	112	27,00	13,50	
Mossoso	unidade	112	400,00	33,33	
Materiais diversos para manutenção			200,00	100,00	
<b>Total</b>					<b>157,17</b>

<b>Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)</b>	<b>157,17</b>
--	---------------

**5. Assistência Médica**

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Assistência médica e familiar	Unidade	4	27,00	350,00	
Assistência odontológica	Unidade	4	26,00	112,00	
Medicamentos diversos	Unidade	1	26,00	112,00	
<b>Total</b>				<b>574,00</b>	

<b>Custo mensal com assistência médica</b>	<b>574,00</b>
--	---------------

**6. Monitoramento da Frota**

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Implantação dos equipamentos de monitoramento		1	400,00	400,00	
Manutenção mensal dos equipamentos		12	400,00	6,67	
Manutenção dos equipamentos de monitoramento		1	80,00	80,00	
Custo mensal com manutenção por veículo		1	91,67	91,67	
<b>Total</b>				<b>91,67</b>	

<b>Custo Mensal com Monitoramento da Frota (R\$/mês)</b>	<b>91,67</b>
--	--------------

<b>CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)</b>	<b>40.422,20</b>
---	------------------

**7. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e Despesas Indiretas		52,00%	40.422,20	21.019,54	
<b>Total</b>				<b>21.019,54</b>	

<b>CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)</b>	<b>21.019,54</b>
---------------------------------------	------------------

<b>PREÇO SOB. TOTAL (R\$/mês)</b>	<b>61.441,75</b>
-----------------------------------	------------------

<b>PREÇO SOB. TOTAL (R\$/ para os 12 meses)</b>	<b>737.300,95</b>
---	-------------------

<b>Quantidade média de Tonelada por mês</b>	<b>95 Ton.</b>
---	----------------

<b>PREÇO POR KM RODADO (A/B)</b>	<b>R\$/ Ton. 645,7552</b>
----------------------------------	---------------------------

O valor de cada unidade de trabalho a ser fornecido pelo fornecedor da categoria conforme convenção coletiva de trabalho em vigor em 01/02/2025 para o Estado do Paraná de acordo com o ANEXO I.

NUMERO DE REGISTRO EM REGISTRO DE PREÇOS: 17/01/2025

DATA DE REGISTRO EM REGISTRO DE PREÇOS: 20/01/2025

NUMERO DA SOLICITAÇÃO: 17/01/2025

NUMERO DO PROCESSO: 19/08/2025/2025/08

DATA DO REGISTRO: 17/01/2025 apartir de 01/02/2025

Valor do salário mensal do motorista de caminhão (por) é definido pelo piso salarial da categoria conforme convenção coletiva de trabalho em vigor em 2017/2019 para a região de Balsa Nova - PR.

NUMERO DE REGISTRO EM REGISTRO DE PREÇOS: 17/01/2025

DATA DE REGISTRO EM REGISTRO DE PREÇOS: 25/11/2024

NUMERO DA SOLICITAÇÃO: 17/01/2025

NUMERO DO PROCESSO: 19/08/2025/2024/01

DATA DO REGISTRO: 09/10/2024

O trabalho será realizado em dias: segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira.

A base de cálculo para o adiantamento de custas de deslocamento será o valor do piso salarial em vigor nacional.

Metragem e distâncias terão direito a um lance, pois terá o trabalho em um turno.

Trabalho realizado em dias úteis conforme tabela anexa.

Parâmetros de ajuste de preço: 5% (cinco por cento) de aumento por fator inflacionário e 10% (dez por cento) de redução por fator inflacionário.

As propostas de preço devem ser apresentadas em nome do fornecedor registrado no Registro de Preços vigente no órgão licitante (Setor de Compras) e devem ser entregues em envelope fechado, lacrado em nome do prestatador de serviços, com o nome do fornecedor e o valor total em português para o Secretário de Obras e Serviços e o responsável pelo setor de compras.

As propostas de preço devem ser apresentadas em nome do fornecedor registrado no Registro de Preços vigente no órgão licitante (Setor de Compras) e devem ser entregues em envelope fechado, lacrado em nome do prestatador de serviços, com o nome do fornecedor e o valor total em português para o Secretário de Obras e Serviços e o responsável pelo setor de compras.

As propostas de preço devem ser apresentadas em nome do fornecedor registrado no Registro de Preços vigente no órgão licitante (Setor de Compras) e devem ser entregues em envelope fechado, lacrado em nome do prestatador de serviços, com o nome do fornecedor e o valor total em português para o Secretário de Obras e Serviços e o responsável pelo setor de compras.

54.929.719/0001-30

D G GESTOES AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
 GESTOES AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130  
 Dados: 2025.10.17 17:47:34 -03'00'

DG GESTOES AMBIENTAIS

RUA D. PEDRO II, 210  
 ANCIÃO - CEP 83.650-000  
 BALSANOVA - PR

## ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL

000063

RIO DOCE - BALSAS - PR

2. Composição dos Encargos Sociais		
Código	Descrição	Valor
A1	INSS	0,00%
A2	SESI	0,00%
A3	SENAI	0,00%
A4	INCRA	0,00%
A5	SEBRAE	0,00%
A6	Salário educação	0,00%
A7	Seguro contra acidentes de trabalho	1,50%
A8	FGTS	8,00%
A	<b>SOMA GRUPO A</b>	<b>9,50%</b>
B1	Férias gozadas	8,33%
B2	1/3 Sobre as Férias	2,77%
B3	13º Salário	8,33%
B4	Licença Paternidade	0,02%
B5	Faltas justificadas	0,28%
B6	Auxílio acidente de trabalho	0,33%
B7	Auxílio doença	1,39%
B8	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	3,20%
B	<b>SOMA GRUPO B</b>	<b>24,65%</b>
C1	Aviso prévio indenizado	0,42%
C2	Férias indenizadas	2,55%
C3	Férias indenizadas s/ aviso prévio inden.	2,69%
C4	Depósito rescisão sem justa causa	3,80%
C5	Indenização adicional	2,17%
C	<b>SOMA GRUPO C</b>	<b>11,63%</b>
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	4,52%
D2	Reincidência de Grupo A sobre aviso prévio indenizado	0,04%
D	<b>SOMA GRUPO D</b>	<b>4,56%</b>
	<b>SOMA (A+B+C+D)</b>	<b>50,34%</b>

D G GESTOES  
AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
GESTOES AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130  
Dados: 2025.10.17 17:47:49 -03'00'

54.929.719/0001-30

DG GESTÕES AMBIENTAIS

RUA DOM PEDRO II, 130  
RINCÃO - CEP 83.650-000  
BALSAS - PR

## ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL  
080064  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

3. CAGED	
Coleta de Resíduos Não-Perigosos - CNAE 3811400	
Admissões	1,00
Desligamentos	5,00
Dispensados com justa causa	0,00
Dispensados sem justa causa	5,00
Espontâneos	0,00
Fim de contrato por prazo determinado	0,00
Término de contrato	0,00
Aposentados	0,00
Mortos	0,00
Transferência de saída	0,00
Acordo	
<b>Indicadores</b>	
Estoque recuperado início do Período 01-04-2020	9,00
Estoque recuperado final do Período 31-03-2021	5,00
Variação Emprego Absoluta de 01-04-2020 a 31-03-2021	4,00
<b>Taxa de Rotatividade</b>	42,86%
Demitidos s/ Justa Causa em relação ao Estoque Médio	71,43%
Rotatividade temporal (meses)	28,00
Dias ano	365,00
1/3 de férias (dias)	10,00
Férias (dias)	30,00
13º Salário (dias)	30,00
Estoque Médio	7,00
FGTS	8%
Multa FGTS	40%
Dias de Aviso prévio	33,00

D G GESTOES AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
GESTOES AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130  
Dados: 2025.10.17 17:48:05 -03'00'

54.929.719/0001-30

DG GESTÕES AMBIENTAIS

RUA DOM PEDRO II, 130  
RINCÃO - CEP 83.520-000  
BALSA NOVA - PR

ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL

000065

PO BOX 13000 BALSANOVA PR

4. Composição do BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

			Referência estudo TCE		
			1° Quartil	Médio	3° Quartil
Administração Central	AC	2,50%	2,97%	5,08%	6,27%
Seguros/Riscos/Garantias	SRG	1,50%	0,86%	1,33%	1,71%
Lucro	L	34,39%	7,78%	10,85%	13,55%
Despesas Financeiras	DF	0,00%	SELIC	8,45%	
Tributos - ISS	T	3,00%	DU	0	
Tributos - PIS		5,05%			
Tributos IR-CSLL		R\$ 0,23			
Tributos COFINS		R\$ 0,56			
Tributo CPP		R\$ 1,04			
Opção pelo Simples Nacional		R\$ 3,22			
Opção pelo Simples Nacional		R\$ 5,05			
Fórmula para o cálculo do BDI:					
$[(1+AC+SRG) \times (1+L) \times (1+DF)] / (1-T) - 1$					
<b>Resultado do cálculo do BDI:</b>			<b>52,00%</b>	21,43%	27,17%
					33,62%

D G GESTOES AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
 GESTOES AMBIENTAIS  
 LTDA:54929719000130  
 Dados: 2025.10.17 17:48:22 -03'00'

54.929.719/0001-30

DG GESTÕES AMBIENTAIS

RUA DOM PEDRO II, 130  
 RINCÃO - CEP 83.650-000  
 BALSANOVA - PR

ANEXO XV

PREFEITURA MUNICIPAL  
000066  
RUA DOM PEDRO II, 130 - BALSANOVA - PR

5. Depreciação Referencial (%)	
Idade do veículo (ano)	Média
1	33,63
2	43,13
3	48,68
4	52,62
5	55,68
6	58,18
7	60,29
8	62,12
9	63,73
10	65,18
11	66,48
12	67,67
13	68,77
14	69,79
15	70,73

D G GESTOES  
AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
GESTOES AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130  
Dados: 2025.10.17 17:48:59 -03'00'

54.929.719/0001-30

DG GESTÕES AMBIENTAIS

RUA DOM PEDRO II, 130  
RINCÃO - CEP 83.650-000  
BALSANOVA - PR

### 6. Remuneração de Capital

Formula de cálculo da remuneração de capital

$$I_m = \frac{I_m \times i}{12}$$

$$I_m = (V_0 - V_r) \frac{(n+1)}{2n} + V_r$$

$I_m$  = remuneração de capital mensal

$i$  = taxa de juros do mercado (sugere-se adotar a taxa SELIC)

$I_m$  = investimento médio

$V_0$  = valor inicial do bem

$V_r$  = valor residual do bem

$n$  = vida útil do bem em anos

D G GESTOES  
AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130

Assinado de forma digital por D G  
GESTOES AMBIENTAIS  
LTDA:54929719000130  
Dados: 2025.10.17 17:49:13 -03'00'

54.929.719/0001-30

DC GESTÕES AMBIENTAIS

RUA DOM PEDRO II, 130  
RINCÃO - CEP 83.650-000  
BALSA NOVA - PR



# PEMA

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

*mais vida para o nosso planeta!*

TELEFONE: (46) 3536-2829

PREFEITURA MUNICIPAL

000068.

Estrada Rural S/N, Linha São Roque  
CNPJ: 03.040.285/0001-82  
Matriz – Dois Vizinhos / PR

PR 565 KM 8, Linha Nossa Sra. Aparecida  
CNPJ: 03.040.285/0004-25  
Filial – Laranjeiras do Sul / PR

PR 280, saída p/ Campo Erê S/N  
CNPJ: 03.040.285/0003-44  
Filial – Renascença / PR

Dois Vizinhos/PR, 27 de outubro de 2025

Cliente: Município de Rio Bonito do Iguçu- PR

Validade da Proposta: 30 dias

Vimos através desta, apresentar nossa proposta para a prestação de serviços de gerenciamento de Resíduos Sólidos. A **Limpeza e Conservação Pema Ltda.**, Dois Vizinhos – PR, com Licença de Operação do IAP, oferece serviços de coleta, transporte, armazenamento temporário e transbordo de destinação final de resíduos industriais (Resíduos Perigosos Classe I) e destino final de resíduos não perigosos Classe II.

## PROPOSTA – ORÇAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 1. SERVIÇO DE TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO CLASSE II:

ESPECIFICAÇÃO	UN	Qtd	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano do município de Rio Bonito do Iguçu/PR, de segunda a sexta-feira, com transporte até destinação final; com equipe de trabalho de: 1 (um) motorista; 03 (três) coletores; com 01 (um) caminhão coletor compactador de, no mínimo, 15m <sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de capacidade de carga e potência acima de 150 hp, com no máximo 05 (cinco) anos de uso; seguro completo; em perfeitas condições de uso; com manutenção preventiva e corretiva por parte da contratada; dotado de sistema de gps/rastreador instalado; com abastecimento de combustível por conta da contratante.	mês	12	<b>RS 90.000,00</b>	<b>RS 1.080.000,00</b>
Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A e Classe II B.	ton	1140	<b>RS 415,00</b>	<b>RS 473.100,00</b>

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

- O serviço deverá ocorrer em HORÁRIO COMERCIAL, compreendido de Segunda a Sexta das 7:30 às 11:30 e das 13:30 Às 17:30, e aos sábados das 7:30 às 11:30;
- Todos os serviços realizados pela PEMA garantem CERTIFICAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL adequada dos resíduos sólidos gerados pela contratante.

**03.040.285/0001-82**

**LIMPEZA E CONSERVAÇÃO  
PEMA LTDA.**

ESTRADA RURAL S/Nº - LINHA SÃO ROQUE  
CEP 85660-000  
DOIS VIZINHOS - PARANÁ

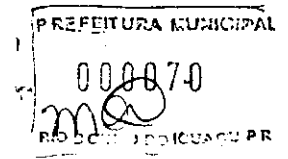
  
\_\_\_\_\_  
**Adenides Maria Perin**  
Administradora



# RES: Solicitação de orçamento – Tratamento e Disposição Final de Resíduos Domiciliares

De [vendas@limpezapema.com.br](mailto:vendas@limpezapema.com.br) em 2025-10-27 14:31

Detalhes Cabeçalhos



Email



Contatos



Calendario



Configuraç...



Modo esc...



Sobre



Sair



Webmail Home

ORÇAMENTO 2025.pdf (~344 KB)

Segue conforme solicitado...

-----Mensagem original-----

De: [atendimento@riobonito.pr.gov.br](mailto:atendimento@riobonito.pr.gov.br) <[atendimento@riobonito.pr.gov.br](mailto:atendimento@riobonito.pr.gov.br)>

Enviada em: quinta-feira, 16 de outubro de 2025 10:55

Para: [vendas@limpezapema.com.br](mailto:vendas@limpezapema.com.br)

Assunto: Solicitação de orçamento – Tratamento e Disposição Final de Resíduos Domiciliares

Bom dia Richard,

O Município de Rio Bonito do Iguaçu está realizando levantamento de preços para futura licitação cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A, Classe II B e rejeitos.

Solicitamos, portanto, o envio de proposta orçamentária, contendo:

Valor por tonelada;

Prazo de validade da proposta;

Agradecemos a atenção e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Natuza Angonese

Engenheira Ambiental

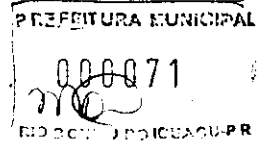
Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

(49) 99959- 2035



COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS

RAZÃO SOCIAL: CTR3 PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 02.375.648/000178 e-mail: ctr3.manica@gmail.com  
Endereço: Rod BR 158, Km 498 – Alto Palmeirinha - Coronel Vivida/Paraná  
Telefone: (46) 3232-1471 Contato: (46) 99107-9792



À Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu/PR

### ORÇAMENTO

Item	Objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano e PEVs rurais do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, de segunda a sexta-feira, com transporte até destinação final; com equipe de trabalho de: 1 (um) motorista; 03 (três) coletores; com 01 (um) caminhão coletor compactador de, no mínimo, 15m <sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de capacidade de carga e potência acima de 150 hp, com no máximo 05 (cinco) anos de uso; seguro completo; em perfeitas condições de uso; com manutenção preventiva e corretiva por parte da contratada; dotado de sistema de gps/rastreador instalado; com abastecimento de combustível por conta da contratante.	Mês	12	R\$ 95.143,00	R\$ 1.141.716,00
02	Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A e Classe II B.	Ton	1140	R\$ 452,80	R\$ 516.192,00

Validade da proposta: 30 dias.

Coronel Vivida, 03 de novembro de 2025.

LUIZ ARTUR  
MANICA

Assinado de forma digital por LUIZ  
ARTUR MANICA  
Dados: 2025.11.03 14:27:42 -03'00'

CTR3 Prestadora de Serviços Ltda.  
CNPJ: 02.375.648/0001-78  
Luiz Artur Manica  
CPF: 472.976.979-15

Fone: 46.3232-1471  
Rod BR 158 – Km 498 – Alto Palmeirinha – Coronel Vivida-PR



Calendário



Configuraç...



Modo esc...



Sobre



Sair



Webmail Home

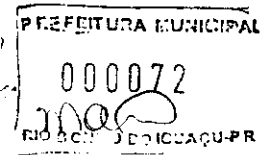
# Re: Solicitação de Orçamento – Tratamento e Disposição Final de Resíduos Domiciliares

De CTR3 em 2025-11-03 14:33

✉ Detalhes 📄 Cabeçalhos ☰ Texto simples

📎 Orçamento CTR3 - Rio Bonito do Iguaçu 2025.pdf (~370 KB) ▾

⚠ Para proteger sua privacidade recursos remotos foram bloqueados.



Boa tarde.  
Segue anexo orçamento conforme solicitado.

Att.

Em ter., 28 de out. de 2025 às 08:12, <[meioambiente@riobonito.pr.gov.br](mailto:meioambiente@riobonito.pr.gov.br)> escreveu:

Em 2025-10-16 14:00, [meioambiente@riobonito.pr.gov.br](mailto:meioambiente@riobonito.pr.gov.br) escreveu:

> Em 2025-10-16 11:09, CTR3 escreveu:

>> Bom dia!  
>> consegue nos enviar o termo de referência para que possamos elaborar  
>> a proposta orçamentária  
>> desde já agradeço e fico no aguardo.

>> att

>>

>> Manica

>>

>> [1]

>> Não contém [virus.www.avast.com](http://virus.www.avast.com) [1]

>>

>> Em qui., 16 de out. de 2025 às 08:36,

>> <[meioambiente@riobonito.pr.gov.br](mailto:meioambiente@riobonito.pr.gov.br)> escreveu:

>>

>>> Prezados(as),

>>>

>>> O Município de Rio Bonito do Iguaçu está realizando levantamento

>>> de

>>> preços para futura licitação cujo objeto é a Contratação de

>>> empresa

>>> especializada para a execução de tratamento e disposição final

>>> ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares

>>> Classe II

>>> A, Classe II B e rejeitos.

>>>

>>> Solicitamos, portanto, o envio de proposta orçamentária, contendo:

>>>

>>> Valor por tonelada;

>>> Prazo de validade da proposta;

>>>

>>> Agradecemos a atenção e colocamo-nos à disposição para

>>> quaisquer

>>> esclarecimentos.

>>>

>>> Atenciosamente,

>>> Natuza Angonese

>>> Engenheira Ambiental

>>> Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

>>> (49) 99959-2035

>>

>> --

>>

>> CTR3 PRESTADORA DE SERVIÇOS

>>

>> (46) 3232-1471

>> (46) 99107-9792 - Luiz Manica

>> (46) 99914-8615 - Vanessa

>>

>>

>>

>> Links:



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148

PREFEITURA MUNICIPAL

000073

RIO GRANDE DO SUL - PARANÁ - PR

**CONTRATO Nº 143/2024**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 10/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2024**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.587.648/0001-12, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, CEP 85350-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 787.832.829-68, portador da cédula de identidade civil RG nº 10.127.108-0 SESP/PR, e **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 03.040.285/0004-25, com sede na Rodovia PR 565, s/nº - KM 08 - Linha Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.301-970, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado pelo Sr.(a) **ADELIDES MARIA PERIN**, inscrito no CPF sob o nº 741.477.819-34, portador da cédula de identidade civil RG nº 5.675.287-0 SESP/PR tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 145/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente da inexigibilidade nº 10/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA** **OBJETO (art. 92, I e II)**

Constitui objeto deste contrato, **Contratação de empresa para execução de serviços de destinação final de resíduos urbano sólidos orgânicos não reciclável e não tóxico do município de Nova Laranjeiras/PR**, conforme características, quantitativos e demais exigências a seguir.

§ 1º Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - o edital da inexigibilidade nº 10/2024;
- II - o termo de referência do edital;
- III - contrato nº 143/2024;
- IV - a proposta do CONTRATADO;
- V - eventuais anexos dos documentos supracitados.

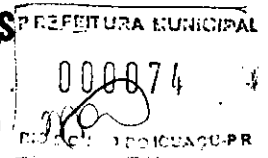
## **CLÁUSULA SEGUNDA** **VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, de **02 de setembro de 2024 até 01 de setembro de 2025**.

Parágrafo único. Este contrato é de fornecimento contínuo, portanto, poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA** **PREÇO (art. 92, V)**

3. Pela execução do objeto o contratante pagará ao contratado até o valor global de até **R\$ 296.066,16 (duzentos e noventa e seis mil, sessenta e seis reais e dezesseis centavos)**, em moeda corrente nacional, de acordo com as características, preços unitários, e marcas a seguir e em compatibilidade com os



quantitativos efetivamente fornecidos:

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA						
Item	Cód	Nome do produto/serviço	Quant	Un	Preço	Preço total
1	34233	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORGÂNICOS Serviços de destinação final de resíduos urbano sólidos orgânico, não reciclável e não tóxico do Município de Nova Laranjeiras/PR, incluindo, equipamentos, materiais, mão de obra e armazenamento ambientalmente adequado, pelo período mínimo de 12 (doze) meses. Obs: Valor por tonelada recebida.	936,00	TON	316,31	296.066,16
<b>TOTAL</b>						<b>296.066,16</b>

#### CLÁUSULA QUARTA DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (art. 92, V e XI)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano da data da realização do certame.

§ 1º Havendo necessidade comprovada, o contrato poderá ser revisado para restabelecer a sua exequibilidade perdida em razão de eventos posteriores, cujos riscos não tenham sido assumidos pelo contratado.

§ 2º A variação positiva ou negativa ocorrida no período de referência (30 dias) será aplicada tendo como base de cálculo o preço aquisitivo do período anterior.

I - A decisão sobre a revisão será proferida pelo gestor do contrato no prazo de até 10 (dez) dias, contados do pedido formal do contratado, instruído de justificativas, planilhas, memória de cálculo e todas as evidências capazes.

§ 3º Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo órgão competente e enviados ao setor financeiro do Município para o pagamento devido.

#### CLÁUSULA QUINTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2024, fonte de recursos próprios do Município, nas seguintes funcionais programáticas:

Exercício da Despesa	Funcional Programática	Conta	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa
2024	18.512.0013.2095	4520	000	3.3.90.39.00.00
2024	18.512.0013.2095	4530	511	3.3.90.39.00.00
2024	18.512.0013.2095	4540	1065	3.3.90.39.00.00
2024	14.423.0017.2016	4990	000	3.3.90.39.00.00

#### CLÁUSULA SEXTA DA SUBCONTRATAÇÃO



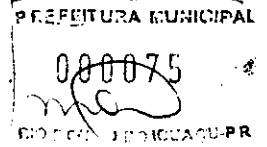
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



É expressamente vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de rescisão do contrato e aplicação e outras penalidades cabíveis.

### CLÁUSULA SÉTIMA DA FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

O serviço do quantitativo contratado será prestado de forma contínua, e deverá ser realizado conforme o Termo de Referência e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### CLÁUSULA OITAVA MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 92, VII)

#### Prazo, local e condições de entrega/execução:

Poderá o contratante, emitir a requisição de compra com a estimativa do quantitativo que possivelmente será necessário em um dado período.

§ 1º A prestação de serviços será executada na sede da CONTRATADA, localizada no município de Laranjeiras do Sul/PR, conforme especificações contidas no Termo de Referência.

§ 2º O MUNICÍPIO, fará o transporte dos resíduos até a sede do aterro localizado no município de Laranjeiras do Sul/PR.

§ 3º A CONTRATADA, não será convocada diariamente para a prestação dos serviços, tendo em vista que os serviços serão prestados permanentemente nos dias de coleta durante a vigência do contrato e de acordo com o cronograma da Secretaria de Agropecuária, Meio Ambiente e Indústria e Comércio.

§ 4º A CONTRATADA deverá dispor uma pessoa responsável pela recepção dos caminhões de coleta para a pesagem de segunda-feira aos sábados e feriados, das 13h00 às 16h30 e das 00h00 às 02h00.

I - A pesagem é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

II - A pesagem deverá ser registrada pela CONTRATADA, conforme determinação da Secretaria responsável;

III - O romaneio deverá ser anexado pela CONTRATADA, digitalizado ou fotografado de forma legível;

IV - A CONTRATADA terá acesso às informações do romaneio

- No romaneio deverá conter:

-Nome do motorista;

-Nome do servidor do ÓRGÃO GESTOR que acompanhará;

-Nome do balanceiro;

-Placa do veículo;

-Peso de entrada, peso de saída e peso líquido;

-Data e horário da pesagem.



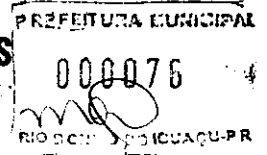
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



V - Os romaneios deverão ficar uma via com a CONTRATADA e uma via deve ser entregue ao servidor do ÓRGÃO GESTOR que acompanha.

§ 5º Caso seja necessário o transporte do lixo para o Aterro Sanitário em um raio acima de 50 km do perímetro urbano do município, a CONTRATADA arcará com todas as despesas relativas ao transporte.

§ 6º Caso a CONTRATADA não possua um aterro sanitário em um raio de até 50 km do perímetro urbano do município, deverá recolher e transportar os resíduos sólidos domiciliares na área da Estação de Transbordo, no mínimo 02 (duas) vezes por semana.

§ 7º O recebimento do objeto será realizado pela Comissão de Recebimento de Bens e Serviços, nomeada pelo Decreto Municipal nº 30/2023, por membros vinculados à secretaria que realizou a despesa.

§ 8º O fornecedor que não prestar os serviços ou não cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Contrato estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

### CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, XIV)

São obrigações do contratante, além das previstas no termo de referência:

I - supervisionar e fiscalizar a execução e obrigações contratuais;

II - comunicar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento, para que sejam tomadas todas as medidas necessárias para adequação ou substituição;

III - efetuar o pagamento no valor, prazo e forma estabelecidos neste contrato.

IV - Descontar do CONTRATADO de maneira proporcional referente ao período que eventualmente não ocorrer a efetiva prestação do serviço, especialmente no início ou término do contrato, quando poderá não ser executado totalmente naquele mês.

V - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto desta licitação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, de seus empregados, prepostos ou subordinados

### CLÁUSULA DECIMA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. XIV, XVI, XVII)

O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:



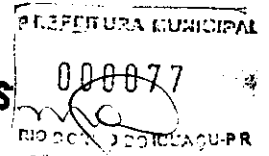
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



- I - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação no edital da licitação;
- II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III - arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do objeto, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;
- IV - indenizar o contratante ou a terceiros por quaisquer danos causados, em decorrência de imprudência ou imperícia ou inabilidade;
- V - arcar com a reparação dos danos causados ao contratante ou à terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio, ou pelo fornecimento de produtos inadequados ou adulterados;
- VI - assumir a responsabilidade pelos atos ilícitos (penais, administrativos e civis) que seus funcionários venham a causar, promovendo-lhes a responsabilização pelas normas que adotar;
- VII - cumprir rigorosamente os prazos e obrigações fixados no edital e seus anexos e contrato;
- VIII - executar e cumprir fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências da inexecução;
- IX - disponibilizar profissionais capacitados para o atendimento com agilidade e qualidade;
- X - se responsabilizar pela eventual violação às normas vigentes, inclusive pelo pagamento de multas decorrentes da inobservância.
- XI - a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros que a legislação exigir, resultantes da execução do Contrato;
- XII - a CONTRATADA deverá quando se enquadrar nas normas em atender a aplicação do(s) convênios ICMS CONFAZ ou de outras normas que impliquem na desoneração tributária, de modo a assegurar a isonomia entre os participantes;
- XIII - prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Prefeitura, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- XIV - sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado do Município, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- XV - Fornecer e obrigar que seus funcionários utilizem uniformes e todos os equipamentos de proteção individual e coletiva nos termos da legislação;
- XVI - Manter o CONTRATANTE integralmente indene de qualquer responsabilidade, custo, despesa ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações e danos à imagem, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres que venha a ser alegada em função da execução deste contrato;



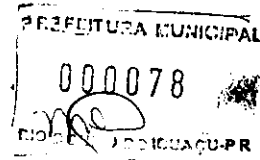
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA MEDIÇÃO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

#### **Recebimento do Objeto**

O fechamento da fatura e medição ocorrerá uma vez por mês, para tanto, até o dia 30 de cada mês, o contratado deverá encaminhar ao Setor de Compras, a(s) cópia(s) da(s) nota(s) fiscal(is), devidamente assinadas pelo servidor, para verificações e deliberação quanto aceitação do objeto.

§ 1º O objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do termo de referência e contrato.

§ 2º Após recebimento provisório, será autorizado a emissão da nota fiscal correspondente, cujo faturamento poderá ser em nome do MUNICÍPIO ou dos FUNDOS MUNICIPAIS, conforme determinação da Secretaria de Governo.

§ 3º O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, na eventualidade de constatação de defeito, avarias ou desconformidade com o termo de referência ou contrato ou ainda:

I - o serviço que não esteja formalmente autorizado, ou haja incompatibilidade entre a autorização e a prestação de serviços;

§ 4º O recebimento definitivo ocorrerá em até 7 (sete) dias, a contar do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal e, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos, ou pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

#### **Liquidação**

§ 5º Recebido a nota fiscal em conformidade e atestada pela Secretaria Municipal de Educação, o setor competente fará a liquidação.

§ 6º Deverá constar, em campo apropriado da nota fiscal, os dados bancários para pagamento, e referência à licitação, ao contrato, à requisição de compra ou nota de empenho e número da medição.

§ 7º Havendo erro na apresentação da nota fiscal, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

#### **Prazo de Pagamento**

§ 8º O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, do mês subsequente da comprovação do serviço, de acordo com solicitação da Secretaria e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

§ 9º No caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.



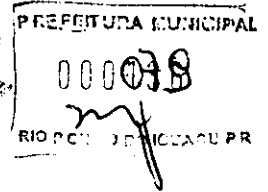
**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



### Forma de Pagamento

§ 10º O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo CONTRATADO.

§ 11º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária do ISS (se for o caso) previsto na legislação.

§ 12º O CONTRATO será passível de reajuste, pelo índice que melhor atender ambas as partes, após o período de 12 (doze) meses.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§ 1º Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

§ 2º É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§ 3º O contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.

§ 4º Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§ 5º É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

§ 6º O contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

§ 7º O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§ 8º O contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§ 9º Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

I - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo contratante nas hipóteses previstas na LGPD.



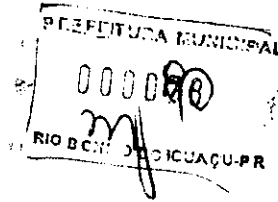
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



§ 10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 1º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

§ 2º A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 3º A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal o Sr. **Bruno Schafranski** (Decreto nº 248/2023).

§ 4º O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

§ 5º No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§ 6º O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

§ 7º Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

§ 8º O gestor deste contrato será o secretário responsável pela pasta da Secretaria de Agropecuária, Meio Ambiente e Agroindústria, o(a) Sr(a). **RONEI JOÃO DE AVILA**, ou outro que vier à substituí-lo, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Art. 2º do Decreto Municipal nº 249, de 27 de dezembro de 2023.

§ 9º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

§ 10º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos



## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000 RIO DOCE: J. M. SILVA - PR

Fone: (42) 3637-1148

PREFEITURA MUNICIPAL

000009

respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

I - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

II - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão;

III - Ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

IV - O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118);

V - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

§ 11º O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

§ 12º O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

§ 13º Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

I - A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

§ 14º As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

§ 15º O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

§ 16º Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

§ 17º Será exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

§ 18º Dos Critérios de aferição e medição para faturamento

§ 19º Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



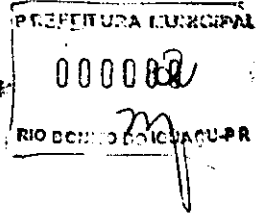
**MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.587.848/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



I - Não produziu os resultados acordados;

II - Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

III - Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do *caput*, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do *caput*, bem como nos incisos II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - multa:

a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória, para as infrações descritas nos incisos V ao VIII do *caput*, de 1% a 10% do valor do



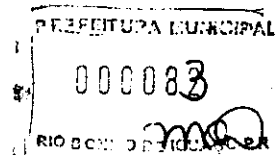
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



contrato;

c) compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III do caput, de 0.5% a 5% do valor do contrato;

d) para infração descrita nos demais inciso do caput, a multa será de 0.5% a 3% do valor do contrato.

§ 2º A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3º Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 4º Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 5º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 6º Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

§ 7º A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 8º Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para o contratante.

§ 9º A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou



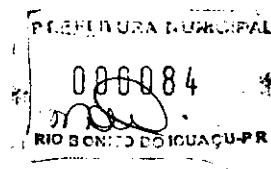
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

§ 11. Os débitos do contratado para com o contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo contratante decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com contratante.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto de ofício, na data prevista na sua cláusula segunda.

§ 1º O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

§ 2º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 3º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I - balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - indenizações e multas.

§ 4º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

A comunicação entre as partes contratantes, será preferencialmente via protocolo digital do contratante, entregue através de e-mail, produzindo assim, total validade jurídica.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



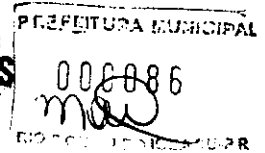
## MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148



e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

§ 2º - Os contratantes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.

§ 3º - A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

a) Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente;

b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

c) Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil;

d) Obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas da CONTRATANTE;

e) Zelar pelo bom nome comercial da CONTRATANTE e a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da CONTRATANTE. Em caso de uso indevido do nome da CONTRATANTE, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, responderá a CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorrentes;

f) Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da CONTRATANTE, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85.350-000

Fone: (42) 3637-1148

PREFEITURA MUNICIPAL

000087

NOVA LARANJEIRAS - PR

§ 4º - A CONTRATADA declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

§ 5º - A CONTRATADA concorda em notificar prontamente à CONTRATANTE, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por estar contratados.

§ 6º - A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste Contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO

Após assinatura das partes, o extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Município Jornal Correio do Povo do Paraná <http://www.icorreiodopovo.com.br> e disponibilizado e no sítio oficial da Prefeitura <https://novalaranjeiraspr.equiplano.com.br:7076/transparencia/licitacoes>.

Parágrafo único. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA FORO (art. 92, § 1º)

Fica eleito o foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Nova Laranjeiras/PR, 02 de setembro de 2024.

\_\_\_\_\_  
FABIO ROBERTO DOS SANTOS

\_\_\_\_\_  
ADELIDES MARIA PERIN

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF  
RG

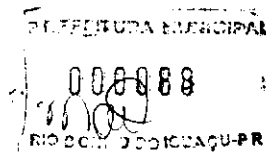
\_\_\_\_\_  
CPF  
RG



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 85.587.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (42) 3637-1148



## 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2024

O **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, Estado do Paraná, situado na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro, Nova Laranjeiras - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, daqui para frente doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.040.285/0004-25, com sede na Rodovia PR 565, s/n, km 08, Bairro Linha Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.301-970, na Cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, doravante designada **CONTRATADA**, representada pelo Sra. **ADELIDES MARIA PERIN**, inscrita no CPF sob o nº 741.477.819-34, portadora da cédula de identidade civil RG nº 5.675.287-0, SESP/PR, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 143/2024, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo de Inexigibilidade nº 10/2024-PMNL, bem como nos termos da proposta de preços apresentada pela Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O contrato tem por objeto a **contratação de empresa para execução de serviços de destinação final de resíduos urbano sólidos orgânicos não reciclável e não tóxico do município de Nova Laranjeiras/PR.**

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO**

O presente termo tem por objetivo prorrogar o prazo de execução e vigência do objeto acima citado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

O prazo de vigência e execução do referido contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, passando a vigorar de 02 de setembro de 2025 até 01 de setembro de 2026.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR**

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA							
Total	Item	Nome do produto/serviço	Qtde	Un	Preço	Preço total	
1	1	<b>EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORGÂNICOS</b> Serviços de destinação final de resíduos urbano sólidos orgânico, não reciclável e não tóxico do Município de Nova Laranjeiras/PR, incluindo, equipamentos, materiais, mão de obra e armazenamento ambientalmente adequado, pelo período mínimo de 12 (doze) meses. Obs: Valor por tonelada recebida.	936,00	TON	316,31	296.066,16	
<b>TOTAL</b>						<b>296.066,16</b>	

Fica aditado ao valor contratual o montante de **R\$ 296.066,16** (duzentos e noventa e seis mil sessenta e seis reais e dezesseis centavos), passando o valor do contrato de R\$ 296.066,16 (duzentos e noventa e seis mil sessenta e seis reais e dezesseis centavos), para R\$ 592.132,32 (quinhentos e noventa e dois mil cento e trinta e dois reais e trinta e dois centavos).

### **CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO**

O aditivo tem como base e fundamento o Art. 124, II, "b" da Lei 14.133/2021.

### **CLÁUSULA SEXTA - RATIFICAÇÃO**

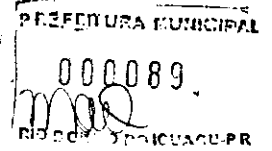
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.



# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000  
Fone: (42) 3637-1148



## CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, bem como no Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

Nova Laranjeiras - PR, 15 de agosto de 2025.

**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**  
CONTRATANTE

**ADELIDES MARIA PERIN**  
CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG \_\_\_\_\_



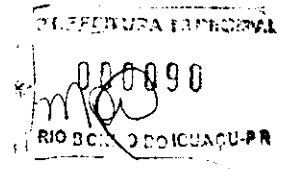
# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148



## 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/2024

O **MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**, Estado do Paraná, situado na Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro, Nova Laranjeiras - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **FABIO ROBERTO DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 10.127.108-0 SSP/PR e CPF/MF nº 787.632.829-68, daqui para frente doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.040.285/0004-25, com sede na Rodovia PR 565, s/n, km 08, Bairro Linha Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.301-970, na Cidade de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, doravante designada **CONTRATADA**, representada pelo Sra. **ADELIDES MARIA PERIN**, inscrita no CPF sob o nº 741.477.819-34, portadora da cédula de identidade civil RG nº 5.675.287-0, SESP/PR, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo do Contrato nº 143/2024, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, assim como pelas condições do Processo de Inexigibilidade nº 10/2024-PMNL, bem como nos termos da proposta de preços apresentada pela Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes conforme segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O contrato tem por objeto a **contratação de empresa para execução de serviços de destinação final de resíduos urbano sólidos orgânicos não reciclável e não tóxico do município de Nova Laranjeiras/PR.**

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITIVO**

O presente termo de apostilamento tem por objetivo restabelecer o reajuste inflacionário anual, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado nos últimos 12 meses, sendo aplicado o percentual de 5,13%, conforme consulta em anexo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE**

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Valor Anterior	Índice de Inflação (INPC)	Reajuste em %	Novo Valor	Valor Líquido	Valor Total
1	1	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORGÂNICOS	316,31	5,13%	16,22	<b>332,53</b>	936,00	15.181,92
<b>TOTAL</b>								<b>15.181,92</b>

Fica aditado ao valor contratual o montante de **R\$ 15.181,92** (quinze mil cento e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), passando o valor do contrato de R\$ 592.132,32 (quinhentos e noventa e dois mil cento e trinta e dois reais e trinta e dois centavos), para R\$ 607.314,24 (seiscentos e sete mil trezentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos).

### **CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO**

O termo de apostilamento tem como base e fundamento o Art. 124, II, "d" e Art. 136 da Lei 14.133/2021.

### **CLÁUSULA QUINTA - PRODUÇÃO DE EFEITOS**

O presente termo produzirá efeitos a partir de 02 de setembro de 2025.

### **CLÁUSULA SEXTA - RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**



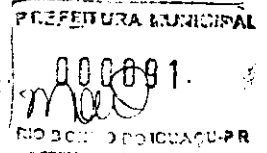
# MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000

Fone: (42) 3637-1148



Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, bem como no Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

Nova Laranjeiras - PR, 15 de agosto de 2025.

**FABIO ROBERTO DOS SANTOS**  
CONTRATANTE

**ADELIDES MARIA PERIN**  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/RG \_\_\_\_\_



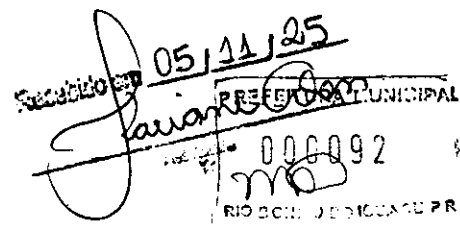
# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguçu - Paraná

## TERMO DE REFERÊNCIA



### 1 OBJETO

Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

### 2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano e PEVs rurais do município de Rio Bonito do Iguçu/PR, de segunda a sexta-feira, com transporte até destinação final; com equipe de trabalho de: 1 (um) motorista; 03 (três) coletores; com 01 (um) caminhão coletor compactador de, no mínimo, 15m <sup>3</sup> (quinze metros	mês	12	68.885,59	826.627,08

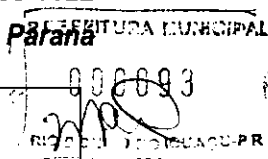


# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



	cúbicos) de capacidade de carga e potência acima de 150 hp, com no máximo 05 (cinco) anos de uso; seguro completo; em perfeitas condições de uso; com manutenção preventiva e corretiva por parte da contratada; dotado de sistema de gps/rastreador instalado; com abastecimento de combustível por conta da contratante.				
2	Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A e Classe II B.	toneladas	1140	400,11	456.125,40

2.1. Para os lotes 1 e 2, a participação NÃO é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, POIS NÃO SE ENQUADRA nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2 Trata-se de serviços, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, porém de difícil previsão quanto a época e a quantidade a ser demandada, de caráter continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.3 Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades cuja execução indireta é vedada.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL

000094

10/09/2017

10/09/2017

2.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.5 A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Tarefa.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto dessa licitação é classificado como serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII (se comum) ou do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## 4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo inicial de execução do contrato oriundo deste processo licitatório, será de 12 meses, contado a partir da assinatura, e poderá ser prorrogado.

4.2. O prazo inicial de vigência do contrato oriundo deste processo licitatório, será de 12 meses, contado a partir da assinatura, e poderá ser prorrogado, desde que fique comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

## 5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Considerando a competência dos Municípios na gestão e manejo dos resíduos sólidos, conforme prevê o art. 30, inciso V, da Constituição Federal, bem como, o disposto nos arts. 10 e 26, da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e tendo em vista os cuidados exigidos na coleta, transportes e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, a contratação de empresa para a prestação destes serviços se faz imprescindível por tratar-se de serviço contínuo e



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

000005  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

indispensável para o atendimento do interesse público e continuidade dos serviços públicos.

Posto que, a coleta regular dos resíduos domiciliares reflete serviço essencial à população, buscando realizar a gestão adequada desses materiais, com a preservação do meio ambiente, evitando que os lixos sejam descartados em bota-foras, rios e outros locais que possam comprometer o equilíbrio ecológico. Tal como, é questão de saúde e higiene pública, porque resíduos acumulados (sem a coleta periódica) atraem a presença de vetores e outros animais transmissores de doenças, além do chorume e mau-cheiro, a solução encontrada para atender a demanda apresentada.

No município de Rio Bonito do Iguaçu existe um Aterro Controlado Municipal encerrado e em fase de remediação, sendo proibida sua utilização para colocação de novos resíduos e considerando indispensável a continuidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos classe II A e classe II B, possam continuar a desenvolver suas atividades, a presente contratação de serviços foi motivada tendo em vista a geração dos resíduos sólidos pelos munícipes de Rio Bonito do Iguaçu. Assim, torna-se necessária à contratação de empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada destes resíduos, em aterro sanitário licenciado aos órgãos ambientais.

Desta forma consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) nos serviços de coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada para os resíduos sólidos urbanos gerados no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

**5.2.** Considerando as necessidades da Administração, a solução escolhida é a ideal e o serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133 de 2021, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

**5.3.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**6.1** Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é contratação de empresa para realizar a gestão dos resíduos sólidos, através da coleta, transporte e disposição final desses resíduos, pois atualmente não possuímos em nosso quadro servidores suficientes para a execução dessa atividade.

Considerando a necessidade da gestão de forma adequada de resíduos em consonância com as legislações pertinentes, busca-se firmar contratação com empresas do ramo específico desta atividade.

Quanto ao regime de execução nessa modalidade de contratação, a(s) empresa(s) Contratada(s) só receberá por serviços efetivamente realizados, conforme sua proposta de preços apresentada, por ocasião do certame licitatório.

Cabe a(s) empresa(s) Contratada(s) a prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos classe II A e classe II B, mediante utilização de mão de obra própria e todo o aparato necessário e pertinente para a perfeita execução contratual.

**6.2** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7.1. SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



## 7.2. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões da não complexidade do serviço e por não haver prejuízos para CONTRATANTE em relação ao serviço da CONTRATADA.

## 7.3 REQUISITOS DO FORNECEDOR

7.3.1 Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

### Para o lote 1:

7.3.1.1 Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

7.3.1.2 Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSAO JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

7.3.1.3 A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

7.3.1.4 Apresentar a documentação do veículo a ser utilizado na prestação do serviço, que deve cumprir com todas as exigências deste edital e estar em perfeitas condições de uso;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
000098  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**7.3.1.5** Licença Ambiental de Operação em nome da proponente e/ou em nome da empresa que fará a coleta e transporte de resíduos sólidos expedido pelo Instituto Água e Terra – IAT, em plena validade;

**7.3.1.6** Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

**7.3.1.7** Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

**7.3.1.8** Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

**7.3.1.9** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

**7.3.1.10** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**7.3.1.11** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);

**7.3.1.12** Apólice de Seguro para o transporte dos resíduos contra eventuais danos ambientais;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguazu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguazu - Paraná

**7.3.1.13** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**7.3.1.14** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**7.3.1.15** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

**Para o lote 2:**

**7.3.1.16** Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguazu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

**7.3.1.17** A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

**7.3.1.18** Prova de registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**7.3.1.19** Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

**7.3.1.20** Prova de registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA FÍSICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

**7.3.1.21** Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

**7.3.1.22** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

**7.3.1.23** Comprovação das seguintes licenças ambientais:

a) Licença Ambiental vigente de Operação (LO) do Aterro Sanitário e transporte dos resíduos.

b) Matrícula do terreno identificando que a área onde está instalado o aterro sanitário, são de propriedade da proponente.

c) Quando o Aterro Sanitário não for de propriedade da Licitante, deverá ser anexado documento devidamente registrado em cartório, que demonstre a vinculação entre a licitante e o proprietário, de forma a garantir a correta destinação final dos resíduos em Aterro Sanitário licenciado.

**7.3.1.24** Atestado de visita técnica expedido pelo licitador, possibilitando conhecimento das condições e peculiaridades da natureza dos serviços. Para visita aos



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica. É recomendado ao proponente que, quando da visita ao local dos serviços, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local dos serviços serão arcados integralmente pela própria proponente. O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços;

**7.3.1.25** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**7.3.1.26** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA;

**7.3.1.27** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

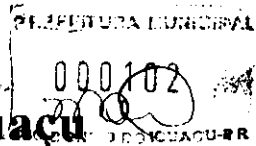
**7.3.1.28** Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aterro e seu respectivo RIMA.

**7.3.1.29** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**7.3.1.30** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

## 7.4 VISTORIA DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.4.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos e nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. Para visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica.

7.4.2 O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do serviço se dará da seguinte maneira:

8.1.1 Os serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares, serão executados de segunda a sexta-feira, na área urbana e PEVs da área rural, durante o período diurno. A Contratada poderá, mediante apresentação do Plano Técnico de Trabalho e desde que assegurada a melhoria da qualidade dos serviços e a sua eficiência, ficando a aprovação a cargo da Contratante, apresentar mudanças alternativas quanto ao Itinerário, rotas, dias de coleta e horários de início e fim das atividades, desde que respeitado o limite da carga horária diária.



**8.1.2** A jornada de trabalho deve ser de 8 horas diárias, ficando a critério da contratada o horário de início, intervalo e encerramento das atividades, totalizando 40 horas semanais.

**8.1.3** Os coletores deverão apanhar e transportar os recipientes com precaução e esvaziá-los completamente, com os cuidados necessários para não os danificar e evitar a queda de lixo nas vias públicas, bem como as latas, tambores, contêineres, lixeiras comunitárias/compartilhadas ou outros recipientes depois de esvaziados de seus resíduos, quando for o caso, deverão ser realocados no mesmo local, de maneira correta pela equipe de coleta.

**8.1.4** Todas as operações deverão ser executadas sem ruídos, algazaras e sem danificar os recipientes.

**8.1.5** O veículo compactador deverá ser carregado de maneira que o lixo não transborde para a via pública, sendo que caso haja derramamento de lixo e/ou líquidos (chorume), deverá a contratada efetuar de imediato a limpeza, inclusive lavando o local, se necessário.

**8.1.6** A coleta domiciliar deverá ser executada porta a porta e/ou em pontos de coleta específicos, como lixeiras comunitárias/compartilhadas, em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, independentemente de solicitação da Prefeitura, desde que acessíveis a veículos de coleta em marcha reduzida. Caso não haja possibilidade de acesso pelo veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser feita manualmente pelos coletores.

**8.1.7** Os resíduos depositados nas vias públicas pelos munícipes que tiverem caído dos recipientes ou da atividade de coleta deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.

**8.1.8** A Contratada deverá disponibilizar para a execução destes serviços a seguinte guarnição:

**a)** Coleta de resíduos sólidos domiciliares orgânicos: 01 (um) caminhão coletor compactador de no MÍNIMO, com capacidade MÍNIMA de 15m<sup>3</sup> (quinze metros



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
000104  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

cúbicos) de volume de carga e potência MÍNIMA, de 150 HP, com no MÁXIMO 05 (cinco) anos de uso, sendo composto por 01 equipe de trabalho de: a) 01 (um) motorista; e b) 03 (três) coletores.

O veículo supramencionado equivale ao MÍNIMO exigido, sendo que, caso necessário, a Contratada deverá dispor de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência que seja SUFICIENTE para cumprir com o objeto da prestação do serviço. A solicitação para a utilização ou troca de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência poderá ser feita pela Contratante ou de ofício pela Contratada, que dependerá, conforme o caso, de aditivo contratual.

**b)** Coleta de resíduos sólidos domiciliares recicláveis: 01 (um) caminhão coletor compactador de no MÍNIMO, com capacidade MÍNIMA de 15m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de volume de carga e potência MÍNIMA, de 150 HP, com no MÁXIMO 05 (cinco) anos de uso, sendo composto por 01 equipe de trabalho de: a) 01 (um) motorista; e b) 03 (três) coletores.

O veículo supramencionado equivale ao MÍNIMO exigido, sendo que, caso necessário, a Contratada deverá dispor de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência que seja SUFICIENTE para cumprir com o objeto da prestação do serviço. A solicitação para a utilização ou troca de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência poderá ser feita pela Contratante ou de ofício pela Contratada, que dependerá, conforme o caso, de aditivo contratual.

**8.1.9** Todos os veículos deverão estar em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro vigente, com as resoluções do COTRAN vigentes e com as Normas de segurança do trabalho vigentes;

**a)** Possuir seguro contra terceiros, com cobertura para danos morais, pessoais e materiais;

**b)** Possuir identificação com a logomarca da empresa e com a indicação que o veículo presta serviço para a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu/PR, bem como estar com a pintura e/ou adesivo, em suas laterais, em perfeito estado de conservação, com seus respectivos prefixos com vista a facilitar a sua identificação. A



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

0000105  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

arte dos adesivos deverá passar por aprovação da Contratante, podendo solicitar vinculação com campanhas pertinentes do Município;

**b.1)** A arte de que trata o acima disposto deverá ser instalada em até 30 (trinta) dias úteis, contados do início da prestação do serviço, as custas da CONTRATADA.

**c)** Estar com as revisões obrigatórias em dia;

**d)** Estar em perfeito estado de conservação, sem vazamentos na prensa compactadora, mangueiras hidráulicas, de arrefecimento, combustível ou lubrificantes, bem como quaisquer outros defeitos que possam comprometer a qualidade da prestação do serviço;

**e)** Licença ambiental vigente.

A contratada deverá:

**a)** Dispor de local adequado para lavagem e desinfecção dos caminhões.

**b)** Dispor de sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos e equipamentos;

**c)** Dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades e instalação para atendimento de seu pessoal operacional;

**d)** Realizar a imediata correção/conserto no caso de qualquer problema com o veículo, sendo que, caso o dano ou fato que impeça o veículo de executar as atividades seja superior à 04 (quatro) horas, a CONTRATADA deverá promover a substituição do veículo ou equipamento, sob pena de inexecução contratual;

**d.1)** O disposto na alínea “d” aplica-se no caso de a impossibilidade de continuidade da atividade estar relacionada aos recursos humanos envolvidos na execução da prestação do serviço contratado, devendo a CONTRATADA proceder a imediata substituição do(s) profissional(is), sob pena de incorrer em inexecução contratual.

**e)** Considerando as rotas a serem executadas, estimou-se que os percursos somam cerca de 3.000 quilômetros por mês.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

000106  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**8.1.10** O recolhimento é obrigatório de segunda-feira à sexta-feira, em feriados e ponto facultativo.

**8.1.11** Havendo aumento significativo do volume de resíduos a recolher em consequência do acréscimo da população, abertura de novas vias, aumento do número dos estabelecimentos comerciais ou industriais, ou por outra ocorrência prevista neste Edital e seus Anexos, poderá a Administração Pública solicitar que a Contratada realize a implantação de novo veículo ou a troca do veículo atual por um com maior capacidade de carga, bem como a adição de novo motorista ou coletor, a depender do caso, sendo que a Contratante realizará o pagamento da estrutura adicional através de aditivo. O prestador do serviço deverá obrigatoriamente protocolar OS TICKETS DA PESAGEM DIÁRIOS da coleta dos resíduos sólidos domiciliares, junto ao Relatório Mensal de Rodagem, que deverá ser entregue todo mês, com data previamente estipulada pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, devendo também enviar para os endereços eletrônicos [agricultura@riobonito.pr.gov.br](mailto:agricultura@riobonito.pr.gov.br) e [meioambiente@riobonito.pr.gov.br](mailto:meioambiente@riobonito.pr.gov.br)

**8.1.12** Competirá a Contratada a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, ainda, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

**8.1.13** Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

**8.1.14** A Prefeitura terá direito de exigir dispensa, a qual deverá se realizar dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem a ação na esfera judicial, a responsabilidade será exclusivamente da Contratada, eximindo a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu de qualquer responsabilidade.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguacu

PREFEITURA MUNICIPAL

000107

RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguacu - Paraná

**8.1.15.** Durante a execução dos serviços é vedado, por parte do pessoal da Contratada, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações. Do mesmo modo, é proibido aos empregados da Contratada ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas, bem como de pedirem gratificações ou donativos, durante a execução dos serviços.

**8.1.16** A CONTRATADA deverá disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da contratada, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento De Proteção Individual – EPI;

**8.1.16 a)** Os uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no Município, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

**8.1.16 b)** No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

**8.1.17** Os resíduos sólidos domiciliares coletados pelos veículos compactadores deverão ser transportados para destinação final até o ganhador do lote 2 desta mesma licitação.

**8.1.18** No caso de ficar verificado que a Licitante vencedora não possui capacidade em atender as exigências mínimas do Edital, ocorrerá a sua desclassificação, passando-se para o segundo lugar, de acordo com o tipo de classificação, e assim sucessivamente, caso essa também não demonstre a capacidade em atender as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência.

**8.1.19** A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, quando autorizada pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

**8.1.20** As medições serão executadas MENSALMENTE, conforme os qualitativos e quantitativos realizadas pela CONTRATADA, aceitos e aprovados pela fiscalização.



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**8.1.21** Para a elaboração do valor da PROPOSTA, a Planilha de Composição de Custos realizada pela licitante deverá prever o VALOR TOTAL GLOBAL, como valor da proposta, referente ao presente Edital e Termo de Referência.

## 8.2 ROTAS DE COLETA

### 8.2.1 RESÍDUOS ORGÂNICOS

- Segunda-feira (manhã): Centro; Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Cohapar
- Terça-feira: Centro; Loteamento Drabeck; Bairro Vista Alegre; Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre; Reforço onde for solicitado
- Quarta-feira (manhã): Centro; Alagado; Comunidade Alto do Trevo
- Quinta-feira: Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Cohapar; Reforço onde for solicitado
- Sexta-feira (manhã): Centro; Loteamento Drabeck; Bairro Vista Alegre; Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre

### 8.2.2 RESÍDUOS RECICLÁVEIS

- Segunda-feira (tarde): Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre; Alagado; Centro
- Quarta-feira (tarde): PEVS Rurais: Ceagro, Centro Novo, Arapongas, Herdeiros, Sede, Alto do Trevo; Centro
- Sexta-feira (tarde): Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Loteamento Drabeck; Bairro Vista Alegre; Cohapar; PEV Linha Rosa; Linha Bandeirante; Centro



## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A **CONTRATADA** deverá cumprir todas as obrigações constantes no edital e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2 A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda sua vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

9.4 A **CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas pelo município;

9.5 A **CONTRATADA** deverá executar fielmente ao contrato, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.6 A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do contrato, nos termos do código civil e ao código de defesa e proteção do consumidor;

9.7 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo adimplemento em dias de tosas as despejas om salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, indenizações e demais despesas com pessoal decorrente de execução de contrato, isentando o **CONTRATANTE** de qualquer vínculo empregatício;

9.8 A **CONTRATADA** deverá fornecer e obrigar que seus funcionários utilizem uniformes e todos os equipamentos de proteção individual e coletiva nos termos de legislação;

9.9 A **CONTRATADA** deverá observar e cumprir todas as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, conforme a legislação vigente, responsabilizando-se por todos os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais das pessoas empregadas direta ou indiretamente para execução do contrato;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguacu

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguacu - Paraná

9.10 A **CONTRATADA** deverá manter a **CONTRATANTE** integralmente indene de qualquer responsabilidade, custo, despesa ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos notificações e danos à imagem, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres que venha ser alegada em função da execução deste contrato;

9.11 A **CONTRATADA** deverá cumprir a legislação trabalhista, respondendo por quaisquer violações dos dispositivos;

9.12 A **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que a **CONTRATANTE** solicitar, durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e licenças ambientais;

9.13 A **CONTRATADA** deverá arcar com a reparação dos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio;

9.14 A **CONTRATADA** deverá arcar com os eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive extrapatrimonial;

9.15 A **CONTRATADA** deverá organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;

9.16 A **CONTRATADA** será responsável pela coleta, transporte e/ou tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos classe II A e classe II B, ficando o município isento de quaisquer responsabilidades provenientes de irregularidades perante os órgãos competentes, bem como danos causados a terceiros e ao meio ambiente;

9.17 A **CONTRATADA** deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços sem interrupção, seja por qualquer motivo, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada, as despesas com todos os encargos e obrigações, sociais, trabalhistas e fiscais;

9.18 A **CONTRATADA** deverá prestar todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados pela Prefeitura, atendendo prontamente a todas as reclamações;



9.19 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um número de telefone e endereço eletrônico (e-mail) em tempo comercial para esclarecimentos de dúvidas e solicitações de documentos;

9.20 A **CONTRATADA** deverá responsabiliza-se pelos danos causados ao Patrimônio Público, por dolo, negligência ou imprudência de seus empregados;

9.21 A **CONTRATADA** deverá manter todos os funcionários uniformizados, em conformidade com as normas de segurança;

9.22 A **CONTRATADA** deverá propiciar aos seus empregados vacinação em dia, como tétano, hepatite B, etc.

9.23 A **CONTRATADA** deverá realizar a coleta respeitando o cronograma pré-estabelecido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

## 10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## 11. GESTÃO DO CONTRATO

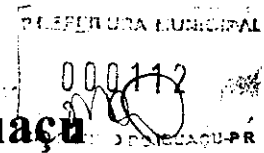
I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguacu



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguacu - Paraná

IV - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

V - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

VI - O contratado não está obrigado a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

## 11.1 DA FISCALIZAÇÃO

11.1.1 O fiscal do contrato será Natuza Angonese, conforme portaria de nomeação.

11.1.2 O fiscal terá as seguintes atribuições:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR  
000113

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**11.1.3** O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**11.1.4** O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

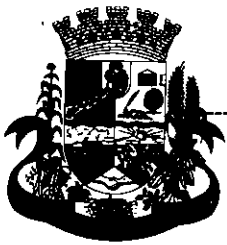
**11.1.5** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

**11.1.6** O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

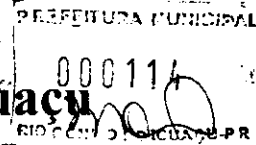
**11.1.7** Caso o fiscal do contrato verifique que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº. 14.133, de 2021.

**11.1.8** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**11.1.9** O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**11.1.10** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

**11.1.11** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações, no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (os documentos poderão ser originais, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou versão digital revestida de formalidade e segurança):

**11.1.12** Será entregue no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

c) exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços;  
e

d) declaração de responsabilidade exclusiva do contratado sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

**11.1.13** Será entregue até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao fiscal do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

a) Certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
000115  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

- b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**11.1.14** Serão entregues, quando solicitado pelo Contratante, quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**11.1.15** Será entregue a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) os termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) as guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) os extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguacu

PREFEITURA MUNICIPAL  
000116  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguacu - Paraná

d) os exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**11.1.16** No caso de cooperativas, serão exigidos:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (FATES);

e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias;

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

**11.1.17** No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

**11.1.18** Sempre que houver admissão de novos empregados pelo contratado, os documentos de admissão deverão ser apresentados.

**11.1.19** O Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**11.1.20** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias ou do FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos de controle.

**11.1.21** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguçu - Paraná

recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante.

**11.1.22** O Contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**11.1.23** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, ou não seja possível verificar a regularidade de outra maneira, o Contratante comunicará o fato ao contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**11.1.24** Não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**11.1.25** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do contratado.

**11.1.26** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

## **11.2. GESTOR DO CONTRATO**

**11.2.1** O gestor do contrato será Luiz Fernando Moreira, conforme portaria de nomeação.



**11.2.2.** O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

## **12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **12.1. DO RECEBIMENTO**

**12.1.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**12.1.2** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**12.1.2.1 Para o lote 1:** Os serviços serão pagos conforme coleta em rotas pré estabelecidas pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente e transporte até destinação final e depois de atestada a fatura pelo fiscal de contrato e pelo servidor designado por esta secretaria, que poderá indicar retenções de pagamentos quando constatadas irregularidades que descumpram cláusulas contratuais.

**12.1.2.2 Para o lote 2:** Os serviços serão pagos conforme toneladas de resíduos destinadas em aterro sanitário licenciado, a pesagem será realizada em local que será indicado pela empresa vencedora, aprovado pela Secretaria de Agropecuária e Meio



## 12.3. FORMA DE PAGAMENTO

12.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

12.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços -- Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

12.3.3. A Contratante realizará as todas as retenções tributárias a que for obrigada, inclusive retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

12.3.4. Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

12.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

12.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

## 13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA



**13.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

**13.1.2.** O modo de disputa será aberto OU aberto e fechado.

## **13.2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**13.2.1** Constitui objeto deste contrato o serviço de contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A (não inerte) e Classe II B (inerte) produzidos no perímetro urbano e rural do Município de Rio Bonito do Iguçu, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, por parte da contratada, de forma contínua.

**13.2.2** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Município, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**13.2.3** Os serviços deverão ser prestados na forma prevista neste Termo de Referência.

## **13.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO**

**13.3.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.

**13.3.2.** Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão

**13.3.2.1** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçú

PREFEITURA MUNICIPAL  
000122  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçú - Paraná

**13.3.2.2** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

**13.3.3** Buscando resguardar os interesses do erário público e, considerando sobretudo a origem dos recursos e o vulto deste serviço para o município de Rio Bonito do Iguaçú, a análise da qualificação econômico-financeira visa garantir que a empresa licitante possua suficiência e capacidade financeira para execução do serviço licitado e jamais restringir a participação ou competitividade no certame.

**13.3.4** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica. Documento emitido em no máximo 60 (sessenta) dias anterior à data marcada para abertura dos envelopes de habilitação.

**13.3.4.1** Visa garantir que a empresa a ser contratada não esteja passando por problemas falimentares, estando com a saúde financeira em ordem.

**13.3.5** Prova de capacidade financeira exigindo-se os seguintes índices:

(LG) Valor mínimo	(LC) Valor mínimo	(SG) Valor mínimo
1,0	1,0	1,0

Sendo,

$$LG = (AC + RPL) / (PC + ELP)$$

$$SG = AT / (PC + ELP)$$

$$LC = AC / PC$$

Onde: AC = Ativo Circulante

RPL = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

000123

PROPOSTA Nº 000123

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**13.3.5.1** Considerando que a empresa considerada vencedora do certame, terá que dispor de lastro para enfrentar custos e despesas que somente serão ressarcidos a posteriori, somente após a cada medição, em face da apresentação da respectiva fatura. Por isso os indicadores econômico-financeiros exigidos no edital prestam-se, precisamente, a aferir a capacidade financeira da empresa que participa do certame (artigo 31, e esses parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93). A exigência visa garantir que a empresa a ser contratada não esteja passando por problemas falimentares, estando com saúde financeira em ordem.

**13.3.5.2** Os índices acima não ferem aos dispostos no art. 69, da Lei 14.133 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes.

**13.3.5.3** O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

**13.3.5.4** O Índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

**13.3.5.5** O Índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Para os três índices colacionados (IGL, ILC e ISG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.



**13.3.5.6** Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 31, §5º, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

**13.3.5.7** Ainda, o próprio TCE/PR utiliza em seus editais de contratação os mesmos índices solicitados acima e nos mesmos valores, conforme pode ser observado nos editais da Concorrência 001/2019, Concorrência 002/2019, para não citar outros.

**13.3.6** Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social da empresa Licitante, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na junta comercial ou cartório (deverá conter carimbo ou etiqueta ou chancela da junta comercial) fundamentado no art. 1.181 da Lei 10.406/02, §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**13.3.7** Por “Balanço patrimonial apresentado na forma da Lei”, considere-se o seguinte:

**13.3.7.1** No caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;

**13.3.7.2** No caso das demais sociedades comerciais, deverá ser apresentado o balanço patrimonial transcrito no “Livro Diário” da empresa, devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal, e acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento (igualmente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa), sendo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou Cartório de Títulos e Documentos;

**13.3.7.3** No caso das empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD), abrangidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

000 125  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

apresentar o balanço patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial, e recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

**13.3.7.4** No caso das empresas recém-constituídas, que não tenham encerrado o exercício financeiro, cujo balanço ainda não seja exigível, deverão apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado, contendo assinatura do representante legal da empresa e do contador.

**13.3.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**Para o lote 1:**

**13.3.3.1** Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

**13.3.3.2** Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSAO JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

**13.3.3.3** A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

**13.3.3.4** Apresentar a documentação dos veículos a serem utilizados na prestação do serviço, que deve cumprir com todas as exigências deste edital e estar em perfeitas condições de uso;



**13.3.3.5** Licença Ambiental de Operação em nome da proponente e/ou em nome da empresa que fará a coleta e transporte de resíduos sólidos expedido pelo Instituto Água e Terra – IAT, em plena validade;

**13.3.3.6** Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

**13.3.3.7** Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

**13.3.3.8** Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

**13.3.3.9** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

**13.3.3.10** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**13.3.3.11** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);

**13.3.3.12** Apólice de Seguro para o transporte dos resíduos contra eventuais danos ambientais;



**13.3.3.13** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**13.3.3.14** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**13.3.3.15** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

**Para o lote 2:**

**13.3.3.16** Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

**13.3.3.17** A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

**13.3.3.18** Prova de registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica. É recomendado ao proponente que, quando da visita ao local dos serviços, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local dos serviços serão arcados integralmente pela própria proponente. O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços;

**13.3.3.25** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**13.3.3.26** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA;

**13.3.3.27** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**13.3.3.28** Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aterro e seu respectivo Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), emitido pelo órgão ambiental competente do estado sede da proponente.

**13.3.3.29** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**13.3.3.30** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçú

000130  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçú - Paraná

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

## 14. ESTIMATIVA DE PREÇO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.282.752,48 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos nesse termo de referência e no estudo técnico preliminar.

## 15. DAS ALTERAÇÕES

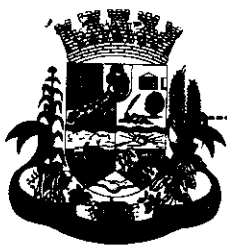
15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. As alterações de que tratam o item anterior deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguazu

000131  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAZU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguazu - Paraná

15.6. As alterações dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações que se fizerem necessárias.

15.7. As alterações dependem de pedido do Contratado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal.

## 16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada.

16.2. Após o decurso de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.7. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.



# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL

000132

RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

## 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

### SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Serviços de terceiros pessoa jurídica

5750-000-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

5760-505-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

5770-510-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

5780-511-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

## 18. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

18.1 O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Rio Bonito do Iguaçu, 05 de novembro de 2025

**LUIZ FERNANDO MOREIRA**

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

Decreto 016/205

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

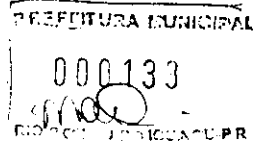


# Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguazu

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguazu - Paraná



## MEMORANDO 44/2025

DE: Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente  
PARA: Departamento de Contabilidade  
Srª Renata Bocca Doertzbacher  
Data: 04 de novembro 2025.

## ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguazu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

Mediante o pedido de contratação dos serviços conforme documentação em anexo, solicitamos informação acerca da existência de previsão orçamentária para custeio das despesas, cujo valor é de R\$ 1.282.752,48 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Luiz Fernando Moreira  
Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.  
Decreto: 016/2025

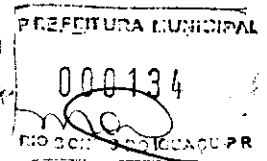
PECADO EM 05/11/2025  
  
MARCOS ANDRE SANTI  
Secretário Municipal de Finanças  
Decreto nº 001/2025



# Município de Rio Bonito do Iguaçu

CNPJ 95.587.770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - 85340-000 Tel: (42) 3653-1122  
Rio Bonito do Iguaçu - PR



SECRETARIA DE FINANÇAS

Rio Bonito do Iguaçu, 05 de novembro de 2025.

Imo. Sr.

Luiz Fernando Moreira

Sec. Mun. Agropecuária e Meio Ambiente

**Ref. Indicação de previsão orçamentária para prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final adequada dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu.**

Em verificação feita junto ao orçamento municipal, verifiquei a possibilidade orçamentária de aquisição dos bens/serviços solicitados. Para tanto, informo as dotações orçamentárias a serem utilizadas:

## SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE

Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

5750-000-08-002-18.541.0011.2061-3.3.90.39.00.00

5760-505-08-002-18.541.0011.2061-3.3.90.39.00.00

5770-510-08-002-18.541.0011.2061-3.3.90.39.00.00

5780-511-08-002-18.541.0011.2061-3.3.90.39.00.00

Atenciosamente,

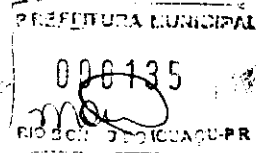
MARCOS ANDRE SANTI

Secretário de Finanças

Decreto nº 001/2025



Município de Rio Bonito do Iguçu  
Solicitação 150/2025



Página 1

<b>Solicitação</b>		<i>Emitido em</i>	<i>Quantidade de itens</i>
<i>Número</i>	<i>Tipo</i>	05/11/2025	2
<b>150</b>	<b>Contratação de Serviço</b>		
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>	
<i>Código</i>	<i>Nome</i>	<i>Número</i>	
3751-6	LUIZ FERNANDO MOREIRA	0/2025	
<b>Local</b>			
801	DPTO DE AGROPECUÁRIA		
<b>Órgão</b>			
08	SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE		
<b>Forma de pagamento</b>			
<i>Descrição</i>		<i>Tipo</i>	
EM ATÉ 30 DIAS APÓS A EMISSÃO DA NFE.		Depósito bancário	
<b>Entrega</b>			
<i>Local</i>		<i>Prazo</i>	
RUA 7 DE SETEMBRO, Nº 720 - CENTRO.		12 Meses	

**Descrição:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA, DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADO E LICENCIADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

**Justificativa:**

Conforme ETP e Termo de Referencia em anexo.

*Lote*

**001 Lote 001**

<i>Código</i>	<i>Nome</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor</i>
035939	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	MÊS	12,00	68.885,59	826.627,08
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano e PEVs rurais do município de Rio Bonito do Iguçu/PR, de segunda a sexta-feira, com transporte até destinação final; com equipe de trabalho de: 1 (um) motorista; 03 (três) coletores; com 01 (um) caminhão coletor compactador de, no mínimo, 15m <sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de capacidade de carga e potência acima de 150 hp, com no máximo 05 (cinco) anos de uso; seguro completo; em perfeitas condições de uso; com manutenção preventiva e corretiva por parte da contratada; dotado de sistema de gps/rastreador instalado; com abastecimento de combustível por conta da contratante.					
<b>TOTAL</b>					<b>826.627,08</b>

*Lote*

**002 Lote 002**

<i>Código</i>	<i>Nome</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor</i>
035939	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	TON	1.140,00	400,11	456.125,40
Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A e Classe II B.					
<b>TOTAL</b>					<b>456.125,40</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>1.282.752,48</b>

  
LUIZ FERNANDO MOREIRA  
Solicitante



**GABINETE DO PREFEITO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO  
LICITATÓRIO**

**DESPACHO**

Feita a análise sob a ótica da oportunidade e conveniência e relevância para o Interesse Público corroborada pela disponibilidade orçamentária atestada pela Secretaria da Finanças, **autorizo** nos termos da Lei nº14.133/21, a abertura de procedimento licitatório para a **Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses.**

Para tanto, determino que:

- 1 – Seja autuado o processo correspondente, devendo respeitar o protocolo e numeração;
- 2 – Ao Setor de Licitações para elaboração da minuta do instrumento convocatório e escolha da modalidade licitatória;
- 3 – À Procuradoria Jurídica para análise da minuta do Instrumento convocatório; e
- 4 – Por fim, confecção do aviso de Licitação para posterior publicação.

Rio Bonito do Iguaçu, 05 de novembro de 2025.

SEZAR AUGUSTO  
BOVINO:333481709  
15

Assinado de forma digital por  
SEZAR AUGUSTO  
BOVINO:33348170915  
Dados: 2025.11.05 11:04:51 -03'00'

**SEZAR AUGUSTO BOVINO**  
**Prefeito Municipal**

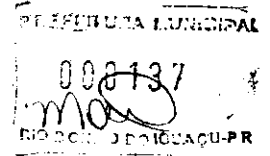


## MUNICIPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU – PR

CNPJ: 95.587.770/0001-99

RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 720 – CENTRO

Fone: (42) 3653-1122 - e-mail: [prefeitura@riobonito.pr.gov.br](mailto:prefeitura@riobonito.pr.gov.br)



### DEPARTAMENTO DE COMPRAS

---

## MEMORANDO INTERNO

Rio Bonito do Iguaçu – PR, 05/11/2025

Departamento de Licitação

**Referente: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses – Solicitação nº 150/2025.**

**Venho respeitosamente encaminhar a presente solicitação para as providencias necessárias e para que seja iniciado o procedimento competente.**

**Documentos em anexo:**

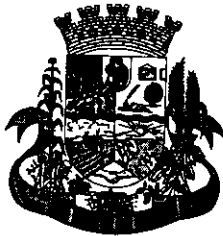
- a) ETP;
- b) Termo de Referência;
- c) Dotação orçamentária;
- d) Autorização para abertura de procedimento licitatório.

Atenciosamente,

Kariane Doss

Departamento de Compras

---



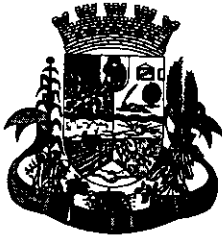
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000138  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO		xx/2025	
PROCESSO ADMINISTRATIVO		279/2025	
CONTRATANTE	PREFEITURA DE RIO BONITO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ		
OBJETO	Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses		
CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO	SERVIÇOS	REGIME DE EXECUÇÃO	CONTÍNUA
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.282.752,48 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos)		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	BLL COMPRAS <a href="https://bllcompras.org.br">https://bllcompras.org.br</a>		
DATA E HORA INÍCIO DAS PROPOSTAS	xx/xx/2025 às xh00min (horário de Brasília) <i>Mou</i>		
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS	xx/xx/2025 às xh00min (horário de Brasília)		
DATA E HORA FASE DE LANCES	xx/xx/2025 às xh00min (horário de Brasília)		
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA E DOCUMENTAÇÃO	Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo Operador do Sistema (Agente de Contratação): <a href="https://bllcompras.com">https://bllcompras.com</a> - Documentos Complementares (Pós disputa)		
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO por LOTE		
MODO DE DISPUTA	ABERTO		
PREFERÊNCIA ME/EPP / EQUIPARADAS	ITENS EXCLUSIVOS	ITENS AMPLA CONCORRÊNCIA	
	NÃO	SIM	
INTERESSADO	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO (DECRETO Nº 42/2025)	MAIARA FERNANDA DA SILVA EQUIPE DE APOIO: GISELE GUILMAN, ANDRÉIA DE FÁTIMA DEMENECH E RANGEL HENRIQUE KADES.		
ANEXOS	Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memorandos e Orçamentos.		
PUBLICAÇÃO	Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ( <a href="https://pncp.gov.br/app/editais">https://pncp.gov.br/app/editais</a> ); Portal da Transparência do Município ( <a href="https://riobonito.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php?modulo=&amp;pesquisar=1&amp;a=2024&amp;m=5&amp;s=">https://riobonito.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php?modulo=&amp;pesquisar=1&amp;a=2024&amp;m=5&amp;s=</a> ); Mural das Licitações Municipais - <a href="https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Atoteca/Pagina/CadastrarLegislacao.aspx">https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Tribunal/Atoteca/Pagina/CadastrarLegislacao.aspx</a> ; Diário Oficial do Município - Jornal Xagu.		



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

000139  
10.12.2025 PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Sumário

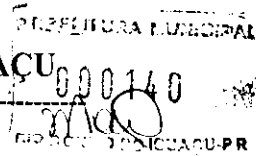
1 - DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	3
2 - DO OBJETO .....	3
3 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS .....	4
4 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	5
5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	5
6 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO.....	7
7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA .....	7
8 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
10 - DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
11 - DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
12 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	22
13 - DOS RECURSOS .....	23
14 - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO .....	24
15 - DA CONTRATAÇÃO .....	24
16 - DO REAJUSTE E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO .....	25
17 - MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	26
18 - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO .....	26
19 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	26
20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	29
ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA .....	31
ANEXO 2 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL .....	56
ANEXO 3 - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	58
ANEXO 4 - DECLARAÇÃO UNIFICADA.....	76
ANEXO 5 - DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA NO CONCEITO LEGAL DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	78
ANEXO 6 - MODELO DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO AS NORMAS DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO .....	79
ANEXO 7 - MODELO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA.....	80
ANEXO 8 - MODELO RENUNCIA A VISITA TÉCNICA .....	81
ANEXO 9 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	82
ANEXO 10 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULO(S) E DE PESSOAL QUALIFICADO PARA EXECUÇÃO DO(S) SERVIÇO(S) .....	83
ANEXO 11 - MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS .....	84



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 279/2025)**

A Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 95.587.770/0001-99, com sede social na Rua 7 de Setembro, 720 - Bairro Centro, cidade de Rio Bonito do Iguaçu-PR, CEP 85340-000, telefone (42) 3653-1122, e-mail [licita@riobonito.pr.gov.br](mailto:licita@riobonito.pr.gov.br), através do seu agente de contratações, torna público o edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 187, de 29 de setembro de 2022, Decreto Municipal nº 189, de 01 de agosto de 2024, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 Lei Complementar nº 155/2016, Lei Complementar nº 046/2014, de 4 de novembro de 2014, Decreto nº 212/2023, e demais legislação aplicável e, ainda de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

**1 - DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

1.1 - A sessão de abertura da licitação para a fase de lances, julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, será conforme segue:

**Local:** <https://blcompras.com/Home/Login> "Acesso Identificado"

**Recebimento das Propostas:** A partir xxhxxmin do dia xx/xx/2025 até às xxhxxmin do dia xx/xx/2025.

**Abertura e Julgamento das Propostas:** Das xxhxxmin até às xxhxxmin do dia xx/xx/2025.

**Início da Sessão de Disputa de Preços:** xxhxxmin do dia xx/xx/2025.

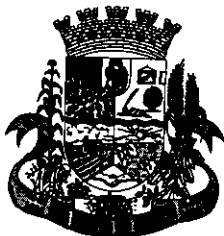
**Referência de Tempo:** Horário de Brasília (DF).

1.2 - Até a data e horário fixado para abertura da sessão, qualquer interessado credenciado na plataforma eletrônica, poderá incluir, alterar e excluir sua proposta.

**2 - DO OBJETO**

2.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, conforme características, quantitativos, e preços relacionados a seguir, e demais exigências estabelecidas neste edital e seus anexos:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Cód	Nome do produto/serviço	Quant	Un	Preço	Preço total
1	35939	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano e PEVs rurais do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, de segunda a sexta-feira, com transporte até destinação final; com	12,00	MÉS	68.885,59	826.627,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU - PR  
000141

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

		equipe de trabalho de: 1 (um) motorista; 03 (três) coletores; com 01 (um) caminhão coletor compactador de, no mínimo, 15m³ (quinze metros cúbicos) de capacidade de carga e potência acima de 150 hp, com no máximo 05 (cinco) anos de uso; seguro completo; em perfeitas condições de uso; com manutenção preventiva e corretiva por parte da contratada; dotado de sistema de gps/rastreador instalado; com abastecimento de combustível por conta da contratante.					
TOTAL							826.627,08
Lote: 2 - Lote 002							
Item	Cód	Nome do produto/serviço	Quant	Un	Preço	Preço total	
1	35939	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A e Classe II B.	1.140,00	TON	400,11	456.125,40	
TOTAL							456.125,40

2.2 - O critério de julgamento adotado será o *menor preço por lote*, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 3 - ESCLARECIMENTOS INICIAIS

3.1 - Esta licitação será conduzida pelo(a) Agente de Contratação, o(a) Sr(a). **MAIARA FERNANDA DA SILVA**, designado(a) pela autoridade competente como Pregoeiro(a), através do Decreto nº 42, de 20 de fevereiro de 2025.

3.2 - A sessão pública será realizada pela internet através do sistema BLL COMPRAS, disponível no sítio eletrônico <https://bllcompras.com/Home/Login>.

3.3 - Sem prejuízo das publicações legais, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao edital em questão, serão divulgadas no sistema eletrônico do pregão e no sítio oficial da Prefeitura [www.riobonito.pr.gov.br](http://www.riobonito.pr.gov.br), cabendo aos interessados inteira responsabilidade de acompanhamento, não cabendo alegação de desconhecimento sobre quaisquer informações publicadas.

3.4 - Quaisquer indícios de acordo, combinação, manipulação ou ajuste entre os licitantes, a não efetivação da concorrência, a visível divisão de objetos, sob qualquer forma, ensejará na anulação/revogação da licitação, sem prejuízos as penalidades previstas na legislação vigente.

3.4.1 - Os casos mencionados serão informados ao Ministério Público.

3.5 - O Diário Oficial do Município é o Jornal Xagu.



#### 4 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: protocolo digital acessível no sítio eletrônico oficial no sistema BLL COMPRAS - <https://bllcompras.com/Home/Login>, em campo próprio para este fim, relacionado ao processo desta licitação ou pelo e-mail [licita@riobonito.pr.gov.br](mailto:licita@riobonito.pr.gov.br).

4.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste edital e seus anexos, que esteja devidamente credenciada no sistema da BLL COMPRAS (<https://bllcompras.com/Home/Login>), cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste edital.

5.2 - A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

5.3 - Não poderão disputar esta licitação:

5.3.1 - Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos.

5.3.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.3.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000

- Rio Bonito do Iguacu

- Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL

000143

RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

5.3.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta pela administração.

5.3.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão licitante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.3.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si e aqueles que constituam grupo econômico.

5.3.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. *mae*

5.3.8 - Agente público da Prefeitura de Rio Bonito do Iguacu-PR.

5.3.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

5.3.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

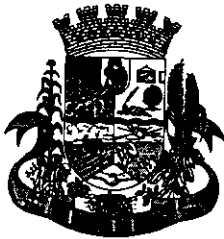
5.3.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.12 - O impedimento de que trata o item 5.3.4 - será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.4 - A vedação de que trata o item 5.3.8 - estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no Art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

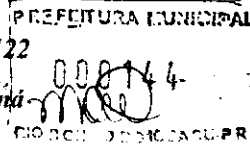
5.5.1 - O tratamento favorecido a que se refere o item anterior assim como a possibilidade de participação nos itens exclusivos, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

### 6 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases, através do sistema da BLL COMPRAS (<https://bllcompras.com/Home/Login>).

6.2 - Para ter acesso ao sistema eletrônico BLL COMPRAS, o responsável legal do interessado deverá obrigatoriamente, efetuar o seu cadastro, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema: <https://bllcompras.com/Home/Register>.

6.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

6.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, agente de contratação ou Prefeitura por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas supracitados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

6.7 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

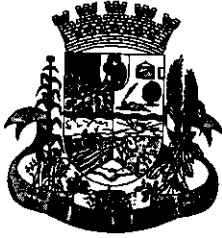
6.8 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2 - Os licitantes encaminharão a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

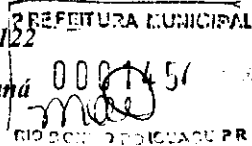
7.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



7.3.1 - Que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.3.2 - Que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

7.3.3 - Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

7.3.4 - Que inexistente impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante. *mao*

7.3.5 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.6 - Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.3.7 - Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

7.3.8 - Que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

7.3.9 - Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

7.3.10 - Sim ou Não, para a declaração, sob as penas da Lei, que não ultrapassa o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

7.3.10.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

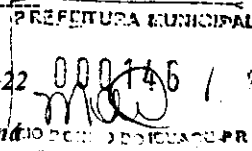
7.3.10.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



7.4 - A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

7.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.6 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes, após a fase de envio de lances.

7.7 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 8 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 - O licitante deverá encaminhar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento da quantidade do objeto ofertado e o seu respectivo preço e marca, com no máximo 4 (quatro) casas decimais.

8.1.1 - Fica vedado a oferta de quantidade inferior ao total previsto no termo de referência deste edital.

8.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, BDI, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

8.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

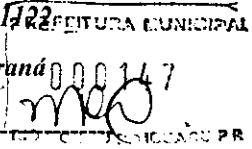
**8.6.1 - Anexo à Proposta de Preços, a proponente deverá obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, informar através de Planilha de Custos e Formação de Preços, de forma impressa, contemplando todos os serviços, emprego de materiais/produtos e**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná 0000117



mão de obra (conforme o caso), com valores: individuais, totais e globais, que compõem sua proposta de preços, conforme Planilha Modelo ANEXO 11.

### 9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

9.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9.3 - No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.4 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.5 - Iniciada a fase de lances, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6 - O lance deverá ser ofertado pelo **preço do lote**.

9.7 - O critério de julgamento será o de **menor preço por lote**.

9.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

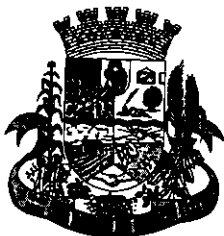
9.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01** (um centavo).

9.12 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor da sua proposta inicial.

9.13 - Para o envio de lances foi adotado o modo de disputa "**aberto**", assim os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0\*\*42)3653-4122

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR  
7/10/2025

9.13.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

*ma*

9.13.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.16 - O sistema aplicará automaticamente os critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

9.17 - Encerrado os lances, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.18 - Definido a ordem de classificação, o pregoeiro iniciará a fase de julgamento das propostas.

### 10 - DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 - Definido a ordem de classificação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no item 5.3 - deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - SICAF;

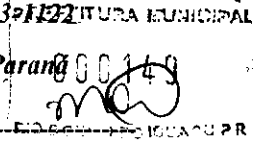
10.1.2 - Cadastro de Restrições ao Direito de Contratar, mantido pelo TCE-PR;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná 80149



10.1.3 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<http://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

10.2 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de julgamento.

10.3 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5 -deste edital.

10.4 - Caso a proposta do primeiro colocado seja superior ao preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, e, não havendo êxito, poderá fazer a negociação com os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.5 - Finalizado as negociações, o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, anexe no sistema, em formato ".pdf", a proposta com os preços adequados ao último lance ofertado após a negociação realizada, e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, sob pena de desclassificação e aplicação das penalidades cabíveis.

10.5.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.6 - O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

10.7 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.7.1 - Não seja anexada no sistema, devidamente adequada ao último lance ou valor negociado, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro;

10.7.2 - Contiver vícios insanáveis;

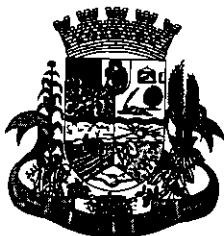
10.7.3 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital e no seu termo de referência;

10.7.4 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem com valor global superior ao valor estimado para contratação;

10.7.5 - Permanecer com o preço superior ao estimado para contratação fixado neste edital e seus anexos;

10.7.6 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

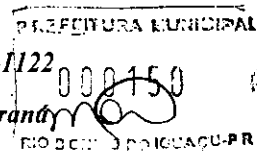
10.7.7 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu -



10.8 - Se houver indícios de inexecução da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.9 - Caso a proposta atenda ao edital, a proposta será aceita pelo pregoeiro, e iniciado a fase de habilitação.

### 11 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 - A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

11.1.1 - Apresentação de Cópia do documento de identidade do sócio ou de seu representante legal.

11.1.2 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.1.3 - Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

11.1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

11.1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

11.1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.1.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

11.2 - A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

11.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - **Cartão CNPJ**;

11.2.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** através da apresentação de **Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União** administrados pela Secretaria da Receita Federal e com validade na data da abertura da sessão pública;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL  
000151  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

11.2.3 - Prova de Regularidade para com a **Fazenda Estadual** através da apresentação de **Certidão Negativa de Tributos Estaduais** expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade na data da abertura da sessão pública;

11.2.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** através da apresentação de **Certidão Negativa de Tributos Municipais** expedida pela Prefeitura Municipal da sede da Proponente, com validade na data de abertura da sessão pública;

11.2.5 - Prova de regularidade para com o **FGTS** através da apresentação de **Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)** expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de abertura da sessão pública;

11.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011;

11.2.7 - Fica dispensada a apresentação dos documentos acima (11.2.2-; 11.2.3-; 11.2.4-; 11.2.5-; e 11.2.6-), para os fornecedores com cadastro válido no SICAF, mediante apresentação da **Declaração emitida através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**;

11.3 - **A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

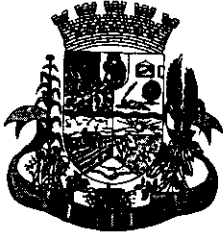
11.4 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de inabilitação.

11.5 - Nos termos do Art. 39, § 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, a verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.6 - **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados por meio do sistema (anexados em campo próprio na plataforma), em formato digital, no prazo de no máximo 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.**

11.7 - A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor, em momento posterior ao julgamento das propostas.

11.7.1 - Os documentos anexados no SICAF ou sistema BLL COMPRAS (conforme o caso), para fins de habilitação serão considerados cópia fiel dos seus originais, sob a fé e a responsabilidade do próprio licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000152  
PROCESSO LICITACIONÁRIO

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

11.8 - Para os demais documentos exigidos, os quais não estão identificados em campo próprio no sistema BLL COMPRAS, estes deverão ser anexados em arquivo único no campo "Outros Documentos".

11.9 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

11.9.1 - Certidão Negativa de feitos sobre **Falência e Concordata** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em plena validade.

11.9.2 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

11.9.3 - Buscando resguardar os interesses do erário público e, considerando sobretudo a origem dos recursos e o vulto deste serviço para o município de Rio Bonito do Iguaçu, a análise da qualificação econômico-financeira visa garantir que a empresa licitante possua suficiência e capacidade financeira para execução do serviço licitado e jamais restringir a participação ou competitividade no certame.

11.9.4 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica. Documento emitido em no máximo 60 (sessenta) dias anterior à data marcada para abertura do certame.

11.9.5 - Visa garantir que a empresa a ser contratada não esteja passando por problemas falimentares, estando com a saúde financeira em ordem.

11.9.6 - Prova de capacidade financeira exigindo-se os seguintes índices:

(LG) Valor mínimo	(LC) Valor mínimo	(SG) Valor mínimo
1,0	1,0	1,0

Sendo,

$$LG = (AC + RPL) / (PC + ELP)$$

$$SG = AT / (PC + ELP)$$

$$LC = AC / PC$$

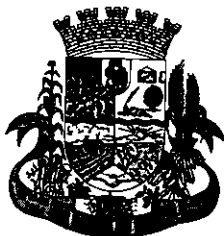
Onde: AC = Ativo Circulante

RPL = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0\*\*42)3653-1123

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

- Paraná

000153

RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

11.9.7 - Considerando que a empresa considerada vencedora do certame, terá que dispor de lastro para enfrentar custos e despesas que somente serão ressarcidos a posteriori, somente após a cada medição, em face da apresentação da respectiva fatura. Por isso os indicadores econômico-financeiros exigidos no edital prestam-se, precisamente, a aferir a capacidade financeira da empresa que participa do certame. A exigência visa garantir que a empresa a ser contratada não esteja passando por problemas falimentares, estando com saúde financeira em ordem.

11.9.8 - Os índices acima não ferem aos dispostos no art. 69, da Lei 14.133 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes.

11.9.9 - O Índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

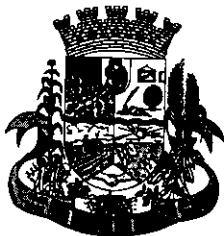
11.9.10 - O Índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

11.9.11 - O Índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Para os três índices colacionados (IGL, ILC e ISG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.

11.9.12 - Os índices estabelecidos permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

11.9.13 - Ainda, o próprio TCE/PR utiliza em seus editais de contratação os mesmos índices solicitados acima e nos mesmos valores, conforme pode ser observado nos editais da Concorrência 001/2019, Concorrência 002/2019, para não citar outros.

11.9.14 - Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social da empresa Licitante, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na junta comercial ou cartório (deverá conter carimbo ou etiqueta ou chancela da junta comercial) fundamentado no art. 1.181 da Lei 10.406/02, §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

000154

RIO BONITO DO IGUAÇU

11.9.15 - Por "Balanço patrimonial apresentado na forma da Lei", considere-se o seguinte:

11.9.15.1 - No caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;

11.9.15.2 - No caso das demais sociedades comerciais, deverá ser apresentado o balanço patrimonial transcrito no "Livro Diário" da empresa, devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal, e acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento (igualmente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa), sendo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou Cartório de Títulos e Documentos;

11.9.15.3 - No caso das empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD), abrangidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar o balanço patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial, e recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

11.9.15.4 - No caso das empresas recém-constituídas, que não tenham encerrado o exercício financeiro, cujo balanço ainda não seja exigível, deverão apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado, contendo assinatura do representante legal da empresa e do contador;

11.9.16 - Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

11.9.17 - As Certidões/documentos que não tiverem prazo de validade informado, terão como data de validade 60 (sessenta) dias após a sua emissão.

11.10 - A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

**Para o lote 1:**

11.10.1 - Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

11.10.1.1 - Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

- Paraíba

PREFEITURA MUNICIPAL

000155

mao

11.10.2 - Prova de Registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

11.10.3 - A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

11.10.4 - Apresentar a documentação dos veículos a serem utilizados na prestação do serviço, que deve cumprir com todas as exigências deste edital e estar em perfeitas condições de uso;

11.10.5 - Licença Ambiental de Operação em nome da proponente e/ou em nome da empresa que fará a coleta e transporte de resíduos sólidos expedido pelo Instituto Água e Terra - IAT, em plena validade;

11.10.6 - Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

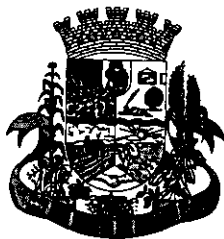
11.10.7 - Prova de Registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

11.10.8 - Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

11.10.9 - Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

11.10.10 - Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

11.10.11 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho - PPRA e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

- Paraná

000156

RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

11.10.12 - Apólice de Seguro para o transporte dos resíduos contra eventuais danos ambientais;

11.10.13 - No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

11.10.14 - Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

11.10.15 - Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

11.10.16 - Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

**Para o lote 2:**

11.10.17 - Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

11.10.17.1 - Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço.

11.10.18 - A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

11.10.19 - Prova de registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

11.10.20 - Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

000157

ma  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

11.10.21 - Prova de registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA FÍSICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

ma

11.10.22 - Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidora no cargo ou contrato social;

11.10.23 - Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

11.10.24 - Comprovação das seguintes licenças ambientais:

- a) Licença Ambiental vigente de Operação (LO) do Aterro Sanitário e transporte dos resíduos;
- b) Matrícula do terreno identificando que a área onde está instalado o aterro sanitário, são de propriedade da proponente;
- c) Quando o Aterro Sanitário não for de propriedade da Licitante, deverá ser anexado documento devidamente registrado em cartório, que demonstre a vinculação entre a licitante e o proprietário, de forma a garantir a correta destinação final dos resíduos em Aterro Sanitário licenciado.

11.10.25 - Atestado de visita técnica expedido pelo licitador, possibilitando conhecimento das condições e peculiaridades da natureza dos serviços. Para visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica. É recomendado ao proponente que, quando da visita ao local dos serviços, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local dos serviços serão arcados integralmente pela própria proponente. O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços;

11.10.26 - Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;



11.10.27 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho - PPRA;

11.10.28 - No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

11.10.29 - Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aterro e seu respectivo Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), emitido pelo órgão ambiental competente do estado sede da proponente;

11.10.30 - Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

11.10.31 - Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

11.10.32 - Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

#### 11.11 - DECLARAÇÃO(ÕES)

11.11.1 - Declaração unificada - conforme modelo do **ANEXO 04**.

11.11.2 - Declaração de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa) - conforme modelo do **ANEXO 05**.

11.11.3 - Declaração de Conhecimento às Normas de Prevenção à Corrupção - conforme modelo do **ANEXO 06**.

11.11.4 - **Declaração de Atestado de Visita Técnica** - conforme modelo do **ANEXO 07**, devidamente assinada pelo responsável da empresa e pelo(a) responsável técnico(a) com a identificação do Conselho Profissional, Ou:

11.11.5 - **Declaração de Renúncia à Visita Técnica** - conforme modelo do **ANEXO 08**.

11.11.6 - **Declaração de Responsabilidade Técnica** - conforme modelo do **ANEXO 09**, devidamente assinada pelo responsável da empresa e pelo(a) responsável técnico(a) com a identificação do Conselho Profissional.

11.11.7 - **Declaração de Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado** para execução dos serviços - conforme modelo do **ANEXO 10**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

000159 / 10

17/03/2025

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

11.11.8 - A(s) Declaração(ões) constante(s) no(s) Anexo(s) deste edital deverá(rão) ser assinada(s) por seu representante legal, sendo o sócio ou seu procurador.

11.12 - **Após a entrega dos documentos para habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame (Lei 14.133/21, art. 64).

11.13 - **Os documentos exigidos neste edital e a(s) declaração(ões) do(s) modelo(s) constante(s) no(s) anexo(s) deste edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.**

11.14 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações exigidas no cadastramento da proposta.

11.15 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.16 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

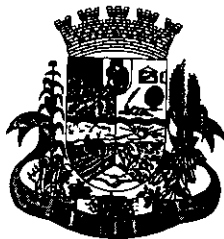
11.17 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.18 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.19 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei e edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

## 12 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

### Proposta



12.1 - O pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá promover diligências para esclarecer e sanar eventuais erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, quando se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

#### Documentos de habilitação

12.2 - O pregoeiro, na análise dos documentos de habilitação, poderá promover diligências para esclarecer e sanar eventuais erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

#### Realização de diligências

12.3 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 12.1 - e 12.2 - o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

### **13 - DOS RECURSOS**

13.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

13.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4 - Os recursos deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.

13.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior o Prefeito Municipal, o qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



13.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 - Os autos do processo administrativo do certame permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município <https://riobonito.pr.gov.br/portal/portallicitacoes.php?modulo=&pesquisar=1&a=2024&m=5&s=>.

#### 14 - DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

14.1.1 - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

14.1.2 - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

14.1.3 - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

14.1.4 - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2 - Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade administrativa, civil ou criminal de quem lhes tenha dado causa.

14.3 - O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

14.4 - Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

14.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

#### 15 - DA CONTRATAÇÃO

15.1 - A contratação será formalizada pela administração por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



15.2 - A vigência do contrato será de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.3 - A convocação para assinatura será feita através de e-mail [licita@riobonito.pr.gov.br](mailto:licita@riobonito.pr.gov.br), no qual constará como anexo o contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, por assinatura física ou digital.

15.4 - O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.5 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e neste edital.

15.6 - A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela administração, implicará na instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

## 16 - DO REAJUSTE E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

16.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano da data da realização do certame.

16.2 - Após interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados por simples apostilamento, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 - O reajuste será calculado da seguinte fórmula:

$R = (I_i - I_0) / I_0 \times V$  onde:

R= Valor da parcela de reajustamento procurado

I<sub>0</sub>= Índice de preço verificado no mês de apresentação da proposta que deu origem ao contrato

I<sub>i</sub>= Índice de preço referente ao aniversário da proposta

V= Valor a preços iniciais da parcela do contrato

16.3.1 - A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, conforme estabelece o parágrafo sétimo do artigo 25 da Lei n.º 14.133/2021, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato.

16.3.2 - O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.



16.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

16.5 - Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

16.6 - A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

16.7 - Havendo necessidade comprovada, o contrato poderá ser revisado para restabelecer a sua exequibilidade perdida em razão de eventos posteriores, cujos riscos não tenham sido assumidos pelo contratado.

16.7.1 - A decisão sobre a revisão será proferida pelo gestor do contrato no prazo de até 10 (dez) dias, contados do pedido formal do contratado, instruído de justificativas, planilhas, memória de cálculo e todas as evidências capazes.

16.8 - Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo órgão competente e enviados ao setor financeiro do Município para o pagamento devido.

## 17 - MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1 - O regime de execução, forma de fornecimento, modelo de gestão e de execução do contrato constam no termo de referência deste edital e minuta do contrato.

## 18 - DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

18.1 - As disposições da forma e prazo de pagamento contam no termo de referência deste edital e minuta do contrato.

## 19 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1 - Deixar de apresentar a documentação exigida no edital ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame, **inclusive a declaração unificada;**

19.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**19.1.2.1 - não anexar no sistema a proposta reajustada conforme o último lance ofertado;**

19.1.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



19.1.2.3 - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

19.1.2.4 - Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato.

19.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5 - Fraudar a licitação;

19.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.6.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.6.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

19.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

19.1.9 - Executar o objeto em descompasso com o edital e seus anexos, ou não cumprir os prazos e obrigações assumidas.

19.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1 - Advertência;

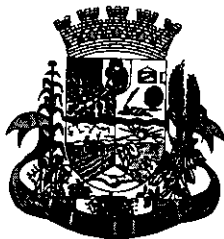
19.2.2 - Multa;

19.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e

19.2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.



19.3.2 - as peculiaridades do caso concreto

19.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes

19.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

19.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

19.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 19.1.1 -, 19.1.2 - e 19.1.3 -, a multa será de 0,5% a 15% do valor do objeto;

19.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 19.1.4 -, 19.1.5 -, 19.1.6 -, 19.1.7 - e 19.1.9 -, a multa será de 15% a 30% do valor do objeto.

19.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

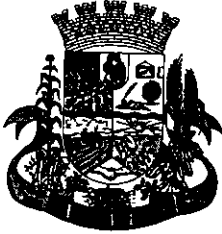
19.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1 -, 19.1.2 -, 19.1.3 - e 19.1.9 -, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4 -, 19.1.5 -, 19.1.6 -, 19.1.7 - e 19.1.8 -, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1 -, 19.1.2 - e 19.1.3 - que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

19.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 19.1.3 -, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração.

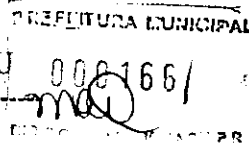
19.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



19.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Será divulgado o termo de julgamento no sistema eletrônico e no sítio eletrônico oficial do Município.

20.2 - Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

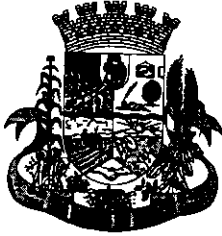
20.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.4 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**20.7 - Fica entendido que o presente Edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um, e se omita em outro, será considerado o conteúdo especificado e válido neste edital.**



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

20.8 - Este edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site eletrônico do Município <https://riobonito.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php?modulo=&pesquisar=1&a=2024&m=5&s=>.

20.9 - Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 20.9.1 - ANEXO 1 - Termo de Referência;
- 20.9.2 - ANEXO 2 - Modelo de proposta comercial;
- 20.9.3 - ANEXO 3 - Minuta do contrato;
- 20.9.4 - ANEXO 4 - Declaração unificada;
- 20.9.5 - ANEXO 5 - Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 20.9.6 - ANEXO 6 - Modelo de Declaração de conhecimento as normas de prevenção à corrupção;
- 20.9.7 - ANEXO 7 - Modelo de Atestado de visita técnica;
- 20.9.8 - ANEXO 8 - Modelo de Renúncia à visita técnica;
- 20.9.9 - ANEXO 9 - Declaração de responsabilidade técnica;
- 20.9.10 - ANEXO 10 - Declaração de disponibilidade de veículo(s) e funcionário(s);
- 20.9.11 - ANEXO 11 - Modelo de planilha de custos e formação de preços.

Rio Bonito do Iguaçu, Pr, xx de xxxx de 2025.

**MAIARA FERNANDA DA SILVA**

Pregoeira

Decreto nº 42/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000168  
MAY  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

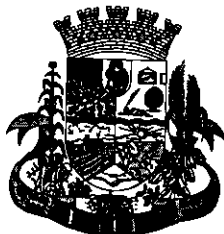
ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, de acordo com termos e especificações deste edital e seus anexos.

2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano e PEVs rurais do município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, de segunda a sexta-feira, com transporte até destinação final; com equipe de trabalho de: 1 (um) motorista; 03 (três) coletores; com 01 (um) caminhão coletor compactador de, no mínimo, 15m³ (quinze metros cúbicos) de capacidade de carga e potência acima de 150 hp, com no máximo 05 (cinco) anos de uso; seguro completo; em perfeitas condições de uso; com manutenção preventiva e corretiva por parte da contratada; dotado de sistema de gps/rastreador instalado; com abastecimento de combustível por conta da contratante.	mês	12	68.885,59	826.627,08
2	Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos	toneladas	1140	400,11	456.125,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000169  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

	domiciliares Classe II A e Classe II B.				
--	---	--	--	--	--

2.1. Para os lotes 1 e 2, a participação NÃO é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, POIS NÃO SE ENQUADRA nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2 Trata-se de serviços, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, porém de difícil previsão quanto a época e a quantidade a ser demandada, de caráter continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.3 Os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades cuja execução indireta é vedada.

2.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.5 A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Tarefa.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto dessa licitação é classificado como serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII (se comum) ou do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

### 4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

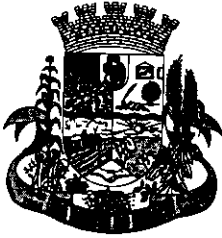
4.1. O prazo inicial de execução do contrato oriundo deste processo licitatório, será de 12 meses, contado a partir da assinatura, e poderá ser prorrogado.

4.2. O prazo inicial de vigência do contrato oriundo deste processo licitatório, será de 12 meses, contado a partir da assinatura, e poderá ser prorrogado, desde que fique comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

### 5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Considerando a competência dos Municípios na gestão e manejo dos resíduos sólidos, conforme prevê o art. 30, inciso V, da Constituição Federal, bem como, o disposto nos arts. 10 e 26, da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e tendo em vista os cuidados exigidos na coleta, transportes e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, a contratação de empresa para a prestação destes serviços se faz imprescindível por tratar-se de serviço contínuo e indispensável para o atendimento do interesse público e continuidade dos serviços públicos.

Posto que, a coleta regular dos resíduos domiciliares reflete serviço essencial à população, buscando realizar a gestão adequada desses materiais, com a preservação do meio ambiente, evitando que os lixos sejam descartados em bota-foras, rios e outros locais que possam comprometer o equilíbrio ecológico. Tal como, é questão de saúde e higiene pública, porque resíduos acumulados (sem a coleta periódica) atraem a presença de vetores e outros animais transmissores de doenças, além do chorume e mau-cheiro, a solução encontrada para atender a demanda apresentada.



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

No município de Rio Bonito do Iguaçu existe um Aterro Controlado Municipal encerrado e em fase de remediação, sendo proibida sua utilização para colocação de novos resíduos e considerando indispensável a continuidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos classe II A e classe II B, possam continuar a desenvolver suas atividades, a presente contratação de serviços foi motivada tendo em vista a geração dos resíduos sólidos pelos munícipes de Rio Bonito do Iguaçu. Assim, torna-se necessária a contratação de empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada destes resíduos, em aterro sanitário licenciado aos órgãos ambientais.

Desta forma consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) nos serviços de coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada para os resíduos sólidos urbanos gerados no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

5.2. Considerando as necessidades da Administração, a solução escolhida é a ideal e o serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133 de 2021, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

5.3. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1 Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é contratação de empresa para realizar a gestão dos resíduos sólidos, através da coleta, transporte e disposição final desses resíduos, pois atualmente não possuímos em nosso quadro servidores suficientes para a execução dessa atividade.

Considerando a necessidade da gestão de forma adequada de resíduos em consonância com as legislações pertinentes, busca-se firmar contratação com empresas do ramo específico desta atividade.

Quanto ao regime de execução nessa modalidade de contratação, a(s) empresa(s) Contratada(s) só receberá por serviços efetivamente realizados, conforme sua proposta de preços apresentada, por ocasião do certame licitatório.

Cabe a(s) empresa(s) Contratada(s) a prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos classe II A e classe II B, mediante utilização de mão de obra própria e todo o aparato necessário e pertinente para a perfeita execução contratual.

6.2 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 7.1. SUBCONTRATAÇÃO

7.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



## 7.2. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões da não complexidade do serviço e por não haver prejuízos para CONTRATANTE em relação ao serviço da CONTRATADA.

## 7.3 REQUISITOS DO FORNECEDOR

7.3.1 Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

### Para o lote 1:

7.3.1.1 Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

7.3.1.2 Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSAO JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

7.3.1.3 A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

7.3.1.4 Apresentar a documentação do veículo a ser utilizado na prestação do serviço, que deve cumprir com todas as exigências deste edital e estar em perfeitas condições de uso;

7.3.1.5 Licença Ambiental de Operação em nome da proponente e/ou em nome da empresa que fará a coleta e transporte de resíduos sólidos expedido pelo Instituto Água e Terra – IAT, em plena validade;

7.3.1.6 Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

7.3.1.7 Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

7.3.1.8 Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

7.3.1.9 Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;



7.3.1.10 Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

7.3.1.11 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);

7.3.1.12 Apólice de Seguro para o transporte dos resíduos contra eventuais danos ambientais;

7.3.1.13 No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

7.3.1.14 Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

7.3.1.15 Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

**Para o lote 2:**

7.3.1.16 Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

7.3.1.17 A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

7.3.1.18 Prova de registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

7.3.1.19 Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

7.3.1.20 Prova de registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA FÍSICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

7.3.1.21 Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

000173  
mao  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**7.3.1.22** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

**7.3.1.23** Comprovação das seguintes licenças ambientais:

- a) Licença Ambiental vigente de Operação (LO) do Aterro Sanitário e transporte dos resíduos.
- b) Matrícula do terreno identificando que a área onde está instalado o aterro sanitário, são de propriedade da proponente.
- c) Quando o Aterro Sanitário não for de propriedade da Licitante, deverá ser anexado documento devidamente registrado em cartório, que demonstre a vinculação entre a licitante e o proprietário, de forma a garantir a correta destinação final dos resíduos em Aterro Sanitário licenciado.

**7.3.1.24** Atestado de visita técnica expedido pelo licitador, possibilitando conhecimento das condições e peculiaridades da natureza dos serviços. Para visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica. É recomendado ao proponente que, quando da visita ao local dos serviços, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local dos serviços serão arcados integralmente pela própria proponente. O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços;

**7.3.1.25** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**7.3.1.26** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA;

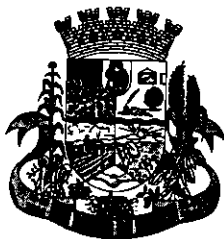
**7.3.1.27** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**7.3.1.28** Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aterro e seu respectivo RIMA.

**7.3.1.29** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**7.3.1.30** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.



#### 7.4 VISTORIA DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.4.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos veículos e nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim. Para visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica.

7.4.2 O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços.

#### 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do serviço se dará da seguinte maneira:

8.1.1 Os serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares, serão executados de segunda a sexta-feira, na área urbana e PEVs da área rural, durante o período diurno. A Contratada poderá, mediante apresentação do Plano Técnico de Trabalho e desde que assegurada a melhoria da qualidade dos serviços e a sua eficiência, ficando a aprovação a cargo da Contratante, apresentar mudanças alternativas quanto ao Itinerário, rotas, dias de coleta e horários de início e fim das atividades, desde que respeitado o limite da carga horária diária.

8.1.2 A jornada de trabalho deve ser de 8 horas diárias, ficando a critério da contratada o horário de início, intervalo e encerramento das atividades, totalizando 40 horas semanais.

8.1.3 Os coletores deverão apanhar e transportar os recipientes com precaução e esvaziá-los completamente, com os cuidados necessários para não os danificar e evitar a queda de lixo nas vias públicas, bem como as latas, tambores, contêineres, lixeiras comunitárias/compartilhadas ou outros recipientes depois de esvaziados de seus resíduos, quando for o caso, deverão ser realocados no mesmo local, de maneira correta pela equipe de coleta.

8.1.4 Todas as operações deverão ser executadas sem ruídos, algazarras e sem danificar os recipientes.

8.1.5 O veículo compactador deverá ser carregado de maneira que o lixo não transborde para a via pública, sendo que caso haja derramamento de lixo e/ou líquidos (chorume), deverá a contratada efetuar de imediato a limpeza, inclusive lavando o local, se necessário.

8.1.6 A coleta domiciliar deverá ser executada porta a porta e/ou em pontos de coleta específicos, como lixeiras comunitárias/compartilhadas, em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, independentemente de solicitação da Prefeitura, desde que acessíveis a veículos de coleta em marcha reduzida. Caso não haja possibilidade de acesso pelo veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser feita manualmente pelos coletores.

8.1.7 Os resíduos depositados nas vias públicas pelos munícipes que tiverem caído dos recipientes ou da atividade de coleta deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguacu - Paraná

8.1.8 A Contratada deverá disponibilizar para a execução destes serviços a seguinte guarnição:

a) Coleta de resíduos sólidos domiciliares orgânicos: 01 (um) caminhão coletor compactador de no MÍNIMO, com capacidade MÍNIMA de 15m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de volume de carga e potência MÍNIMA, de 150 HP, com no MÁXIMO 05 (cinco) anos de uso, sendo composto por 01 equipe de trabalho de: a) 01 (um) motorista; e b) 03 (três) coletores.

O veículo supramencionado equivale ao MÍNIMO exigido, sendo que, caso necessário, a Contratada deverá dispor de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência que seja SUFICIENTE para cumprir com o objeto da prestação do serviço. A solicitação para a utilização ou troca de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência poderá ser feita pela Contratante ou de ofício pela Contratada, que dependerá, conforme o caso, de aditivo contratual.

b) Coleta de resíduos sólidos domiciliares recicláveis: 01 (um) caminhão coletor compactador de no MÍNIMO, com capacidade MÍNIMA de 15m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de volume de carga e potência MÍNIMA, de 150 HP, com no MÁXIMO 05 (cinco) anos de uso, sendo composto por 01 equipe de trabalho de: a) 01 (um) motorista; e b) 03 (três) coletores.

O veículo supramencionado equivale ao MÍNIMO exigido, sendo que, caso necessário, a Contratada deverá dispor de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência que seja SUFICIENTE para cumprir com o objeto da prestação do serviço. A solicitação para a utilização ou troca de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência poderá ser feita pela Contratante ou de ofício pela Contratada, que dependerá, conforme o caso, de aditivo contratual.

8.1.9 Todos os veículos deverão estar em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro vigente, com as resoluções do COTRAN vigentes e com as Normas de segurança do trabalho vigentes;

a) Possuir seguro contra terceiros, com cobertura para danos morais, pessoais e materiais;

b) Possuir identificação com a logomarca da empresa e com a indicação que o veículo presta serviço para a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguacu/PR, bem como estar com a pintura e/ou adesivo, em suas laterais, em perfeito estado de conservação, com seus respectivos prefixos com vista a facilitar a sua identificação. A arte dos adesivos deverá passar por aprovação da Contratante, podendo solicitar vinculação com campanhas pertinentes do Município;

b.1) A arte de que trata o acima disposto deverá ser instalada em até 30 (trinta) dias úteis, contados do início da prestação do serviço, as custas da CONTRATADA.

c) Estar com as revisões obrigatórias em dia;

d) Estar em perfeito estado de conservação, sem vazamentos na prensa compactadora, mangueiras hidráulicas, de arrefecimento, combustível ou lubrificantes, bem como quaisquer outros defeitos que possam comprometer a qualidade da prestação do serviço;

e) Licença ambiental vigente.

A contratada deverá:

a) Dispor de local adequado para lavagem e desinfecção dos caminhões.

b) Dispor de sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos e equipamentos;



c) Dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades e instalação para atendimento de seu pessoal operacional;

d) Realizar a imediata correção/conserto no caso de qualquer problema com o veículo, sendo que, caso o dano ou fato que impeça o veículo de executar as atividades seja superior à 04 (quatro) horas, a CONTRATADA deverá promover a substituição do veículo ou equipamento, sob pena de inexecução contratual;

d.1) O disposto na alínea "d" aplica-se no caso de a impossibilidade de continuidade da atividade estar relacionada aos recursos humanos envolvidos na execução da prestação do serviço contratado, devendo a CONTRATADA proceder a imediata substituição do(s) profissional(is), sob pena de incorrer em inexecução contratual.

e) Considerando as rotas a serem executadas, estimou-se que os percursos somam cerca de 3.000 quilômetros por mês.

8.1.10 O recolhimento é obrigatório de segunda-feira à sexta-feira, em feriados e ponto facultativo.

8.1.11 Havendo aumento significativo do volume de resíduos a recolher em consequência do acréscimo da população, abertura de novas vias, aumento do número dos estabelecimentos comerciais ou industriais, ou por outra ocorrência prevista neste Edital e seus Anexos, poderá a Administração Pública solicitar que a Contratada realize a implantação de novo veículo ou a troca do veículo atual por um com maior capacidade de carga, bem como a adição de novo motorista ou coletor, a depender do caso, sendo que a Contratante realizará o pagamento da estrutura adicional através de aditivo. O prestador do serviço deverá obrigatoriamente protocolar OS TICKETS DA PESAGEM DIÁRIOS da coleta dos resíduos sólidos domiciliares, junto ao Relatório Mensal de Rodagem, que deverá ser entregue todo mês, com data previamente estipulada pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, devendo também enviar para os endereços eletrônicos [agricultura@riobonito.pr.gov.br](mailto:agricultura@riobonito.pr.gov.br) e [meioambiente@riobonito.pr.gov.br](mailto:meioambiente@riobonito.pr.gov.br)

8.1.12 Competirá a Contratada a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, ainda, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

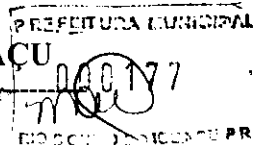
8.1.13 Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

8.1.14 A Prefeitura terá direito de exigir dispensa, a qual deverá se realizar dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem a ação na esfera judicial, a responsabilidade será exclusivamente da Contratada, eximindo a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu de qualquer responsabilidade.

8.1.15. Durante a execução dos serviços é vedado, por parte do pessoal da Contratada, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações. Do mesmo modo, é proibido aos empregados da Contratada ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas, bem como de pedirem gratificações ou donativos, durante a execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**8.1.16** A CONTRATADA deverá disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da contratada, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento De Proteção Individual – EPI;

**8.1.16 a)** Os uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no Município, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

**8.1.16 b)** No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

**8.1.17** Os resíduos sólidos domiciliares coletados pelos veículos compactadores deverão ser transportados para destinação final até o ganhador do lote 2 desta mesma licitação.

**8.1.18** No caso de ficar verificado que a Licitante vencedora não possui capacidade em atender as exigências mínimas do Edital, ocorrerá a sua desclassificação, passando-se para o segundo lugar, de acordo com o tipo de classificação, e assim sucessivamente, caso essa também não demonstre a capacidade em atender as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência.

**8.1.19** A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, quando autorizada pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

**8.1.20** As medições serão executadas MENSALMENTE, conforme os qualitativos e quantitativos realizadas pela CONTRATADA, aceitos e aprovados pela fiscalização.

**8.1.21** Para a elaboração do valor da PROPOSTA, a Planilha de Composição de Custos realizada pela licitante deverá prever o VALOR TOTAL GLOBAL, como valor da proposta, referente ao presente Edital e Termo de Referência.

## 8.2 ROTAS DE COLETA

### 8.2.1 RESÍDUOS ORGÂNICOS

- Segunda-feira (manhã): Centro; Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Cohapar
- Terça-feira: Centro; Loteamento Drabek; Bairro Vista Alegre; Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre; Reforço onde for solicitado
- Quarta-feira (manhã): Centro; Alagado; Comunidade Alto do Trevo
- Quinta-feira: Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Cohapar; Reforço onde for solicitado
- Sexta-feira (manhã): Centro; Loteamento Drabek; Bairro Vista Alegre; Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre

### 8.2.2 RESÍDUOS RECICLÁVEIS

- Segunda-feira (tarde): Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre; Alagado; Centro
- Quarta-feira (tarde): PEVS Rurais: Ceagro, Centro Novo, Araongas, Herdeiros, Sede, Alto do Trevo; Centro
- Sexta-feira (tarde): Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Loteamento Drabek; Bairro Vista Alegre; Cohapar; PEV Linha Rosa; Linha Bandeirante; Centro



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A **CONTRATADA** deverá cumprir todas as obrigações constantes no edital e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2 A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda sua vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

9.4 A **CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas pelo município;

9.5 A **CONTRATADA** deverá executar fielmente ao contrato, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas legais aplicáveis, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.6 A **CONTRATADA** deverá arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do contrato, nos termos do código civil e ao código de defesa e proteção do consumidor;

9.7 A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelo adimplemento em dias de todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, indenizações e demais despesas com pessoal decorrente de execução de contrato, isentando o **CONTRATANTE** de qualquer vínculo empregatício;

9.8 A **CONTRATADA** deverá fornecer e obrigar que seus funcionários utilizem uniformes e todos os equipamentos de proteção individual e coletiva nos termos de legislação;

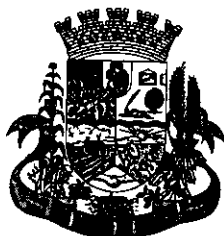
9.9 A **CONTRATADA** deverá observar e cumprir todas as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, conforme a legislação vigente, responsabilizando-se por todos os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais das pessoas empregadas direta ou indiretamente para execução do contrato;

9.10 A **CONTRATADA** deverá manter a **CONTRATANTE** integralmente indemne de qualquer responsabilidade, custo, despesa ou ônus, inclusive procedimentos judiciais, administrativos, notificações e danos à imagem, decorrentes de qualquer violação ou infração a quaisquer deveres que venha ser alegada em função da execução deste contrato;

9.11 A **CONTRATADA** deverá cumprir a legislação trabalhista, respondendo por quaisquer violações dos dispositivos;

9.12 A **CONTRATADA** deverá apresentar, sempre que a **CONTRATANTE** solicitar, durante a execução do contrato documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e licenças ambientais;

9.13 A **CONTRATADA** deverá arcar com a reparação dos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000179  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PARANÁ

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

9.14 A **CONTRATADA** deverá arcar com os eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive extrapatrimonial;

9.15 A **CONTRATADA** deverá organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;

9.16 A **CONTRATADA** será responsável pela coleta, transporte e/ou tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos classe II A e classe II B, ficando o município isento de quaisquer responsabilidades provenientes de irregularidades perante os órgãos competentes, bem como danos causados a terceiros e ao meio ambiente;

9.17 A **CONTRATADA** deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços sem interrupção, seja por qualquer motivo, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada, as despesas com todos os encargos e obrigações, sociais, trabalhistas e fiscais;

9.18 A **CONTRATADA** deverá prestar todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados pela Prefeitura, atendendo prontamente a todas as reclamações;

9.19 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar um número de telefone e endereço eletrônico (e-mail) em tempo comercial para esclarecimentos de dúvidas e solicitações de documentos;

9.20 A **CONTRATADA** deverá responsabiliza-se pelos danos causados ao Patrimônio Público, por dolo, negligência ou imprudência de seus empregados;

9.21 A **CONTRATADA** deverá manter todos os funcionários uniformizados, em conformidade com as normas de segurança;

9.22 A **CONTRATADA** deverá propiciar aos seus empregados vacinação em dia, como tétano, hepatite B, etc.

9.23 A **CONTRATADA** deverá realizar a coleta respeitando o cronograma pré-estabelecido pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

## 10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## 11. GESTÃO DO CONTRATO

I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

IV - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



V - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

VI - O contratado não está obrigado a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

### 11.1 DA FISCALIZAÇÃO

11.1.1 O fiscal do contrato será Natuza Angonese, conforme portaria de nomeação.

11.1.2 O fiscal terá as seguintes atribuições:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

II - anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.

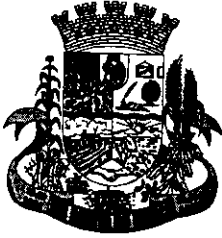
11.1.3 O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto do contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.1.4 O contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.1.5 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis, devem ser aplicadas as sanções ao contratado de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

11.1.6 O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

11.1.7 Caso o fiscal do contrato verifique que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº. 14.133, de 2021.



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

**11.1.8** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**11.1.9** O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

**11.1.10** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

**11.1.11** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações, no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (os documentos poderão ser originais, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou versão digital revestida de formalidade e segurança):

**11.1.12** Será entregue no primeiro mês da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- c) exames médicos admissionais dos empregados que prestarão os serviços; e
- d) declaração de responsabilidade exclusiva do contratado sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

**11.1.13** Será entregue até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao fiscal do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- a) Certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**11.1.14** Serão entregues, quando solicitado pelo Contratante, quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério do Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

000182

EDIFÍCIO DO IGUAÇU PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

**11.1.15** Será entregue a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) os termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) as guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) os extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) os exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**11.1.16** No caso de cooperativas, serão exigidos:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do Fundo Assistência Técnica Educacional e Social (FATES);
- e) comprovante da aplicação em Fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias;
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

**11.1.17** No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

**11.1.18** Sempre que houver admissão de novos empregados pelo contratado, os documentos de admissão deverão ser apresentados.



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

11.1.19 O Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

11.1.20 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias ou do FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos de controle.

11.1.21 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante.

11.1.22 O Contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

11.1.23 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, ou não seja possível verificar a regularidade de outra maneira, o Contratante comunicará o fato ao contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.1.24 Não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.1.25 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do contratado.

11.1.26 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

## 11.2. GESTOR DO CONTRATO

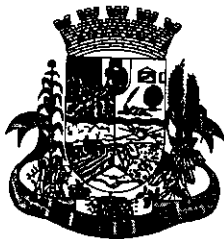
11.2.1 O gestor do contrato será Luiz Fernando Moreira, conforme portaria de nomeação.

11.2.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

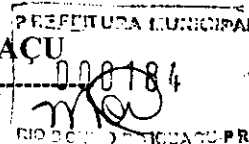
- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

## 12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 12.1. DO RECEBIMENTO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

12.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.1.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

12.1.2.1 **Para o lote 1:** Os serviços serão pagos conforme coleta em rotas pré estabelecidas pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente e transporte até destinação final e depois de atestada a fatura pelo fiscal de contrato e pelo servidor designado por esta secretaria, que poderá indicar retenções de pagamentos quando constatadas irregularidades que descumpram cláusulas contratuais.

12.1.2.2 **Para o lote 2:** Os serviços serão pagos conforme toneladas de resíduos destinadas em aterro sanitário licenciado, a pesagem será realizada em local que será indicado pela empresa vencedora, aprovado pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente e com custos da empresa vencedora, e depois de atestada a fatura pelo fiscal de contrato e pelo servidor designado por esta secretaria, que poderá indicar retenções de pagamentos quando constatadas irregularidades que descumpram cláusulas contratuais. A pesagem será acompanhada da fiscalização municipal.

## 12.2. LIQUIDAÇÃO

12.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de RIO BONITO DO IGUAÇU, constando número da licitação, e descrição dos serviços prestados.

12.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

12.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no serviço efetuado ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

12.2.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

## 12.3. FORMA DE PAGAMENTO

12.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

12.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha



concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do Índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

**12.3.3.** A Contratante realizará as todas as retenções tributárias a que for obrigada, inclusive retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

**12.3.4.** Será aplicada a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

**12.3.5.** As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

**12.3.6.** As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

### **13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**13.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

**13.1.2.** O modo de disputa será aberto OU aberto e fechado.

#### **13.2. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**13.2.1** Constitui objeto deste contrato o serviço de contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A (não inerte) e Classe II B (inerte) produzidos no perímetro urbano e rural do Município de Rio Bonito do Iguaçu, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, por parte da contratada, de forma contínua.

**13.2.2** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo Município, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**13.2.3** Os serviços deverão ser prestados na forma prevista neste Termo de Referência.

#### **13.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO**

**13.3.1.** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.



13.3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão

13.3.2.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

13.3.2.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

13.3.3 Buscando resguardar os interesses do erário público e, considerando sobretudo a origem dos recursos e o vulto deste serviço para o município de Rio Bonito do Iguaçu, a análise da qualificação econômico-financeira visa garantir que a empresa licitante possua suficiência e capacidade financeira para execução do serviço licitado e jamais restringir a participação ou competitividade no certame.

13.3.4 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica. Documento emitido em no máximo 60 (sessenta) dias anterior à data marcada para abertura dos envelopes de habilitação.

13.3.4.1 Visa garantir que a empresa a ser contratada não esteja passando por problemas falimentares, estando com a saúde financeira em ordem.

13.3.5 Prova de capacidade financeira exigindo-se os seguintes índices:

(LG) Valor mínimo	(LC) Valor mínimo	(SG) Valor mínimo
1,0	1,0	1,0

Sendo,

$$LG = (AC + RPL) / (PC + ELP)$$

$$SG = AT / (PC + ELP)$$

$$LC = AC / PC$$

Onde: AC = Ativo Circulante

RPL = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

13.3.5.1 Considerando que a empresa considerada vencedora do certame, terá que dispor de lastro para enfrentar custos e despesas que somente serão ressarcidos a posteriori, somente após a cada medição, em face da apresentação da respectiva fatura. Por isso os indicadores econômico-financeiros exigidos no edital prestam-se, precisamente, a aferir a capacidade financeira da empresa que participa do certame (artigo 31, e esses parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93). A exigência visa garantir que a empresa a ser contratada não esteja passando por problemas falimentares, estando com saúde financeira em ordem.



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguazu - Paraná

**13.3.5.2** Os índices acima não ferem aos dispostos no art. 69, da Lei 14.133 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes.

**13.3.5.3** O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

**13.3.5.4** O Índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

**13.3.5.5** O Índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Para os três índices colacionados (IGL, ILC e ISG), o resultado "> 1" é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.

**13.3.5.6** Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 31, §5º, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

**13.3.5.7** Ainda, o próprio TCE/PR utiliza em seus editais de contratação os mesmos índices solicitados acima e nos mesmos valores, conforme pode ser observado nos editais da Concorrência 001/2019, Concorrência 002/2019, para não citar outros.

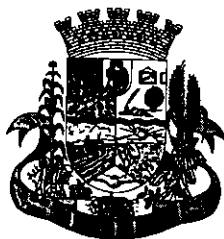
**13.3.6** Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social da empresa Licitante, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na junta comercial ou cartório (deverá conter carimbo ou etiqueta ou chancela da junta comercial) fundamentado no art. 1.181 da Lei 10.406/02, §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**13.3.7** Por "Balanço patrimonial apresentado na forma da Lei", considere-se o seguinte:

**13.3.7.1** No caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;

**13.3.7.2** No caso das demais sociedades comerciais, deverá ser apresentado o balanço patrimonial transcrito no "Livro Diário" da empresa, devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal, e acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento (igualmente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa), sendo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou Cartório de Títulos e Documentos;

**13.3.7.3** No caso das empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD), abrangidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar o balanço



patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial, e recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal;

**13.3.7.4** No caso das empresas recém-constituídas, que não tenham encerrado o exercício financeiro, cujo balanço ainda não seja exigível, deverão apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado, contendo assinatura do representante legal da empresa e do contador.

**13.3.3.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

**Para o lote 1:**

**13.3.3.1** Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante. *mae*

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

**13.3.3.2** Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

**13.3.3.3** A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

**13.3.3.4** Apresentar a documentação dos veículos a serem utilizados na prestação do serviço, que deve cumprir com todas as exigências deste edital e estar em perfeitas condições de uso;

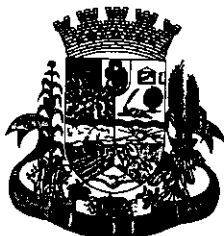
**13.3.3.5** Licença Ambiental de Operação em nome da proponente e/ou em nome da empresa que fará a coleta e transporte de resíduos sólidos expedido pelo Instituto Água e Terra – IAT, em plena validade;

**13.3.3.6** Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

**13.3.3.7** Prova de Registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

**13.3.3.8** Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

**13.3.3.9** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;



**13.3.3.10** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**13.3.3.11** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT);

**13.3.3.12** Apólice de Seguro para o transporte dos resíduos contra eventuais danos ambientais;

**13.3.3.13** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**13.3.3.14** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**13.3.3.15** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

**Para o lote 2:**

**13.3.3.16** Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente da jurisdição da sede da licitante.

a) Caso a licitante vencedora do certame tenha sua sede em outro Estado, a mesma deverá providenciar visto da Entidade Profissional Competente deste Estado para executar a obra no Município de Rio Bonito do Iguaçu, no ato da assinatura da Ordem de Serviço;

**13.3.3.17** A referida licitação é enquadrada como serviços de alta complexidade, visto que destinado à contratação de serviços especializados de resíduos sólidos, resta comprovada a necessidade de exigência da comprovação de experiência prévia na execução destes serviços;

**13.3.3.18** Prova de registro no Conselho Regional de Classe – CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA JURÍDICA (EMPRESA PROPONENTE);

**13.3.3.19** Declaração de responsabilidade técnica indicando Responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo profissional como responsável técnico por mais de uma proponente;

**13.3.3.20** Prova de registro no Conselho Regional de Classe - CREA, ou CRQ, ou CRBio, ou no Conselho Regional de Classe Competente da PESSOA FÍSICA (RESPONSÁVEL TÉCNICO);

**13.3.3.21** Comprovação de vínculo empregatício entre a participante e o profissional por ela indicado, mediante registro em carteira de trabalho ou ficha de registro da empresa, podendo também ser comprovado através de contrato de prestação de serviço. Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;



**13.3.3.22** Prova de qualificação técnica constituída por no mínimo 01 (um) atestado de aptidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, para as quais a proponente tenha executado serviços da mesma natureza do objeto do presente Edital, expedido em nome da empresa e do profissional técnico vinculado, comprovando ter desempenho de forma satisfatória na prestação dos serviços;

**13.3.3.23** Comprovação das seguintes licenças ambientais:

*mao*

a) Licença Ambiental vigente de Operação (LO) do Aterro Sanitário e transporte dos resíduos.

b) Matrícula do terreno identificando que a área onde está instalado o aterro sanitário, são de propriedade da proponente.

c) Quando o Aterro Sanitário não for de propriedade da Licitante, deverá ser anexado documento devidamente registrado em cartório, que demonstre a vinculação entre a licitante e o proprietário, de forma a garantir a correta destinação final dos resíduos em Aterro Sanitário licenciado.

**13.3.3.24** Atestado de visita técnica expedido pelo licitador, possibilitando conhecimento das condições e peculiaridades da natureza dos serviços. Para visita aos locais de execução dos serviços, a licitante deverá procurar a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente das 7:30 às 11:00h e das 13:00 às 16:30h, de segunda a sexta-feira. O referido departamento emitirá o Atestado de Visita Técnica. É recomendado ao proponente que, quando da visita ao local dos serviços, obtenha, por sua exclusiva responsabilidade, toda informação necessária para o preparo de sua proposta. Todos os custos associados com a visita ao local dos serviços serão arcados integralmente pela própria proponente. O atestado de visita poderá, a critério do licitante, ser substituído por Declaração de Renúncia de Visita Técnica, conforme modelo constante nos anexos desse edital. No caso da opção de a visita técnica ser facultativa, fica desde já, estabelecido ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução dos serviços;

**13.3.3.25** Disponibilidade de veículos e de pessoal qualificado para execução dos serviços;

**13.3.3.26** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho – PPRA;

**13.3.3.27** No caso de a proponente pretender executar o contrato através de filial, deverão ser apresentados todos os documentos da filial, com exceção das certidões que somente são emitidas pela matriz, se houver. De igual maneira, os atestados de capacidade técnica podem ser utilizados tanto pela matriz quanto pela filial para comprovação de experiência prévia na prestação dos serviços;

**13.3.3.28** Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do aterro e seu respectivo Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), emitido pelo órgão ambiental competente do estado sede da proponente.

**13.3.3.29** Em até 7 (sete) dias após a homologação da licitação a proponente vencedora deverá assinar o contrato, devendo para tanto se apresentar;

**13.3.3.30** Após a assinatura do contrato o proponente vencedor deverá iniciar os trabalhos em no máximo 5 (cinco) dias após autorizado pela contratante;



Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para contratação.

#### 14. ESTIMATIVA DE PREÇO

14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.282.752,48 (um milhão duzentos e oitenta e dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos nesse termo de referência e no estudo técnico preliminar.

#### 15. DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. As alterações de que tratam o item anterior deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

15.6. As alterações dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações que se fizerem necessárias.

15.7. As alterações dependem de pedido do Contratado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal.

#### 16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da proposta apresentada.

16.2. Após o decurso de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o decurso mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

16.7. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

*MDO*

#### 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

##### SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Serviços de terceiros pessoa jurídica

5750-000-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

5760-505-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

5770-510-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

5780-511-08.002.18.541.0011.2061.3.3.90.39.00.00

#### 18. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

18.1 O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Rio Bonito do Iguaçu, 05 de novembro de 2025

**LUIZ FERNANDO MOREIRA**

**Secretário de Agricultura e Meio Ambiente**

**Decreto 016/205**

**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000193  
7/10/25  
RIO BONITO DO IGUAÇU PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçú - Paraná

ANEXO 2 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

À  
Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçú - Estado do Paraná  
Pregão Eletrônico nº xx/2025  
Processo Administrativo nº 279/2025

*Handwritten mark*

Prezados Srs.

(.....nome da empresa....), inscrita no CNPJ sob o nº ....., vêm respeitosamente à Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçú, apresentar proposta no valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçú e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, em observância ao Pregão Eletrônico nº xx/2025, conforme preços unitários a seguir:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Cód	Nome do produto/serviço	Quant	Un	Preço	Preço total
1	35939	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, no perímetro urbano e PEVs rurais do município de Rio Bonito do Iguaçú/PR, de segunda a sexta-feira, com transporte até destinação final; com equipe de trabalho de: 1 (um) motorista; 03 (três) coletores; com 01 (um) caminhão coletor compactador de, no mínimo, 15m³ (quinze metros cúbicos) de capacidade de carga e potência acima de 150 hp, com no máximo 05 (cinco) anos de uso; seguro completo; em perfeitas condições de uso; com manutenção preventiva e corretiva por parte da contratada; dotado de sistema de gps/rastreador instalado; com abastecimento de combustível por conta da contratante.	12,00	MÊS	68.885,59	826.627,08
TOTAL						826.627,08
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Cód	Nome do produto/serviço	Quant	Un	Preço	Preço total
1	35939	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA Contratação de empresa especializada para a execução de tratamento e disposição final ambientalmente adequado e licenciado dos resíduos domiciliares Classe II A e Classe II B.	1.140,00	TON	400,11	456.125,40
TOTAL						456.125,40

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

- ✓ Anexo à Proposta de Preços, a proponente deverá obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, informar através de Planilha de Custos e Formação de Preços, de forma impressa, contemplando todos os serviços, emprego de materiais/produtos e mão de obra (conforme o caso), com valores: individuais, totais e globais, que compõem sua proposta de preços, conforme Planilha Modelo ANEXO 11.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000194  
M  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

local e data

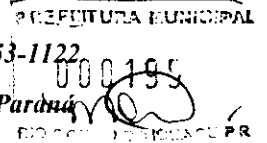
(Identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu -



## ANEXO 3 - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº \_\_/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 279/2025

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.587.770/0001-99, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Rua 7 de Setembro, 720, Bairro Centro - CEP 85340-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. SEZAR AUGUSTO BOVINO, inscrito no CPF sob o nº 333.481.709-15, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.420.491 SESP/PR, e \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 279/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xx/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92, I e II)

Constitui objeto deste contrato, a **prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguaçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses**, conforme características, quantitativos e demais exigências a seguir.

§ 1º Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - o edital do Pregão Eletrônico nº xx/2025;
- II - o termo de referência do edital;
- III - contrato nº \_\_/2025;
- IV - a proposta do CONTRATADO;
- V - eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A vigência deste contrato é de 6 (seis) meses contados da data da sua assinatura.

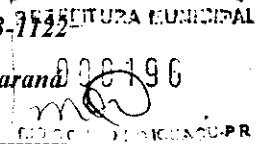
Parágrafo único. Parágrafo único. Este contrato é de fornecimento contínuo, portanto, poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-7722  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



## CLÁUSULA TERCEIRA PREÇO (art. 92, V)

Pela execução do objeto o contratante pagará ao contratado até o valor global de até R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), em moeda corrente nacional, de acordo com as características, preços unitários, e marcas a seguir e em compatibilidade com os quantitativos efetivamente fornecidos:

.....  
.....

## CLÁUSULA QUARTA DO REAJUSTE E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO (art. 92, V e XI)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano da data da realização do certame.

§ 1º Após interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados por simples apostilamento, mediante aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

I - A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, conforme estabelece o parágrafo sétimo do artigo 25 da Lei n.º 14.133/2021, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

II - O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021;

III - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste;

IV - Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura;

V - A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

§ 2º Havendo necessidade comprovada, o contrato poderá ser revisado para restabelecer a sua exequibilidade perdida em razão de eventos posteriores, cujos riscos não tenham sido assumidos pelo contratado.

§ 3º A variação positiva ou negativa ocorrida no período de referência (30 dias) será aplicada tendo como base de cálculo o preço aquisitivo do período anterior.

I - A decisão sobre a revisão será proferida pelo gestor do contrato no prazo de até 10 (dez) dias, contados do pedido formal do contratado, instruído de justificativas, planilhas, memória de cálculo e todas as evidências capazes.

§ 4º Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pelo órgão competente e enviados ao setor financeiro do Município para o pagamento devido.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU**

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

002197

**CLÁUSULA QUINTA  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

As despesas decorrentes da contratação, terão cobertura pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, fonte de recursos próprios do Município, nas seguintes funcionais programáticas:

Exercício da Despesa	Funcional Programática	Conta	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa
2025	18.541.0011.2061	5750	000	3.3.90.39.00.00
2025	18.541.0011.2061	5760	505	3.3.90.39.00.00
2025	18.541.0011.2061	5770	510	3.3.90.39.00.00
2025	18.541.0011.2061	5780	511	3.3.90.39.00.00

**CLÁUSULA SEXTA  
DA SUBCONTRATAÇÃO**

É expressamente vedado a subcontratação total ou parcial do objeto, sob pena de rescisão do contrato e aplicação e outras penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA SÉTIMA  
DA FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)**

O objeto contratado será fornecido após emissão de ordem de empenho emitido pela Secretaria e Compras do município.

**CLÁUSULA OITAVA  
MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (art. 92, VII)**

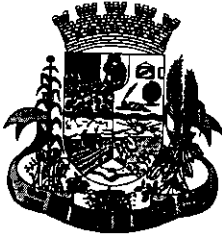
**Prazo, local e condições de execução:**

O(s) serviços(s), objeto desta licitação, deverão ser entregue(s) rigorosamente de acordo com os descritivos constantes no ANEXO I - Termo de Referência.

§ 1º Os serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares, serão executados de segunda a sexta-feira, na área urbana e PEVs da área rural, durante o período diurno. A Contratada poderá, mediante apresentação do Plano Técnico de Trabalho e desde que assegurada a melhoria da qualidade dos serviços e a sua eficiência, ficando a aprovação a cargo da Contratante, apresentar mudanças alternativas quanto ao Itinerário, rotas, dias de coleta e horários de início e fim das atividades, desde que respeitado o limite da carga horária diária.

§ 2º A jornada de trabalho deve ser de 8 horas diárias, ficando a critério da contratada o horário de início, intervalo e encerramento das atividades, totalizando 40 horas semanais.

§ 3º Os coletores deverão apanhar e transportar os recipientes com precaução e esvaziá-los completamente, com os cuidados necessários para não os danificar e evitar a queda de lixo nas vias públicas, bem como as latas, tambores, contêineres, lixeiras comunitárias/compartilhadas ou outras



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL

000198

PREFEITURA MUNICIPAL

recipientes depois de esvaziados de seus resíduos, quando for o caso, deverão ser realocados no mesmo local, de maneira correta pela equipe de coleta.

§ 4º Todas as operações deverão ser executadas sem ruídos, algazaras e sem danificar os recipientes.

§ 5º O veículo compactador deverá ser carregado de maneira que o lixo não transborde para a via pública, sendo que caso haja derramamento de lixo e/ou líquidos (chorume), deverá a contratada efetuar de imediato a limpeza, inclusive lavando o local, se necessário.

§ 6º A coleta domiciliar deverá ser executada porta a porta e/ou em pontos de coleta específicos, como lixeiras comunitárias/compartilhadas, em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a ser abertas durante a vigência do contrato, independentemente de solicitação da Prefeitura, desde que acessíveis a veículos de coleta em marcha reduzida. Caso não haja possibilidade de acesso pelo veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser feita manualmente pelos coletores.

§ 7º Os resíduos depositados nas vias públicas pelos munícipes que tiverem caído dos recipientes ou da atividade de coleta deverão ser obrigatoriamente recolhidos pela Contratada.

§ 8º A Contratada deverá disponibilizar para a execução destes serviços a seguinte guarnição:

- a) Coleta de resíduos sólidos domiciliares orgânicos: 01 (um) caminhão coletor compactador de no MÍNIMO, com capacidade MÍNIMA de 15m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de volume de carga e potência MÍNIMA, de 150 HP, com no MÁXIMO 05 (cinco) anos de uso, sendo composto por 01 equipe de trabalho de: a) 01 (um) motorista; e b) 03 (três) coletores;
- b) O veículo supramencionado equivale ao MÍNIMO exigido, sendo que, caso necessário, a Contratada deverá dispor de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência que seja SUFICIENTE para cumprir com o objeto da prestação do serviço. A solicitação para a utilização ou troca de veículo com maior capacidade de carga e/ou potência poderá ser feita pela Contratante ou de ofício pela Contratada, que dependerá, conforme o caso, de aditivo contratual.

§ 9º Todos os veículos deverão estar em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro vigente, com as resoluções do COTRAN vigentes e com as Normas de segurança do trabalho vigentes.

- a) Possuir seguro contra terceiros, com cobertura para danos morais, pessoais e materiais;
- b) Possuir identificação com a logomarca da empresa e com a indicação que o veículo presta serviço para a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu/PR, bem como estar com a pintura e/ou adesivo, em suas laterais, em perfeito estado de conservação, com seus respectivos prefixos com vista a facilitar a sua identificação. A arte dos adesivos deverá passar por aprovação da Contratante, podendo solicitar vinculação com campanhas pertinentes do Município;
- b.1) A arte de que trata o acima disposto deverá ser instalada em até 30 (trinta) dias úteis, contados do início da prestação do serviço, as custas da CONTRATADA;
- c) Estar com as revisões obrigatórias em dia;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

000189  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

d) Estar em perfeito estado de conservação, sem vazamentos na prensa compactadora, mangueiras hidráulicas, de arrefecimento, combustível ou lubrificantes, bem como quaisquer outros defeitos que possam comprometer a qualidade da prestação do serviço;

e) Licença ambiental vigente.

A contratada deverá:

a) Dispor de local adequado para lavagem e desinfecção dos caminhões;

b) Dispor de sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos e equipamentos;

c) Dispor de garagem ou pátio de estacionamento, escritório para controle e planejamento das atividades e instalação para atendimento de seu pessoal operacional;

d) Realizar a imediata correção/conserto no caso de qualquer problema com o veículo, sendo que, caso o dano ou fato que impeça o veículo de executar as atividades seja superior à 04 (quatro) horas, a CONTRATADA deverá promover a substituição do veículo ou equipamento, sob pena de inexecução contratual;

d.1) O disposto na alínea "d" aplica-se no caso de a impossibilidade de continuidade da atividade estar relacionada aos recursos humanos envolvidos na execução da prestação do serviço contratado, devendo a CONTRATADA proceder a imediata substituição do(s) profissional(is), sob pena de incorrer em inexecução contratual;

e) Considerando as rotas a serem executadas, estimou-se que os percursos somam cerca de 3.000 quilômetros por mês.

§ 10º O recolhimento é obrigatório de segunda-feira à sexta-feira, em feriados e ponto facultativo.

§ 11º Havendo aumento significativo do volume de resíduos a recolher em consequência do acréscimo da população, abertura de novas vias, aumento do número dos estabelecimentos comerciais ou industriais, ou por outra ocorrência prevista neste Edital e seus Anexos, poderá a Administração Pública solicitar que a Contratada realize a implantação de novo veículo ou a troca do veículo atual por um com maior capacidade de carga, bem como a adição de novo motorista ou coletor, a depender do caso, sendo que a Contratante realizará o pagamento da estrutura adicional através de aditivo. O prestador do serviço deverá obrigatoriamente protocolar OS TICKETS DA PESAGEM DIÁRIOS da coleta dos resíduos sólidos domiciliares, junto ao Relatório Mensal de Rodagem, que deverá ser entregue todo mês, com data previamente estipulada pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, devendo também enviar para os endereços eletrônicos [agricultura@riobonito.pr.gov.br](mailto:agricultura@riobonito.pr.gov.br) e [meioambiente@riobonito.pr.gov.br](mailto:meioambiente@riobonito.pr.gov.br).

§ 12º Competirá a Contratada a admissão de mão de obra necessária ao desempenho dos serviços contratados, correndo por sua conta, ainda, os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e outras de qualquer natureza, bem como indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.



PREFEITURA MUNICIPAL  
000200  
MAY 2025

§ 13º Os funcionários admitidos deverão possuir capacidade física e qualificação que os capacite a executar os serviços inerentes ao objeto da presente licitação.

§ 14º A Prefeitura terá direito de exigir dispensa, a qual deverá se realizar dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem a ação na esfera judicial, a responsabilidade será exclusivamente da Contratada, eximindo a Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguazu de qualquer responsabilidade.

§ 15º Durante a execução dos serviços é vedado, por parte do pessoal da Contratada, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações. Do mesmo modo, é proibido aos empregados da Contratada ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas, bem como de pedirem gratificações ou donativos, durante a execução dos serviços.

§ 16º A CONTRATADA deverá disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da contratada, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento De Proteção Individual - EPI.

- a) Os uniformes e equipamentos de proteção individual e coletiva a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no Município, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;
- b) No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

§ 17º Os resíduos sólidos domiciliares coletados pelos veículos compactadores deverão ser transportados para destinação final até o ganhador do lote 2 desta mesma licitação.

§ 18º No caso de ficar verificado que a Licitante vencedora não possui capacidade em atender as exigências mínimas do Edital, ocorrerá a sua desclassificação, passando-se para o segundo lugar, de acordo com o tipo de classificação, e assim sucessivamente, caso essa também não demonstre a capacidade em atender as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência.

§ 19º A execução dos serviços será iniciada após assinatura do contrato, quando autorizada pela Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

§ 20º As medições serão executadas MENSALMENTE, conforme os qualitativos e quantitativos realizadas pela CONTRATADA, aceitos e aprovados pela fiscalização.

§ 21º Para a elaboração do valor da PROPOSTA, a Planilha de Composição de Custos realizada pela licitante deverá prever o VALOR TOTAL GLOBAL, como valor da proposta, referente ao presente Edital e Termo de Referência.

## ROTAS DE COLETA

### I. RESÍDUOS ORGÂNICOS

- Segunda-feira (manhã): Centro; Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Cohapar;



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

- Terça-feira: Centro; Loteamento Drabeck; Bairro Vista Alegre; Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre; Reforço onde for solicitado;
- Quarta-feira (manhã): Centro; Alagado; Comunidade Alto do Trevo;
- Quinta-feira: Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Cohapar; Reforço onde for solicitado;
- Sexta-feira (manhã): Centro; Loteamento Drabeck; Bairro Vista Alegre; Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre.

MO -

## II. RESÍDUOS RECICLÁVEIS

- Segunda-feira (tarde): Loteamento Trento; Loteamento Zanata; Loteamento Schimeng; Campo do Bugre; Alagado; Centro;
- Quarta-feira (tarde): PEVS Rurais: Ceagro, Centro Novo, Arapongas, Herdeiros, Sede, Alto do Trevo; Centro;
- Sexta-feira (tarde): Loteamento Cislak 1 e 2; Loteamento Galera; Loteamento Santo Antônio; Loteamento Sol Nascente; Loteamento Drabeck; Bairro Vista Alegre; Cohapar; PEV Linha Rosa; Linha Bandeirante; Centro.

## CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, XIV)

São obrigações do contratante, além das previstas no termo de referência:

I - supervisionar e fiscalizar a execução e obrigações contratuais;

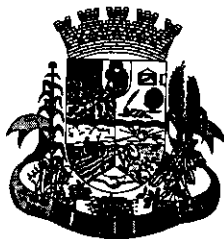
II - comunicar o contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço, para que sejam tomadas todas as medidas necessárias para adequação ou substituição;

III - efetuar o pagamento no valor, prazo e forma estabelecidos neste contrato;

IV - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA DÉCIMA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. XIV, XVI, XVII)

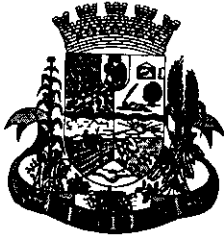
O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

- I - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação no edital da licitação;
- II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III - arcar com todas as responsabilidades decorrentes da execução do objeto, nos termos do código civil e do código de defesa e proteção do consumidor;
- IV - indenizar o contratante ou a terceiros por quaisquer danos causados, em decorrência de imprudência ou imperícia ou inabilidade;
- V - arcar com a reparação dos danos causados ao contratante ou à terceiros, por culpa/dolo de seus funcionários, na medida de suas responsabilidades apuradas por procedimento próprio, ou pelo fornecimento de produtos inadequados ou adulterados;
- VI - assumir a responsabilidade pelos atos ilícitos (penais, administrativos e civis) que seus funcionários venham a causar, promovendo-lhes a responsabilização pelas normas que adotar;
- VII - cumprir rigorosamente os prazos e obrigações fixados no edital e seus anexos e contrato;
- VIII - executar e cumprir fielmente o contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo pelas consequências da inexecução;
- IX - se responsabilizar pela eventual violação às normas vigentes, inclusive pelo pagamento de multas decorrentes da inobservância;
- X - O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- XI - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XII - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, o objeto com avarias ou defeitos;
- XIII - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- XIV - Indicar preposto para representá-la durante a execução;
- XV - Deverão dispor de estrutura necessária a fim de poder entregar nas cidades previstas, os veículos, conforme as especificações descritas no Termo de Referência, e se necessário, excepcionalmente, em outro local a ser especificado pela Contratante;



XVI - Arcar com todos os custos necessários para a entrega dos bens, incluindo despesas dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham incidir;

XVII - O meio de transporte e o acondicionamento dos bens devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados;

XVIII - A empresa contratada deverá entregar o Equipamento em situação regular junto aos órgãos de trânsito nacionais e com toda a respectiva documentação necessária em dia e demais determinações do Termo de Referência;

XIX - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**  
**MEDIÇÃO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**Recebimento do Objeto**

As condições de entrega do(s) objeto(s) deve(m) obedecer ao disposto no Edital de Licitação, Termo de Referência e art. 92 da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

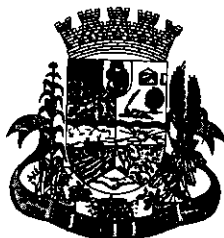
§ 1º O(s) objeto(s) entregue(s) serão recebido(s) provisoriamente pelos técnicos, a serem designados para tanto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do termo de referência e contrato.

§ 2º A emissão da nota fiscal correspondente, cujo faturamento poderá ser em nome do MUNICÍPIO ou dos FUNDOS MUNICIPAIS, conforme determinação da secretaria requisitante.

§ 3º O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, na eventualidade de constatação de defeito, avarias ou desconformidade com o termo de referência ou contrato ou ainda:

I - O fornecimento que não esteja formalmente autorizado, ou haja incompatibilidade entre a autorização e o fornecimento dos serviços;

II - O(s) serviço(s) somente serão recebido(s) definitivamente depois de certificados pelos técnicos a serem designados para tanto, por meio de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas no respectivo instrumento convocatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000204  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguacu - Paraná

§ 4º O recebimento definitivo ocorrerá em até 7 (sete) dias, a contar do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal e, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos, ou pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

**Liquidação**

§ 5º Recebido a nota fiscal em conformidade, o setor competente fará a liquidação.

§ 6º Deverá constar, em campo apropriado da nota fiscal, os dados bancários para pagamento, e referência à licitação, ao contrato, à requisição de compra ou nota de empenho e número da medição.

§ 7º Havendo erro na apresentação da nota fiscal, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

**Prazo de Pagamento**

§ 8º O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados da entrega/fornecimento do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e documentos pertinentes.

§ 9º No caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

**Forma de Pagamento**

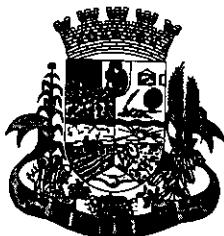
§ 10º O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

§ 11º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária do ISS (se for o caso) previsto na legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA  
OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

§ 1º Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



§ 2º É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

§ 3º O contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo contratado.

§ 4º Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

§ 5º É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

§ 6º O contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

§ 7º O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

§ 8º O contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

§ 9º Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

I - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

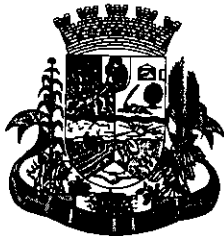
§ 10º O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

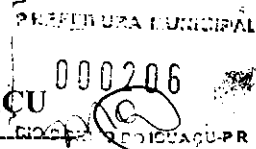
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII)**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

§ 1º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

§ 2º A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 3º A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal o(a) Sr(a). **NATUZA ANGONESE.**

§ 4º O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

§ 5º No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

§ 6º O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

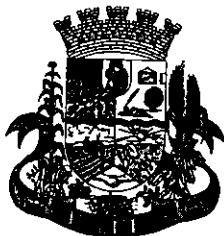
§ 7º Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

§ 8º O gestor deste contrato será o secretário responsável pela pasta da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, o(a) Sr(a). **LUIZ FERNANDO MOREIRA**, ou outro que vier à substituí-lo(a), que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA  
INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

000207

RELAÇÃO DE LICITACIONES

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do *caput*, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do *caput*, bem como nos incisos II, III e IV, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - multa:

a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória, para as infrações descritas nos incisos V ao VIII do *caput*, de 1% a 10% do valor do contrato;

c) compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no inciso III do *caput*, de 0.5% a 5% do valor do contrato;

d) para infração descrita nos demais inciso do *caput*, a multa será de 0.5% a 3% do valor do contrato.

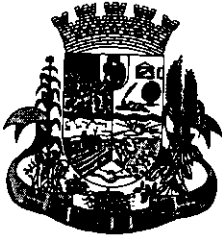
§ 2º A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3º Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 4º Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 5º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).





§ 2º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 3º O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I - balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - indenizações e multas.

§ 4º A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

*ma*

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

A comunicação entre as partes contratantes, será preferencialmente via protocolo digital do contratante, entregue através de e-mail, produzindo assim, total validade jurídica.

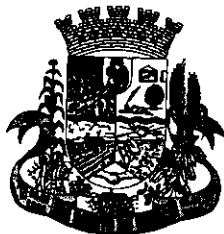
#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

§ 3º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA  
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

A legislação aplicável à execução deste contrato, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

71

**CLÁUSULA VIGÉSIMA  
COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO**

As Partes contratantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

§ 1º - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

I - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

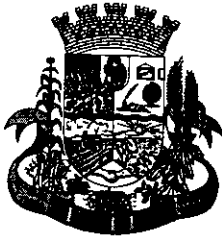
a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
000211  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguçu - Paraná

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

§ 2º - Os contratantes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.

§ 3º - A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

- a) Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente;
- b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- c) Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil;
- d) Obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas da CONTRATANTE;
- e) Zelar pelo bom nome comercial da CONTRATANTE e a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da CONTRATANTE. Em caso de uso indevido do nome da CONTRATANTE, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, responderá a CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorrentes;
- f) Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da CONTRATANTE, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta.



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguacu - Paraná

§ 4º - A CONTRATADA declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

§ 5º - A CONTRATADA concorda em notificar prontamente à CONTRATANTE, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por estar contratados.

§ 6º - A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste Contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA  
PUBLICAÇÃO**

Após assinatura das partes, o extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Município - Jornal Xagu e disponibilizado e no sítio oficial da Prefeitura <https://riobonito.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php?modulo=&pesquisar=1&a=2024&m=5&s=>.

Parágrafo único. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA  
FORO (art. 92, § 1º)**

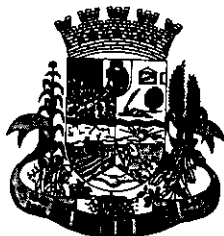
Fica eleito o foro da Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio Bonito do Iguacu/PR, xx de xxxx de 2025.

\_\_\_\_\_  
**SEZAR AUGUSTO BOVINO**  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**XXXX**  
CONTRATADA



**ANEXO 4 - DECLARAÇÃO UNIFICADA**  
**(papel timbrado do licitante)**

*me*

À

Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná  
Pregão Eletrônico nº xx/2025  
Processo Administrativo nº 279/2025

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., através de seu representante legal subscrito:

- 1) Declara nos termos do Art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que de tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação do Pregão Eletrônico nº xx/2025;
- 2) Declara, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação previsto no edital;
- 3) Declara nos termos do Art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 4) Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 5) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 6) Declara que não possui em seu quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente da Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu-PR ou responsável pela licitação, nos termos Art. 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 7) Declara que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e que deles não somos cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 8) Declara que o responsável pela assinatura do instrumento contratual é o Sr(a) ....., inscrito no CPF nº ..... e-mail [informar e-mail para envio do contrato.....], telefone [informar telefone para contato.....] ocupante do cargo de ..... nesta empresa. **(Se for procurador, encaminhar anexo a procuração);**
- 9) Declara que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, todas as comunicações, inclusive envio de requisições de compra, nota de empenho, notificações, citações e etc., poderão ser feitas através do e-mail ....., e/ou whatsapp ....., produzindo para todos os fins, total validade jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

local e data

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL

000215

RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

ANEXO 5 - DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA NO CONCEITO LEGAL DE  
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(papel timbrado do licitante)

À

Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná  
Pregão Eletrônico nº xx/2025  
Processo Administrativo nº 279/2025

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº .....,  
através de seu representante legal subscrito:

DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de ( )  
**MICROEMPRESA**, ( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ou ( ) **COOPERATIVA**, nos termos da Lei  
Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos  
supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

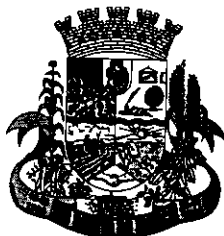
(\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou  
cooperativa).

( ) **DECLARA**, para fins de obtenção do benefício disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº  
123, de 14 de dezembro de 2006 e que, nos termos do **Art. 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133, de  
2021**, no ano-calendário da realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a  
Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida  
para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, sendo apto a usufruir do  
tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

(\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte).

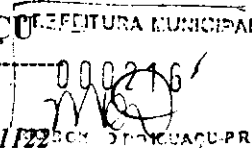
local e data

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



**ANEXO 6 - MODELO DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO AS NORMAS DE  
PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO  
(papel timbrado do licitante)**

À

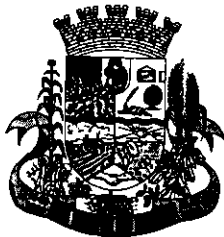
Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná  
Pregão Eletrônico nº xx/2025  
Processo Administrativo nº 279/2025

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº .....,  
através de seu representante legal subscrito:

DECLARA, conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto 11.129/2022 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

local e data

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

- Paraná

000217

RIO BONITO DO IGUAÇU PR

ANEXO 7 - MODELO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(papel timbrado do licitante)

À

Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná

Pregão Eletrônico nº xx/2025

Processo Administrativo nº 279/2025

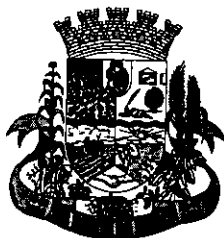
Declaramos que o responsável técnico o Engenheiro Civil/Arquiteto ou equivalente (inserir o nome), inscrito no CREA/CAU nº \_\_\_\_\_/D/\_\_\_\_, e RG.nº (inserir o número) ISSP/\_\_\_\_, e/ou o acionista/proprietário/titular da empresa Sr. (inserir o nome) inscrito no CPF nº (inserir o número) e da cédula de identidade RG. nº (inserir o número) representante da proponente (inserir o nome da empresa), localizada (inserir o endereço completo-bairro-CEP), cidade de (inserir a cidade-estado), devidamente credenciado, visitou o local da execução do(s) serviço(s) objeto deste certame, bem como tomou conhecimento de todo o Edital e demais anexos.

local e data

(identificação do responsável técnico, CREA/CAU e assinatura)

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)

Observação: A visita técnica é facultativa



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720

- Centro

- Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000

- Rio Bonito do Iguaçu

- Paraná

000218

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

ANEXO 8 - MODELO RENUNCIA A VISITA TÉCNICA  
(papel timbrado do licitante)

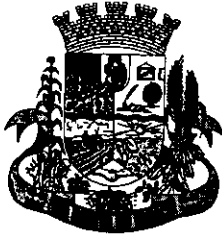
À

Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná  
Pregão Eletrônico nº xx/2025  
Processo Administrativo nº 279/2025

O representante da (inserir o nome da proponente) Sr. (a) (inserir o nome do representante),  
DECLARA que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem  
pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo  
total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos  
futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

local e data

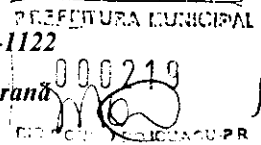
(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu



ANEXO 9 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
(papel timbrado do licitante)

À
Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná
Pregão Eletrônico nº xx/2025
Processo Administrativo nº 279/2025

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº .....
através de seu representante legal subscrito:

DECLARA, no caso de eventual contratação, que o responsável técnico pelo(s) serviço(s), caso
venhamos a vencer a referida licitação, é :

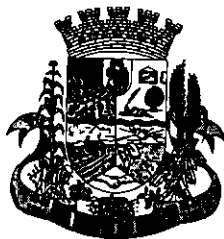
Table with 5 columns: nº, Nome, Formação, Órgão de Classe nº, Data do registro

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro
técnico de profissionais.

local e data

(identificação do responsável técnico, nº Órgão de Classe e assinatura)

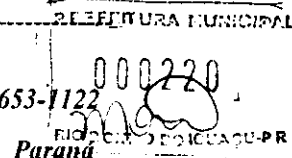
(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu -



**ANEXO 10 - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULO(S) E DE PESSOAL  
QUALIFICADO PARA EXECUÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)  
(papel timbrado do licitante)**

À  
Prefeitura do Município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná  
Pregão Eletrônico nº xx/2025  
Processo Administrativo nº 279/2025

Pelo presente instrumento, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº .....,  
através de seu representante legal subscrito:

DECLARA, no caso de eventual contratação, compromete-se à prestar os serviços fazendo uso do(s)  
veículo(s) e de pessoal qualificado para execução do(s) serviço(s), conforme exigências constantes  
no edital e seus anexos declinados, quais sejam:

*me*

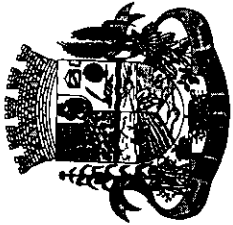
nº	Veículo	Marca/Modelo	Placa	Ano de fabricação

nº	Nome / Funcionário(s)	CPF	Função

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

local e data

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

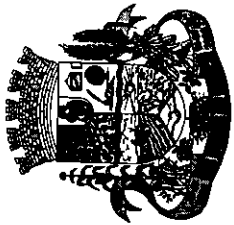
Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná  
85340-000 - Telefax (0\*\*42)3653-1122

ANEXO 11 - MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS  
(OBRIGATÓRIA)

1. Coleta de Resíduos Sólidos	
Planilha de Composição de Custos	
Orçamento Sintético	
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)
	%
1. Mão-de-obra	
1.1. Coletor Turno Dia	
1.2. Motorista Turno do Dia	
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	
3. Veículos e Equipamentos	
3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³	
3.1.1. Depreciação	
3.1.2. Remuneração do Capital	
3.1.3. Impostos e Seguros	
3.1.4. Consumos	
3.1.5. Manutenção	
3.1.6. Pneus	
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	
5. Monitoramento da Frota	
6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	
<b>PREÇO TOTAL MENSAL COM A COLETA</b>	

Quantitativos	
Mão-de-obra	Quantidade

PREFEITURA MUNICIPAL  
000221  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU**

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122  
 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

1.1. Coletor Turno Dia	3
1.2. Motorista Turno do Dia	1
<b>Total de mão-de-obra (postos de trabalho)</b>	<b>4</b>
<b>Veículos e Equipamentos</b>	
3.1. Veiculo Coletor Compactador 15 m³	1

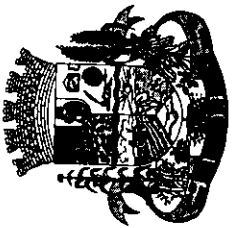
COLETOR		MOTORISTA	
COLETA	TRANSP.	COLETA	TRANSPORTE
100%	0%	75%	25%
40hrs/semanal	0 horas	30hrs/semanal	10hrs/semanal

**1. Mão-de-obra**

Discriminação	Unidade	Quantidade	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês			
Horas Extras (100%)	hora			
Horas Extras (50%)	hora			
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$			
Base de cálculo da Insalubridade				
Adicional de Insalubridade	%	40		
<b>Soma</b>				
Encargos Sociais	%			
<b>Total por Coletor</b>				
Total do Efetivo	homem	3		
			<b>Fator de utilização</b>	

*ma*

PREFEITURA MUNICIPAL  
 008222  
 DIRETOR DE LICITAÇÃO PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná  
85340-000 - Telefax (0\*\*42)3653-1122

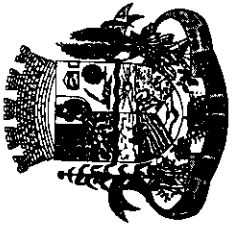
1.2. Motorista Turno do Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (1) para caminhão toco*	mês	1			
Horas Extras (100%)	hora				
Horas Extras (50%)	hora				
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$				
Base de cálculo da Insalubridade					
Adicional de Insalubridade	%				
<b>Soma</b>					
Encargos Sociais	%				
<b>Total por Motorista</b>					
Total do Efetivo	homem	1			
Fator de utilização					

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual  
2.1. Uniformes e EPIs para Coletor

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal (mensal)	Total (R\$)
Jaqueta com refletivo (NBR 15.292)	unidade				



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

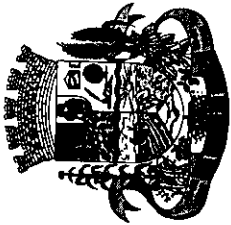
Calça	unidade								
Camiseta	unidade								
Boné	unidade								
Botina de segurança c/ palmilha aço	par								
Meia de algodão com cano alto	par								
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade								
Colete reflexivo	unidade								
Luva de proteção	par								
Protetor solar FPS 30	frasco 120g								
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal								
Total do Efetivo	homem								
Fator de utilização									

*me*

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade				
Calça	unidade				
Camiseta	unidade				

000224  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Botina de segurança c/ palmilha aço	par				
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade				
Protetor solar FPS 30	frasco 120g				
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal				
Total do Efetivo	homem				
					Fator de utilização

Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)	
---	--

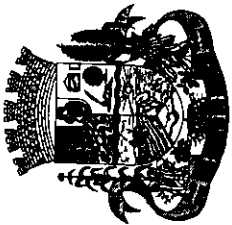
3. Veículos e Equipamentos

3.1. Veículo Coletor Compactador 15 m³

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis*	unidade	1			
Vida útil do chassis	anos				
Idade do veículo	anos				
Depreciação do chassis	%				
Depreciação mensal veículos coletores	mês				

PREFEITURA MUNICIPAL  
000225  
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná  
85340-000 - Telefax (0\*\*42)3653-1122

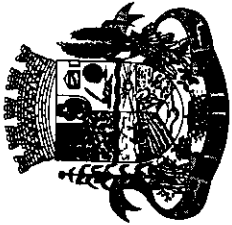
Custo do compactador	unidade	1		
Vida útil do compactador	anos			
Idade do compactador	anos			
Depreciação do compactador	%			
Depreciação mensal do compactador	mês			
Total por veículo				
Total da frota	unidade	1		
			Fator de utilização	

3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassis	unidade				
Taxa de juros anual nominal	%				
Valor do veículo proposto (V0)	R\$				
Investimento médio total do chassis	R\$				
Remuneração mensal de capital do chassis	R\$				
Custo do compactador	unidade				
Taxa de juros anual nominal	%				
Valor do compactador proposto (V0)	R\$				
Investimento médio total do compactador	R\$				

PREFEITURA MUNICIPAL  
0002286  
mae

mae



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná  
85340-000 - Telefax (0\*\*42)3653-1122

Remuneração mensal de capital do compactador	R\$			
Total por veículo				
Total da frota	unidade	1		Fator de utilização

3.1.3. Impostos e Seguros

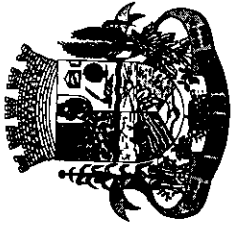
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00			
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00			
Seguro contra terceiros	unidade	1,00			
Impostos e seguros mensais	mês	12			
Fator de utilização				1,00	

*mae*

3.1.4. Consumos

Quilometragem mensal (estimado em levantamento prévio)	3.000
--	-------

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado (Diesel S-10)*	km/l				
Custo mensal com óleo diesel	km				



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná  
85340-000 - Telefax (0\*\*42)3653-1122

Custo de óleo do motor /1.000 km rodados**	l/1.000 km						
Custo mensal com óleo do motor	km						
Custo de óleo da transmissão /1.000 km**	l/1.000 km						
Custo mensal com óleo da transmissão	km						
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km**	l/1.000 km						
Custo mensal com óleo hidráulico	km						
Custo de graxa /1.000 km rodados**	kg/1.000 km						
Custo mensal com graxa	km						
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado						

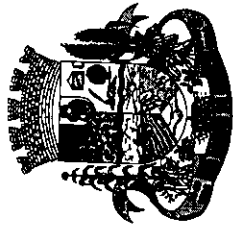
3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado				

3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus 275/80 R22,5	unidade				
Número de recapagens por pneu	unidade				
Custo de recapagem	unidade				

PREFEITURA MUNICIPAL  
000228  
MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU - PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42)3653-1122

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

	unidade			
Vulcanização/Reparos				
Custo jg. compl. + recap./ km rodado	km/jogo			
Custo mensal com pneus	km			

Custo Mensal com Veiculos e Equipamentos (R\$/mês)

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

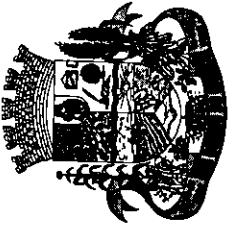
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Recipiente térmico para água (5L)	unidade				
Pá de Concha	unidade				
Vassoura	unidade				
Publicidade (adesivos equipamentos)	cj				
Publicidade (adesivos veiculos)	cj				

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)

5. Monitoramento da Frota

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
---------------	---------	------------	----------------	----------	-------------

PREFEITURA MUNICIPAL  
008229  
M  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU**

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

Implantação dos equipamentos de monitoramento	cj	1			
Custo mensal com implantação	mês				
Manutenção dos equipamentos de monitoramento	unidade	1			
Custo mensal com manutenção	mês	1			
					Fator de utilização

Custo Mensal com Monitoramento da Frota (R\$/mês) -

**CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)**

**6. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**

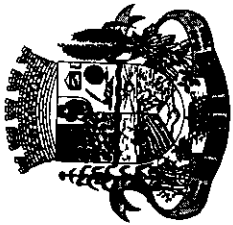
Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%				

**CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)**

**PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)**

Quantidade média de resíduos coletados por mês (kg):  
 75.000,00 orgânico  
 20.000,00 reciclável

**PREÇO POR TONELADA COLETADA (ORGANICO)** R\$/tonelada



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

85340-000

PREÇO POR TONELADA COLETADA (RECICLÁVEL)	R\$/tonelada

local e data

(identificação, RG/CPF e assinatura do responsável legal  
Ou Procurador, neste caso encaminhar procuração)

*mao*

PREFEITURA MUNICIPAL  
0002371  
*mao*  
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR

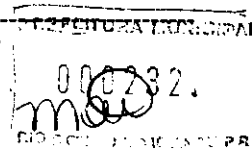


PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU

CNPJ 95 587 770/0001-99

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefax (0\*\*42) 3653-1122  
85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná

MEMORANDO INTERNO



OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA, DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU E DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADO E LICENCIADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

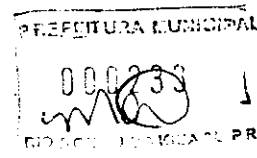
- Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para parecer quanto a fase interna do presente certame.

Rio Bonito do Iguaçu/PR, 19 de novembro de 2025.

  
MAIARA FERNANDA DA SILVA  
Pregoeira



**PARECER JURÍDICO  
PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO**



Requisitante: Pregoeira  
Assunto: licitação

**I. RELATÓRIO**

Cuida-se de análise jurídica, para fins de contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final adequada, dos resíduos sólidos domiciliares do Município de Rio Bonito do Iguçu e disposição final ambientalmente adequado e licenciado, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, pelo período de 12 meses, para atender a demanda do Município de Rio Bonito do Iguçu, mediante pregão eletrônico, com fulcro na Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021.

No âmbito do Município, aplica-se a esse processo os regulamentos, previstos nos Decretos nº.201 à 221, todos de 17 de novembro de 2023, que têm por base a Lei Federal nº. 14.133/2021.

Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para os princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público e demais princípios que regem o processo licitatório, e que devem nortear as compras e contratações realizadas pela Administração Pública.

Assim, vieram os autos contendo: a requisição do objeto e a sua definição, a apresentação das justificativas das necessidades de contratação, a autorização da autoridade competente para instauração do procedimento, o estudo técnico preliminar, a pesquisa de mercado, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, a portaria de designação do agente de contratação/pregoeiro e da equipe de apoio, e a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que o processo se encontra devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais; fica assim evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

**II. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS**

Inicialmente, vale registrar que o presente parecer toma por base, exclusivamente, os elementos que constam no processo licitatório anexo, até a presente data. Incumbe a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo avaliar aspectos de conveniência ou oportunidade dos atos praticados no âmbito da Secretaria requerente, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica ou administrativa.

Página 1 de 9



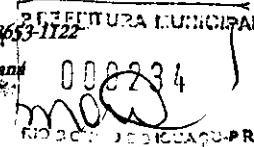


# Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguaçu

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1122

CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle da legalidade administrativa dos atos a serem praticados, apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Salienta-se que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar ou não tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da autoridade assessorada.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Página 2 de 9

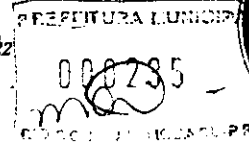


# Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguaçu

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1122

CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;  
XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação; portanto, reforça-se que esta análise não abrange os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Passamos, após tais considerações, à análise jurídica do procedimento apresentado.

### III. DA APLICABILIDADE

A Lei 14.133/2021 disciplinou acerca da modalidade licitatória Pregão, servindo de base legal para fundamentar a modalidade licitatória definida pela consulente.

A Lei traz, como definição:

Art. 6º. [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Cumprido alertar, ainda, que é descabido o uso do pregão para aquisições de objetos especiais ou para contratação de trabalho eminentemente intelectual e complexo, devendo a Administração ser diligente na classificação dos itens a serem licitados, a fim de afastar vícios no certame e eventual responsabilização de seus agentes.

No caso vertente, pressupõe-se correta a natureza comum dos itens a serem contratados, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame proposto.

Em relação à exigência legal de realização de processo licitatório na forma eletrônica, temos que o art. 17 da Lei n. 14.133/2021 prevê, em seu §2º, que "As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo."

### IV. DA FASE PREPARATÓRIA

O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

Página 3 de 9



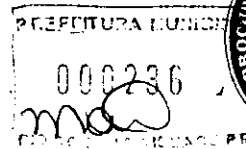


# Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguaçu

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1122

CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Inicialmente, em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame (uma vez que o inciso VII, do artigo 12 da NLLC, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações), registra-se a inexistência do Plano Anual de Contratações nesta Municipalidade, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano.

Seguindo a análise, o Estudo Técnico Preliminar (ETP), nova previsão trazida pela Lei de Licitações, é o documento que integra a fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação, analisar a viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;

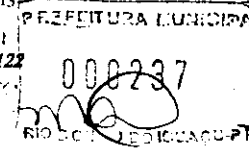




# Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguaçu

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1122  
CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Como se vê, então, o Estudo Técnico aborda as necessidades a serem atendidas, os benefícios que a contratação deve gerar, os motivos que justificam a contratação e os elementos que caracterizam o objeto da contratação.

A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado e um dos principais em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida. Em relação a esta exigência, o ETP a cumpre, pois concretiza a finalidade de atender a demanda coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos do Município de Rio Bonito do Iguaçu.

Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

Em vista do exposto, registra-se que no caso concreto, o órgão realizou a busca por soluções de mercado, tendo justificado, a forma da escolha com parâmetros objetivos e concretos.

Definida a necessidade administrativa do pedido de contratação, foi encontrada a solução mais adequada para atendê-la. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

A definição do objeto da contratação prescinde de análise cuidadosa e criteriosa, bem como de profissionais qualificados para que se evite uma abordagem muito ampla ou específica demais a ponto de caracterizar-se de forma incompleta ou muito restritiva.

Página 5 de 9

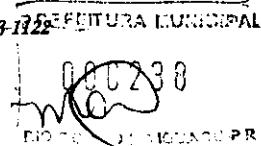




# Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguaçu

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1322  
CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



Alguns problemas podem ser verificados advindos da descrição incompleta ou muito restritiva dos produtos ou serviços durante o processo licitatório, como a aquisição de produtos de qualidade inferior. No caso dos autos e a despeito da tecnicidade do assunto, o órgão demandante definiu o objeto de forma a contemplar os elementos acima, sendo conveniente ressaltar que por tratar-se de um objeto simples, buscaram encontrar uma qualidade compatível com a destinação, restando adequada a descrição do objeto.

Não foi anexado ao Estudo Técnico Preliminar o Mapa de Riscos, pela natureza do objeto e sua desnecessidade, o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021.

Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...) (grifou-se)

Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua:

Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item divisível, conforme justificado pelo solicitante.



MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU  
CNPJ/MF 95.587.770/0001-99

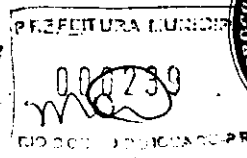


# Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguaçú

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1122

CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçú - Paraná



Em que pese o aspecto técnico envolvido, observa-se que a Administração pretende promover a licitação de item de objeto divisível.

Prosseguindo em relação aos requisitos da fase interna da licitação, também foi realizada a pesquisa de preços para determinar uma estimativa do valor da contratação, com observância do parâmetro previsto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133, de 2021, e materializada em documento que busca observar as exigências da regulamentação municipal. No presente caso, o valor estimado total da contratação é de R\$ 1.282.752,48 (um milhão, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Por sua vez, é possível localizar autorização de despesa orçamentária, conforme documento apenso ao processo.

A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Em seguimento aos tópicos que precisam ser analisados, com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- I) modalidade de licitação;
- II) critério de julgamento;
- III) modo de disputa; e
- IV) adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

Página 7 de 9

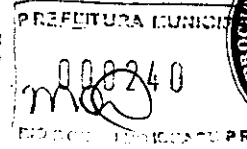




## Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguçu

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1122  
CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguçu - Paraná



No caso concreto, os temas foram tratados na fase de planejamento, de forma adequada

Seguindo as exigências da NLLC, o termo de referência foi juntado aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie. Observa-se que o instrumento, amolda-se aos termos da regulamentação municipal sobre o tema.

Já em relação à minuta de edital, esta foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie. Observa-se que a minuta segue o modelo padrão elaborado pelo município.

Segundo o Edital, o presente processo de licitação não haverá itens exclusivos para microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte e sediadas localmente, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas localizadas nos limites geográficos do município de Rio Bonito do Iguçu. Se não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados em Rio Bonito do Iguçu no momento da sessão ou se não forem capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, o procedimento licitatório será reaberto para ampla concorrência.

O TCE/PR, afirma que quando da realização de certames exclusivos para micro e pequenas empresas em âmbito municipal, faça constar da justificativa os elementos de forma detalhada, incluindo neste um plano de ação, visando dar atendimento ao Prejulgado nº 27 da Corte. (Acórdão 3.563/2020 TCE/PR Pleno.)

Sobre o tema, o Prejulgado 27 assim dispõe: "É possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no artigo 47, Lei Complementar nº 123/2006, desde que, devidamente justificado."

Nos termos do Acórdão 595/2020 do Plenário, o TCE/PR já decidiu que nas licitações para participação exclusiva de ME/EPP sediadas local ou regionalmente, devem ser apresentadas no processo licitatório as razões pelas quais essa restrição promoverá o desenvolvimento econômico e social da região.

Destacamos que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das demais formas de divulgação previstas no regulamento municipal.

Após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.



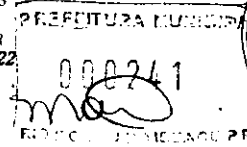


# Procuradoria Geral do Município de Rio Bonito do Iguaçu

LEI COMPLEMENTAR Nº 037/2013 DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

Rua 7 de Setembro, 720 - Centro - Telefone (042) 3653-1122

CEP 85340-000 - Rio Bonito do Iguaçu - Paraná



Desta forma, é possível aferir claramente que o processo se encontra devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

## CONCLUSÃO

Segundo a recomendação contida na Lei de Licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devem ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, salvo melhor juízo, estão presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos e entende-se pela possibilidade de realização do processo licitatório, com fundamento na Nova Lei de Licitações.

É o Parecer.

Rio Bonito do Iguaçu, 21 de novembro de 2025.

Ricardo Corso  
Procurador Municipal  
OAB/PR 50.287





DECRETO Nº 042/2025  
DATA: 20/02/2025

**SÚMULA:** Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira para exercer a função de Agente de Contratação e Pregoeira junto ao Setor de Licitações do Município de Rio Bonito do Iguaçu - PR, e nomeia membros da Equipe de Apoio e Comissão de Contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUAÇU - PR, NO USO DE SUAS COMPETÊNCIAS, QUE LHES CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL; E

CONSIDERANDO QUE A LEI Nº. 14.133/2021, QUE DISPÕE SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ESTABELECEU QUE AS LICITAÇÕES COM FUNDAMENTO NESTA LEI DEVERÃO SER CONDUZIDAS POR AGENTE DE CONTRATAÇÃO, A SER DESIGNADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE, ENTRE SERVIDORES EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (ART.8º, DA LEI Nº. 14.133/2021); E

CONSIDERANDO, O DISPOSTO NO DECRETO Nº 201/2023 DE 17/11/2023, RESOLVE,

**DECRETAR:**

**Art.1º.** Fica nomeada para exercer as funções de Agente de Contratação e Pregoeira nos processos licitatórios instaurados com fundamento na Lei nº 14.133/2021, a Sra. MAIARA FERNANDA DA SILVA, servidora pública ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob o nº 117.627.299-38.

**Art.2º.** Ficam designados como membros da Equipe de Apoio do Agente de contratação os servidores:

**I – EQUIPE DE APOIO:**

a) GISELE GUILMAN, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, inscrita no CPF sob o nº 081.679.249-63;

b) ANDREIA DE FATIMA DEMENECH, servidora pública ocupante do cargo em comissão de Diretor de Divisão II, inscrito no CPF sob o nº 039.205.619-45;

c) RANGEL HENRIQUE KADES, servidor público ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, inscrito no CPF sob o nº 107.660.399-86.

**II – COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:**

a) ALTEMIR VALMOR JOHANN, servidor público ocupante do Cargo efetivo de Oficial Administrativo, inscrito no CPF sob o nº 672.859.109-53;

b) AMARILDO GOMES DE ALMEIDA, servidor público ocupante do cargo efetivo de Desenhista Projetista, inscrito no CPF sob o nº 839.783.139-87;

c) MARIA LUCI DO NASCIMENTO BURATO, servidora pública ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, inscrita no CPF sob o nº 054.896.739-31.

**Art.3º.** A Agente de Contratação designada, nos processos licitatórios instaurados com fundamento na Lei nº 14.133/2021, possui as atribuições estabelecidas nos termos do Decreto nº 202/2023 de 17/11/2023.

**Art.4º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário especialmente os Decretos nº 189/2024 de 01/08/2024 e 250/2024 de 12/11/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Bonito do Iguaçu-PR., em 20 de fevereiro de 2025.

**SEZAR AUGUSTO BOVINO**  
Prefeito Municipal